

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

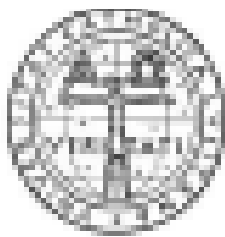
*MOSAICOS URBANOS - Habitar e Envelhecer/ Acessibilidades*

*Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa  
para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura*

Por

Vanessa Trindade Buraco

Novembro de 2013



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

***MOSAICOS URBANOS - Habitar e Envelhecer/ Acessibilidades***

*Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa  
para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura*

Orientador: Arquiteto António da Silva Ferreira de Carvalho

Co-orientador: Professor Doutor Gonçalo de Sousa Byrne

Por

Vanessa Trindade Buraco



***MOSAICOS URBANOS – Habitar e Envelhecer / Acessibilidades***  
Vanessa Trindade Buraco

Novembro  
2013



## AGRADECIMENTOS

“... Há algo de mágico no ambiente, quando descanso do trabalho exaustivo da tese que preparo... excedem todas as previsões, pois são na realidade fora de série ... São amigos apenas, grandes amigos. Amigos para todos os momentos, quer se batam, mordam, belisquem, quer se abracem ou se beijem” (Alves, 2001, p.41).

... sei que posso contar com eles e, por isso, agradeço a todos, **MUITO OBRIGADA**.  
... aos professores Doutores António Carvalho e Gonçalo Byrne e à professora Carina Gomes pela disponibilidade para me acompanharem neste trabalho;  
... ao Lucas, à Ângela e à Sílvia pelo incentivo e apoio nas decisões mais difíceis;  
... à Carla e à Anabela que se mantiveram sempre atentas e interessadas no meu trabalho e pela constante ajuda nos mesmos momentos de “apuros”;  
... à “tia Nanda” que sempre me deu força e entusiasmo;  
... à minha mamã, ao meu papá e à Nini, pessoas que amo incondicionalmente, que sempre estiveram ao meu lado e que acreditaram em mim.



## RESUMO

No presente trabalho procura-se refletir, agregar conceitos e informações através da pesquisa, observação e análise do projeto elaborado ao longo do ano letivo.

Como conceito e justificação da realização deste trabalho nasce o tema “Mosaicos Urbanos: Habitar e Envelhecer – Acessibilidades” que pretende aliar e ligar ideias, opiniões e noções com a prática do desenho universal, para se viver, habitar e envelhecer na cidade de Viseu, com proposta para um local e um programa concretos.

A finalidade é dar resposta às distintas necessidades dos cidadãos, projetando espaços acessíveis a todos, visando a melhoria da qualidade de vida. A arquitetura proporciona a ligação entre cidade e sociedade, ou seja, entre os espaços (privados ou públicos) e os indivíduos que deles usufruem.

A população portuguesa está a envelhecer a um ritmo muito acelerado, o que revela uma quase inversão da pirâmide demográfica, que, por seu lado, implica adaptar a cidade às necessidades do grupo etário em crescimento. Isso significa que a cidade será habitada por idosos, pelo que o quotidiano urbano será cada vez mais condicionado por restrições, em termos de acessibilidades ou outros aspetos funcionais. O paradigma de envelhecer em casa é uma das causas para a construção de uma residência acessível a este grupo etário, bem como a todos os que vivem ou pretendem viver no espaço urbano, que apresenta uma morfologia com certas categorias e limitações que o caracterizam.

É com a criação dos “mosaicos habitacionais” que pretendemos dar uma imagem de continuidade, visando a melhoria do planeamento urbano, de modo a criar um espaço de todos e para todos.

**Palavras-chave:** Cidade, Sociedade, Envelhecimento, Habitação, Arquitetura, Acessibilidades, Flexibilidade, Módulo.



## **ABSTRACT**

The present work means to reflect and aggregate concepts and information through research, observation and analysis of the project carried out throughout the academic year.

From the concept and justification for the making of this work comes the theme “Urban Mosaics: Inhabit and Olden – Accessibilities” than wants to ally and connect ideas, opinions and notions with the practice of universal design in order for one to live, inhabit and age in the city of Viseu, with the proposal for a location and a specific program.

The goal is to give response to the distinct needs of citizens, projecting accessible spaces to everyone, envisioning the improvement of the overall quality of life. Architecture can connect the city and society, between the spaces (public or private) and the individuals that enjoy them.

The Portuguese population is aging at a very quick pace, what reveals a near inversion of the demographic pyramid that, in its way, implies adapting the city to the needs of the growing age group. That means that the city shall be inhabited by the elderly, and the urban quotidian will be increasingly affected by restrictions, in terms of accessibility or in other functional aspects. The aging at home paradigm is one of the causes that leads to the construction of an accessible residence to this age group, as well as to all that live or intend to live in the urban space, that presents a morphology with certain categories and limitations that characterize it.

It is with the creation of these “habitation mosaics” that we intent to give an image of continuity, envisioning the improvement of urban planning, in order to create a space of everyone and to everyone.

**Key-words:** City, Society, Aging, Habitation, Architecture, Accessibility, Flexibility, Module.



## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	- 3 -
<b>I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b> .....	- 7 -
1.    CIDADE: EVOLUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO .....	- 9 -
2.    MOSAICOS URBANOS.....	- 17 -
2.1.    SOCIEDADE .....	- 18 -
2.2.    ENVELHECIMENTO .....	- 19 -
2.3.    HABITAÇÃO .....	- 22 -
2.4.    ACESSIBILIDADES.....	- 23 -
2.5.    ESPAÇO PÚBLICO.....	- 26 -
2.6.    VAZIOS URBANOS.....	- 28 -
2.7.    ARQUITETURA.....	- 30 -
<b>PARTE II - ESTUDO DE CASOS</b> .....	- 33 -
1.    MEDOLOGIA DE TRABALHO.....	- 35 -
1.1.    TERRAÇOS DE BRAGANÇA, LISBOA 1992-2004 - ÁLVARO SIZA VIEIRA.....	- 36 -
1.1.1.    LOCALIZAÇÃO E DESENHO DA INTERVENÇÃO .....	- 38 -
1.1.2.    ALÇADOS E CORTES .....	- 39 -
1.2.    CONJUNTO HABITACIONAL AVENIDA D. RODRIGO DA CUNHA, BAIRRO DE ALVALADE (1949) - JOAQUIM FERREIRA.....	- 44 -
1.3.    EDIFÍCIO SEAGRAM (1954-1958) PARK AVENUE, NEW YORK - LUDWIG MIES VAN DER ROHE .....	- 46 -
<b>PARTE III - CASO PRÁTICO EM VISEU</b> .....	- 51 -
1.    METODOLOGIA DE TRABALHO .....	- 53 -
2.    CIDADE DE VISEU.....	- 57 -
3.    LUGAR DE INTERVENÇÃO – ANÁLISE.....	- 63 -

3.1. EDIFICADO, MANCHAS E INDIVÍDUOS .....	- 67 -
3.2. FIOS CONDUTORES/ ESTACIONAMENTOS/ <i>MILITARY POINTS</i> .....	- 71 -
3.3. MANCHAS VERDES/ CORREDORES/ PONTOS DE CONFLITO.....	- 75 -
3.4. COMUNIDADE / MATRIZ/ PONTOS DE CONFLITO .....	- 77 -
3.5. CONDICIONANTES / RESTRIÇÕES URBANÍSTICAS .....	- 80 -
3.6. MOSAICOS HABITACIONAIS/ TIPOLOGIAS /CÉRCEAS .....	- 81 -
4. CONCEITO URBANO .....	- 87 -
4.1. ESTUDO E VOCAÇÃO DA FORMA.....	- 91 -
4.2. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO .....	- 93 -
5. DO LUGAR AO FOGO .....	- 103 -
5.1. IMPLANTAÇÃO DO EDIFÍCIO EM ESTUDO.....	- 105 -
5.2. FORMA, COMPOSIÇÃO, MÉTRICA E MÓDULO .....	- 107 -
5.3. ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA HABITAÇÃO.....	- 110 -
5.4. ROSTO DO MOSAICO HABITACIONAL - ALÇADOS .....	- 117 -
5.5. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO .....	- 121 -
6. ARQUITETURA A BRANCO E PRETO .....	- 123 -
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	- 125 -
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	- 129 -
<b>ANEXOS</b> .....	- 139 -

*"Às vezes, basta-me uma partícula que se abre no meio de uma paisagem incongruente, um aflorar de luzes na neblina, o diálogo de dois passantes que se encontram no vaivém, para pensar que partindo dali construirei pedaço por pedaço a cidade perfeita, feita de fragmentos variados misturados com o resto, de instantes separados por intervalos, de sinais que alguém envia e não sabe quem capta. Se digo que a cidade para a qual tende a minha viagem é descontínua no espaço e no tempo, ora mais rala, ora mais densa, você não deve crer que pode parar de procurá-la" (Italo Calvino, 1972, p.70).*



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho de projeto tem como objeto de estudo a problemática situação em que se encontram as cidades e as sociedades do século XXI tendo em conta as condições de acessibilidade, de habitação e de envelhecimento que as caracterizam.

Desta forma, pretende contribuir para o entendimento das temáticas em causa e também para a consulta para novos projetos, pois estes temas são fulcrais nas realidades presentes e futuras. Assim, procuramos uma articulação entre as noções de cidade, sociedade e arquitetura, de forma a realizar condições que se adequem à cidade, elaboradas e projetadas pelo arquiteto, para a qualidade de vida dos seus habitantes e a sustentabilidade de todo o conjunto.

Seguindo esta linha de pensamento, este trabalho consiste em problematizar as dimensões que constituem a cidade e a forma como formam mosaicos urbanos e da paisagem. Os mosaicos não só correspondem aos objetos físicos inanimados, como também aos indivíduos e às suas relações sociais dentro das sociedades, aos seres vivos, aos constituintes da paisagem urbana e fatores da cidade.

A respeito da cidade, podemos dizer que esta é constituída por um mosaico de indivíduos da sociedade e que cada pessoa é um ser único e irrepetível, quer física, quer mentalmente.

Desta forma, exige-se que se observe, de maneira diferente, a cidade, para que esta seja construída, transformada/renovada, com a finalidade de promover novos modos e hábitos de vivência, numa perspetiva que abranja todos os membros da sociedade para uma qualidade de vida física, psicológica e social. Parece-nos, por isso, pertinente a abordagem das condições de mobilidade e as acessibilidades, uma vez que se revelam de extrema importância no crescimento das cidades e na evolução de um país que se encontra envelhecido. Tal como afirma Paula Teles “a nossa cidade só fará sentido quando todos a percorrermos livremente, cada um com as suas diferenças de capacidade de mobilidade” (Teles, 2010, p.68).

Assim, desde logo, temos que ter em conta que as gerações que prevalecem na Europa são adultos e idosos, que constituem a maior parte da população. Na verdade, a população mundial está a envelhecer, graças a novos hábitos alimentares e estilos de vida, associados aos avanços da medicina, que efetivamente prolongam o tempo de vida. Em Portugal, é uma realidade cada vez mais assumida, onde o envelhecimento da população se torna numa ameaça, de acordo com determinadas perspetivas no desenvolvimento económico-social e que afeta a própria cidade e sociedade na forma de habitar.

Deste modo, a arquitetura assume-se como um dos elos de ligação do meio com a sociedade, pois complementa as necessidades das pessoas através da criação de espaços e ambientes de bem-estar que permitem, aos mais idosos, experimentar melhores condições de vida. Nesta ordem de ideias, Bestetti (2010, p.3), citando Guedes (2006), afirma “Arquitetura é a arte de construir para atender os desejos da sociedade, buscando seu bem-estar, conforto e segurança”.

Tendo em conta que as cidades são criadas e construídas por vários mosaicos urbanos e de sociedade, numa interligação complexa, podem surgir falhas como os chamados vazios urbanos. Daí a importância da abordagem deste tema.

Seguindo a lógica dos objetivos delineados ao longo do trabalho, começamos por retratar a contextualização teórica das opções, soluções e temas que vão constituir a base de conhecimento. Assim, abordamos os processos de transformação das cidades até chegarmos à importância que as noções de envelhecimento, habitação e acessibilidades comportam, atualmente, para uma melhor qualidade de vida. Falamos, ainda, das dimensões e das formas da cidade e como estas contribuem para os modos de vivência em sociedade.

De seguida, questionamos a finalidade da arquitetura que, na opinião de Pallasmaa (2007), fornece enquadramentos e horizontes de experimentação e compreensão do mundo e de nós próprios e perante a sociedade e a história, pois toda e qualquer obra arquitetónica deve servir o ser humano de modo que os espaços possam ser vivenciados.

Todos estes conceitos serão abordados na parte teórica, bem como no caso de estudo em concreto, de forma a serem esclarecidos e exemplificados e assim servirem de base a uma futura intervenção. Esta deve procurar tornar a paisagem um lugar sustentável, com identidade, semelhante ao existente, passando uma imagem de continuidade com carácter e proporcionando qualidade de vida aos cidadãos da cidade.

Seguindo a lógica dos objetivos traçados, o trabalho apresenta-se estruturado em três partes essenciais. A primeira, mais teórica, faz a contextualização dos temas base para conhecimento da proposta. A cidade, a sociedade e a arquitetura são a sustentação fundamental para as vivências e representações dos espaços. A segunda refere-se à metodologia, à contextualização e à zona de intervenção para uma melhor compreensão da realidade concreta do local de intervenção. Finalmente, a terceira parte que apresenta, explica e justifica a proposta de intervenção apresentada para a zona, apoiando-se nas escalas de intervenção, desde a mais geral, a urbana, até à mais específica, o edifício.

Com esta proposta, procura-se o resultado de todo o processo antecedente, sendo completada, também, com projetos de arquitetos modelo que serviram de inspiração para a

concretização deste projeto, objetivando a produção de uma solução com identidade e com significado que vá ao encontro das características da zona estudada.



## I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Se se considerar que a maior parte das cidades é de fundação antiga, apresentando na sua morfologia provas dos diferentes períodos de construção patentes nos diferentes estilos arquitectónicos e nas irregularidades do traçado, é natural que evidenciem uma amálgama de materiais, de estilos e de escalas. Contudo tem-se a sensação de que, se fosse possível, reconstruí-la por inteiro se faria desaparecer toda a confusão e surgiriam cidades novas mais belas e mais perfeitas. Criar-se-ia um quadro ordenado, arruamentos de traçados direitos e edifícios de alturas e estilos concordantes. Se houvesse inteira liberdade de acção provavelmente criar-se-ia simetria, equilíbrio, perfeição, concordância, convencionalismo. Não é essa concepção popular da finalidade do planeamento urbano? (Cullen, 2010, p.13).



## 1. CIDADE: EVOLUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

No processo de transformação do mundo moderno, assistimos ao crescimento das cidades, que é dos “fenómenos mais impressionantes” dos tempos atuais e que estão na origem da história da Europa (Wirth, 2001, p.45). Ao longo da história, as cidades adaptam-se e identificam-se nos territórios, nos espaços públicos e nos lugares urbanizados, pois são, segundo Carina Gomes (2007, p.19), “... um conjunto de símbolos que, ao longo da história, vão sendo hierarquizados e têm expressão tanto nas estruturas físicas, como nos aspetos da vida quotidiana e nos discursos acerca da cidade.”

A história das cidades encontra-se na origem das civilizações, de tal forma que corresponde à história da humanidade (Ferrão, 2003). Assim, é possível afirmar que cada cidade transporta uma herança destinada a confirmar a sua evolução, as ambições e as necessidades das épocas que a antecederam. Estas transmitem a informação do seu percurso ao longo dos tempos até ao momento atual, apresentando características de várias épocas. Demonstra, por isso, uma estratificação de camadas correspondentes a cada época que ocorrem, sejam elas premeditadas ou espontâneas, refletindo os tempos e necessidades das mesmas.

Atualmente, a palavra “cidade” define um território urbanizado, no entanto, apresentar a sua definição não é fácil, dado que expõe características com inúmeros estudos em variadas disciplinas e com diversidades de perspetivas e ângulos que variam, dependendo do contexto nacional em que se inserem.

Face ao exposto, parece-nos pertinente apresentar a definição de Alfredo Mela (1999, p.36) que revela que as cidades são “palco de culturas e subculturas entendidas [...] como conjuntos de normas, valores, símbolos, esquemas de comportamentos próprios” das populações que ali vivem.

Para Luís Vicente Baptista, a cidade vive “historicamente um processo de crescimento urbano contínuo” e “a cidade de hoje é uma cidade de centros e periferias” (Baptista, 2003, pp.35-36).

Nesta perspetiva, a cidade contemporânea alcança um crescimento incontroado e dominador em todo o espaço envolvente, absorvendo tanto “o espaço horizontal” onde assenta, como também “o espaço vertical” de que se consegue apropriar e em que o ser humano não pode, nem consegue dominar uma escada visual, pois perdeu o controlo da situação (Távora, 2006).

Assim, verificamos que, cada vez mais, se vive em cidades sem confins, fragmentadas ou dispersas e com aglomerados extensivos, uma vez que a cidade não apresenta uma delimitação geográfica tornando-se, por isso, difícil gerir a sua forma heterogénea e em constante mutação.

A evolução das cidades tem sido uma preocupação por parte do governo, das autarquias e de algumas associações de moradores (Gomes, 2005). Isto, porque, são da opinião que, em Portugal, as cidades têm evoluído de forma negativa, uma vez que, com o crescimento das mesmas, as funções principais deslocaram-se para as zonas periféricas, assim como as classes médias e as indústrias. Fruto desta alteração, nos centros históricos, fixou-se um diversificado setor de serviços e permaneceram as camadas sociais mais frágeis e as velhas elites. O centro das cidades foi perdendo coexistência de funções. Os centros históricos tornaram-se, por um lado, mais vazios, sem vitalidade, com a existência de alguns espaços devolutos e, por outro lado, são locais com habitantes mais idosos e populações consideradas perigosas ou marginais (Gomes, 2007).

Na Europa, nas cidades maiores, existem alguns problemas comuns que caracterizam, de uma forma geral, estes grandes aglomerados urbanos, tais como a “coexistência de zonas legais (cidade formal) e ilegais (cidade informal); as residências/habitações sem condições mínimas de habitabilidade; a ausência de infraestruturas básicas; a falta de empregos regulamentados com a presença da economia informal e os maiores níveis de pobreza” (ONU, 2011). Desta forma, e como podemos confirmar no gráfico seguinte (fig. 1), a população mundial encontra-se cada vez mais nas zonas urbanas do que nas rurais.

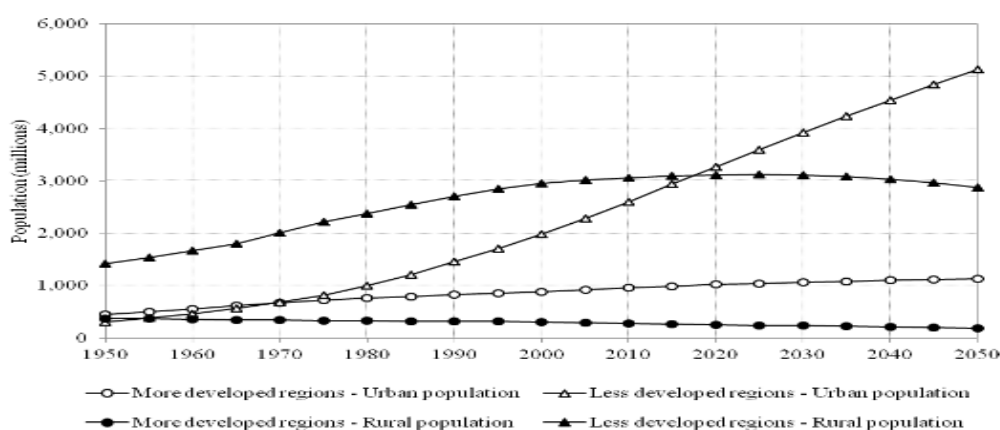


Fig. 1 - População Urbana e Rural no Mundo, por regiões, 1950 - 2050

Fonte: ONU, 2011

Podemos, então, afirmar que somente é possível controlar parcialmente o crescimento e a forma da cidade, pois esta encontra-se em permanente transformação e evolução ao longo dos tempos devido à inter-relação entre todos os organismos vivos (atores, ações e contextos).

Este inter-relacionamento confirma que existe uma diversidade na cidade, pois “os elementos móveis de uma cidade, especialmente, as pessoas e as suas atividades são tão importantes como as suas partes físicas e imóveis” (Lynch, 1990, p.11). Ao falar de cidade, falamos de um produto de interação de organismos vivos, espaços de acontecimentos, de contextos de interações/enquadramentos físicos que constituem o sistema urbano e que são os agentes construtores da cidade.

A cidade será, pois, um ponto de encontro de cidadãos na procura da concretização das suas necessidades (alimentação, defesa, trocas comerciais, cultura), tanto pela grande rapidez e facilidade de mobilidade das pessoas, como pela troca de informação instantânea que os sistemas de comunicação eletrónica nos proporcionam.

Assim sendo, as cidades já não estão isoladas, elas estão ligadas em redes,

“(…) aplicando de forma mais ou menos mimética fórmulas importadas de casos tidos como paradigmáticos, que alimentam expectativas ambiciosas e pouco ajustadas, quer às reais condições locais, quer à capacidade de envolvimento das comunidades revelada pelos planeadores (…)” (Ferreira e Gomes, 2012, pp.30-31).

Esta íntima interligação forma uma nova paisagem com aspeto global e comum, com propriedades que conformam e convergem as paisagens para uma semelhança e conformidade das mesmas. Assim, surgem problemas, conflitos e complicações ao nível do desenvolvimento das paisagens urbanas, pois a cidade é um registo contínuo (layers de informação sucessivos) de vivências, de formas de permanecer, fabricar e organizar.

Com a evolução, pode estar presente uma vertente de manipulação das dimensões e imagens da paisagem urbana praticada pela ação humana, na tentativa de procura de respostas aos seus interesses inerentes a uma paisagem que “(…) é simultaneamente racionalizada e artificial; o mesmo é dizer que é intensamente humana, expressão da vontade humana e profundamente carregada de significado (…)” (Relph, 1987, p.18).

A existência da cultura na cidade funciona como recurso para a regeneração urbana, pois é um ingrediente fundamental para a formação dos ambientes urbanos e de origem morfológica. As atividades culturais e artísticas são capazes de originar e catalisar benefícios económicos e sociais para as comunidades, estimular processos de reorganização

socioeconómicos e urbanísticos, com o intuito de promover imagens atrativas das cidades apelando aos investimentos, densificando e valorizando a experiência da sociedade.

Na mesma linha de pensamento, é fundamental um planeamento da cidade que argumente sobre o novo modelo económico, que proporcione uma organização de infraestruturas urbanas, integração social e governabilidade, de forma a atingir os seus objetivos finais e a garantir uma melhor qualidade de vida à sociedade. Deve-se, por isso, modificar e construir uma melhor imagem que a cidade tem de si; estipular a diferenciação em lugares e a homogeneidade e estabelecer uma relação de confiança entre os agentes públicos e privados.

A cidade deve seguir as características descritas anteriormente, de modo a conciliar traços que a igualem a outras cidades e, simultaneamente, traços que as distingam e singularizem, com um toque de originalidade emergente da pluralidade e diversidade cultural que albergam, de forma a contribuir para que as cidades sobressaiam num panorama mais amplo.

O sociólogo Carlos Fortuna (2002, p.123) apresentou uma visão simbólica acerca da situação das cidades, que se aplica aos dias de hoje, quando menciona que é “absolutamente inevitável construir não apenas mais cidade, mas também melhor cidade”. As intervenções urbanas devem ser integradas na perfeição, socialmente equilibradas e avaliadas (Guerra, 2003). Assim “redesenham-se desigualdades e renovam-se segmentações espaciais, sociais e simbólicas” (Guerra, 2003, p.23), de forma que a cidade seja um sítio com qualidade de vida para todos.

Como já foi mencionado, e numa tentativa de simplificar a análise das cidades, Ferrão (2003) defende que estas dependem da sua localização geográfica e da cultura da sociedade declarando: “diz-me como são as tuas cidades, e eu dir-te-ei como é, e muito provavelmente será, o teu país ou o teu continente” (2003, p.220). Assim sendo, quando descrevemos cidades, mencionamos aspetos físicos, pois cada lugar é representação e resultado de um processo bilateral entre o sujeito (observador) e o objeto (meio) (Lynch, 1990). Todos estes fatores mencionados contribuem, definitivamente, para o facto da cidade se desenvolver num ritmo bastante rápido e de forma inesperada. E por esta razão, a sua “(...) forma tem, de certa forma, que ser não comprometedor, moldável aos propósitos e às opções dos cidadãos” (Lynch, 1990, p.103). O autor refere, também, que a forma das cidades surge a partir das imagens e dos sentimentos que a acompanham, pois esta deve revelar a história do aglomerado populacional, com as suas adaptações sucessivas em diversas culturas, interesses e modificações, dando novas formas ao meio físico, objetivando dar rumo na evolução da

própria cidade e atingir uma paisagem clara e coerente. Para atingi-lo, devemos seguir uma singularidade e simplicidade da forma, uma continuidade e clareza de ligações e uma consciência ao projetar (Lynch, 1990).

Além de todos estes aspetos físicos mencionados, a qualidade da forma da cidade prende-se, também, com aspetos sociais, uma vez que o processo de orientação de cada indivíduo assume um papel importante para identificar os locais e, para isso, é necessário que o meio ambiente esteja bem organizado e simbólico (Guerra, 2003). Assim, cada espaço poderá ser “(...) um verdadeiro lugar notável e inconfundível (...)” (Lynch, 1990, p.104), um lugar poético e com espírito.



“o elemento colectivo e o privado, sociedade e indivíduo, contrapõem-se e confundem-se na cidade, que é feita de tantos pequenos seres que procuram uma organização e, juntamente com esta, um pequeno ambiente para si mais apropriado ao ambiente geral” (Rossi, 2001, p.33).



## 2. MOSAICOS URBANOS

Metaforicamente, o vocábulo “mosaico” oferece-nos a palavra “miscelânea” que, por sua vez, no mesmo sentido, remete para “mistura de diferentes coisas”. Ou seja, o vocábulo “mosaicos urbanos” pode ser entendido como uma imagem de várias partes misturadas e, ao mesmo tempo, distintas num espaço urbano, uma vez que essas partes se contrastam e/ou se complementam, constituindo os mosaicos urbanos. Como diz Lynch (1990, p.105) “O todo é uma só paisagem, e no entanto cada parte pode ser distinguida daquela com a qual confina”.

Nesta perspectiva, achámos pertinente apresentar a afirmação de Lockotov e Clagett (2002), citados por Helena Araújo Costa

“A criação do mosaico é uma arte fascinante baseada em paradoxos que devem ser abraçados. Entre eles estão as peças, múltiplos objetos simples fundidos em uma totalidade complexa e singular; a irregularidade que floresce da escolha deliberada e, com frequência, a criação cuidadosa que surge a partir da destruição. Tais paradoxos são reunidos pelo mosaicista quando princípios de outras artes são aplicados. Ao modelar as tesselas como um escultor, ao escolher as cores como um pintor e ao tecer padrões como um artesão, o/a mosaicista apresenta sua própria visão” (Costa, 2009, p.5).

Isto é, tal como o mosaicista, também o arquiteto deve ter em conta as configurações do meio, bem como todas as dimensões que constituem o sistema urbano. Quando pensamos em arquitetura, devemos considerar as condições em que se insere o equipamento, se está enquadrado na estrutura urbana, uma vez que vai servir para caracterizar a cidade. Sendo esta um sistema complexo, abrange aspetos de natureza cultural, social, económica, formal e ambiental, espelhando a organização da sociedade e contribuindo para a qualidade de vida dos que dela usufruem.

Os mosaicos urbanos são, do nosso ponto de vista, partes que formam um todo, isto é, a cidade é uma composição comunicativa de pequenas áreas onde “(...) coexistem multiplicidades de elementos heterogêneos que se relacionam, se conectam, se sobrepõem, se contaminam, mantêm, entre eles, zonas de vizinhança, temporalidades diferentes (...)” (Magnavita, 2007, p.2).

Além disso, é fundamental tornar a cidade cativante, procurando a interligação das diferentes áreas aí existentes, dos trajetos arquitetónicos e da possibilidade de transformação física e social, ou seja, devemos pensar a cidade como um elemento em constante metamorfose e construção, que associa elementos físicos e sociais variados.

O planeamento deve centrar-se em atividades que promovam a coordenação das estruturas existentes e/ou novas de forma a melhorar as acessibilidades, os espaços vazios e públicos, bem como a qualidade de vida da sociedade, ou seja, todos os mosaicos urbanos, os quais devem estar sempre interligados.

Desta forma, esta imagem de composição analítica, que pretendemos retratar no trabalho, faz recordar uma mensagem apresentada por Italo Calvino em *Cidades Invisíveis*:

“Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.

- Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – pergunta Kublai Khan.

- A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – responde Marco, mas pela curva do arco que estas formam.

Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:- Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.

Polo responde: - Sem pedras o arco não existe” (Calvino, 1972, p.35).

Assim, é nosso objetivo mostrar a importância e o significado de cada pedra e de todas elas que aqui se apresentam adaptadas e moldadas, que constituem o mosaico urbano. Este revela uma imagem organizada com várias partes distintas que retratam um território urbano, que se contrastam e se completam como um puzzle.

## **2.1. SOCIEDADE**

Os indivíduos são utilizadores da cidade e fazem parte integrante e ativa dela. Contudo, as sociedades não são apenas compostas por indivíduos, mas pelas relações sociais por eles estabelecidas, enformando as comunidades (Lynch,1990). A heterogeneidade que se apura nas cidades ou nas paisagens acontece nas sociedades e é controlada pelos sentimentos, vontades, costumes, percursos de vida, pelas diferenças de carácter, entre outros. Todas estas características conferem identidade ao indivíduo em si. Logo, devemos ver a cidade, não só na sua dimensão física, como também nas suas dimensões social e simbólica, pois ela é sociabilidade.

“O homem tem uma dimensão biológica, psicológica e social. Este conjunto de dimensões constitui a identidade do indivíduo, dotando-o de uma personalidade única, distinguindo-o dos demais. Esta identidade está ligada a questões tão diversas como o local onde nascemos e vivemos, o modo como fomos educados, a nossa idade, o grupo social e o círculo de amigos ao qual pertencemos” (Simões et al., 2009, p.5).

Assim sendo, a forma como o território está organizado, estabelece as interações sociais de cada cidade, “(...) agir sobre o espaço é, simultaneamente, agir sobre a sociedade” (Guerra, 2003, p.238). Os indivíduos dão origem a movimentos e fluxos de matéria e energia que vão permitir que as pessoas se agrupem, formando comunidades com uma identidade própria. É com essa vivência, que os indivíduos se movimentam, interagem e vivem, originando um crescimento complexo e contínuo dos aglomerados urbanos.

Além da sua dimensão física, a cidade é produzida para grandes aglomerados de pessoas com diferentes modos de vida. Ou seja, e como já foi referido, “A cidade, na sua compreensão é também sociabilidade: ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos, festas, comportamentos e hábitos” (Pesavento, 2007, p.14). Logo, o espaço físico sofre uma importante influência no modo de vida das pessoas que aí vão viver, afetando-as positiva ou negativamente.

Jean Rémy e Liliane Voyé (1994) defendem que, dentro das cidades, podem existir relações mais próximas entre os indivíduos, modos de vida que não podem ser caracterizados como uniformes ou homogéneos.

Assim, as cidades modernas, na visão destes dois autores, são marcadas por diferentes estilos de sociabilidades, da mobilidade, da existência de redes de solidariedade, de relações sociais distintas e próximas entre vizinhança e do conhecimento mútuo. Com todos estes factos, as formas de pertença e modos de vida nas cidades correm o risco de “desorganização social” (Guerra, 2003, p.243), devido a uma maior diversidade de relações sociais e aos modos de vida tão individualistas. Estes dois fatores põem em causa os espaços públicos, que alcançam a proximidade e transformam as sociedades em redes de relações e trocas “(...) uma profunda inversão das actuais formas de pensar e fazer sociedade (...)” (Guerra, 2003, p.243).

## **2.2. ENVELHECIMENTO**

No século XX, o termo “envelhecimento da população” começa a ganhar força, pois é um tema ponderado em qualquer conversa e entendido como o início de uma ameaça social, política, financeira e cultural na sociedade de hoje.

“É sabido que a população de Portugal está muito mais envelhecida do que no passado não muito distante” (Rosa, 2012, p.26). No início do século XXI as sociedades europeias foram confrontadas com os dados disponibilizados pelas Nações Unidas (ONU, 2011), que indicavam um “duplo envelhecimento”(na “base” e no “topo” da pirâmide etária). O

envelhecimento demográfico (aumento da percentagem das pessoas idosas na população total) alcançou uma extensão mundial em regiões e países mais desenvolvidos, nomeadamente a Europa, e Portugal não é exceção. Segundo as previsões das Nações Unidas, a idade média em 2050 será de 38 anos no mundo e 47 anos na Europa. Em Portugal, a idade média da população, pode chegar aos 50 anos.

Na sinopse, M<sup>a</sup> Valente Rosa (2012) refere “Todos envelhecemos, por isso o envelhecimento individual (de cada um de nós) faz parte do nosso quotidiano.” Ultimamente, começámos a ser confrontados com esta temática bastante atual, pois, hoje, Portugal é um dos países mais envelhecidos do mundo. Neste caso, o envelhecimento torna-se do tipo coletivo, o que pode ser entendido como uma ameaça para o futuro das sociedades e para as próprias cidades.

Atualmente, a sociedade portuguesa tem evoluído muito rapidamente, os indivíduos vivem mais e atingem idades mais avançadas, tornando o país envelhecido. Os resultados do Instituto Nacional de Estatística (INE), de acordo com a figura 2, revelam um aumento significativo da população idosa, já que o aumento da longevidade e esperança média de vida provocam a queda da taxa de natalidade, que assume a inversão da pirâmide etária e uma percentagem significativa na sociedade atual e futura.

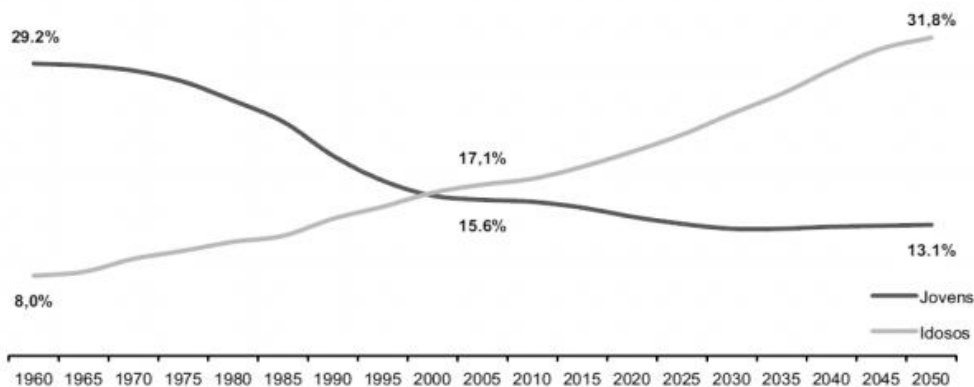


Fig. 2 - Evolução da proporção da população jovem e idosa no total da população (%), Portugal 1960/2050.

Fonte: INE, cálculos das autoras (Cristina Gonçalves e Maria José Carrilho), a partir dos dados de base (censos de população, estimativas e projeções de população residente)

Todos estes factos, revelados pelas estatísticas, indicam que as previsões apontam para uma grande mudança do panorama, pois este envelhecimento provoca uma diminuição de habilidade física, psíquica e sensorial e irá aumentar cerca de 10% da população mundial com

um tipo de deficiência (Goldsmith, 1997). No entanto, independentemente da idade, ninguém está livre de alguma destas restrições no decorrer normal da vida, seja por razões de deficiência, doença ou acidente (Simões et al., 2009).

Simões (2006) refere-se a deficiência como sendo a perda ou transformação da funções psicológica, fisiológica e/ou anatômica, que podem ser de caráter temporário ou permanente. São, ainda, classificadas em psíquicas, sensoriais, físicas, mistas ou “nenhuma em especial”. Cada uma delas afeta o indivíduo de maneira diferente. A deficiência psíquica prejudica o indivíduo a nível intelectual; a sensorial inclui lesões a nível dos órgãos do sentido (visão e audição); a física atinge o sistema músculo-esquelético, podendo também afetar os órgãos internos, apresentando doenças cardiovasculares e respiratórias, reprodutoras, entre outras; as deficiências mistas acontecem quando há uma lesão a nível psíquico, sensorial e físico, como a paralisia cerebral; “nenhuma em especial” compreende as degenerações físicas, sensorial e cognitiva causada pelo envelhecimento avançado. Estas restrições são modelos/dados importantes no momento de planejar/delinear um espaço ou determinado ambiente, pois com a presença do indivíduo este altera-se, assumindo novos contornos, influenciando a identidade do espaço e, conseqüentemente, a sua utilização. Cada pessoa compreende, utiliza e move-se pelo espaço de forma diferente devido à personalidade, aos gostos, às opiniões, interagindo com os outros indivíduos e com o meio ambiente onde estão inseridos.

Quando se fala de sociedade e dos seus modos de ambiência e de vida relaciona-se, logo, com o bem-estar individual, através do equilíbrio que constitui os espaços (aspetos de orientação, percepção espacial, conforto, qualidade ambiental, acessibilidade, segurança, ergonomia e desenho universal), a realização de relações (sociais, políticas e económicas) e, por fim, a própria construção, a arquitetura, que se refere a aspetos essenciais ao ser humano e como os influenciam no seu envelhecimento. A sociedade evolui e transforma-se ao longo do tempo, tal como todos os espaços que constituem a cidade.

Deste modo, descobrimos que esses espaços são previstos para as mutações mentais, sociais e físicas a que todos os indivíduos estão sujeitos, tornando-se mais acessíveis, confortáveis, seguros, universais e inclusivos. A gerontologia ambiental analisa as condições das vivências do espaço, determinando as condições para o bem-estar do ser humano.

Para desenhar esses espaços, o arquiteto é construtor e elabora o projeto arquitetónico adaptando-o às necessidades e às condições ambientais, para os utilizadores interagirem de forma acessível e segura com o ambiente. Na construção desse meio ambiente, o arquiteto utiliza valores como a forma, a função, a cor, a textura, a ventilação, a temperatura, a

iluminação, a sonoridade e a simbologia que compõem o espaço dimensionado e funcional, através dos sentidos.

### **2.3. HABITAÇÃO**

Ao idealizar um espaço, o arquiteto deve ter em conta os vários tipos de utilizadores, bem como as diferentes etapas da vida do ser humano.

Assim, quando projetamos uma habitação devemos ter em atenção as reais necessidades dos usuários, garantindo a segurança e a autonomia fundamentais para a realização das atividades, independentemente da idade ou das condições de mobilidade. O Conceito Europeu de Acessibilidade (CEA) (2003, p.100) refere que “Todos devem poder fruir o meio edificado de forma independente e em igualdade”. Ressalva, ainda, que “O lar/habitação constitui um espaço pessoal que partilhamos com a família e os amigos. Aqui decorrem as actividades relacionadas com o nosso desenvolvimento social e individual, e, portanto, tem de se adaptar ao nosso estilo de vida e a quaisquer alterações que possam ocorrer” (CEA, 2003, p.77).

Na opinião de Lino (1918, pp.11-18)

“não compliquemos o problema da habitação (...) cuidemos antes de facilitar a realização de um sonho que continua a ser muito humano e que, pelo caminho que a vida vai tomar, cada vez mais se justifica – o sonho de uma moradia própria, independente, ajeitada à nossa feição e adereçada ao nosso gosto; reduto da nossa intimidade, último refúgio do indivíduo contra a investida de todas as aberrações do colectivismo. Que a casa seja reino para uns, simples ninhos para outros, palácio, baluarte, ou choupana – façamo-la verdadeiramente nossa, reflexo da nossa alma, moldura da vida que nos é destinada”.

Por isso, o espaço habitacional deve ser acessível ao maior número possível de pessoas, sejam elas crianças, idosos, com mobilidade reduzida ou com deficiência, pois todos têm direito a espaços seguros e adequados que propiciem conforto, autonomia, segurança e privacidade. Logo, é de extrema importância que estes cidadãos possam usufruir de uma habitação acessível, uma vez que esta “permite um maior e mais prolongado grau de autonomia” (Simões et al., s.d., p.11).

Neste sentido, é necessário criar ou adaptar “edifícios de habitação que sejam capazes de responder à diversidade de necessidades existentes no conjunto da população e que estejam preparados para acomodar as diferentes necessidades que surjam ao longo da vida de cada morador” (Simões et al., s.d., p.4), ou seja, é essencial construir ou adaptar uma habitação

inclusiva, que promova a inclusão de todos os indivíduos na sociedade, proporcionando-lhes a participação ativa na mesma, pois “habitar é também fazer parte de uma comunidade local, de espaços e pessoas” (Simões et al., s.d., p.5).

Também Muga (2005, p.113) se refere ao ser humano como sendo “... um ser uno, que aspira à autonomia, à independência e à liberdade e é, ao mesmo tempo, um ser eminentemente social que não pode viver sem integrar grupos, no interior dos quais se estabelecem transacções afectivas, culturais, económicas etc”, ou seja, o indivíduo precisa de se sentir autónomo, de sentir que é capaz de realizar as suas atividades diárias, bem como ter direito à privacidade e aos momentos de sociabilização, inerentes a qualquer ser humano. Logo, os indivíduos devem poder sociabilizar em todos os espaços, públicos ou privados, sem estarem sujeitos a problemas de acessibilidade.

## **2.4. ACESSIBILIDADES**

“As cidades estruturam o espaço e o tempo da vida quotidiana, na diversidade dos territórios e modos de apropriação, que temos no dia-a-dia” (Guerra, 2003, p.241). Estas devem ser adaptadas, ao longo do processo de crescimento da história, da sociedade, das estruturas sociais e mentais, à evolução dos factos. Nesta perspetiva, Guerra (2003, p.241) acrescenta “Uma cidade sem equipamentos de suporte à vida quotidiana, com espaços cortados e guetizados sem relação entre si, com deficientes condições de mobilidade e de acessibilidade e ainda com degradação sucessiva de factores identitários é uma cidade sem qualidade”.

“Acessibilidade” é um tema de extrema importância, que cresceu com o decorrer dos anos e que tem sido tratado com alguma preocupação, apresentando uma gama de definições consoante a área de estudo, a escala e o contexto.

Podemos dizer que acessibilidade é um ato para atingir, alcançar e aceder a algo de forma livre e independente, em qualquer local, bem ou serviços, ultrapassando as barreiras espaciais, no meio envolvente. Assim sendo, acessibilidade abrange a possibilidade de acesso de toda população ao meio ambiente, ao contrário da ideia pré-estabelecida de que a acessibilidade apenas se refere às pessoas com deficiência. Esta noção é muito abrangente, pois relaciona-se com o tempo de deslocação, de proximidade e pela facilidade de interação dos indivíduos num determinado lugar (Mateus, 2011). Deste modo,

“A promoção da acessibilidade constitui uma condição essencial para o pleno exercício de direitos de cidadania consagrados na Constituição Portuguesa, como o direito à Qualidade de Vida, à Liberdade de Expressão e Associação, à Informação, (...) no acesso à Educação à Saúde, à Habitação, ao Lazer e Tempo Livre e ao Trabalho” (SNRIPD, 2007, p.5).

Ou seja, a ausência de acessibilidade apresenta uma necessidade específica e essencial no que respeita à mobilidade, orientação, comunicação e manipulação entre outras, tanto para pessoas com mobilidade reduzida, como para crianças, grávidas, idosos e pessoas com incapacidades temporárias. Logo,

“As pessoas com mobilidade condicionada esperam de todos nós que utilizemos todos os mecanismos e instrumentos ao serviço da construção de uma sociedade sem barreiras, os quais carecem de enquadramento normativo, mas muito, também de sensibilização e envolvimento das populações e de todos os agentes neste projeto comum” (SNRIPD, 2007, p.5).

No meio urbano e na sociedade existem diversos obstáculos de acesso como os obstáculos físicos, sociais, económicos e culturais que impedem o pleno direito e deveres à acessibilidade do cidadão. As barreiras à acessibilidade, que impedem a circulação da maioria dos cidadãos são, principalmente, os obstáculos físicos e as ações de exclusão (Simões et al., sd, p.5). Todos os cidadãos têm o mesmo direito e oportunidades de frequentarem a cidade. Logo, é necessário eliminar os obstáculos que advêm da sociedade e torná-la acessível de modo que o indivíduo possa usufruir livremente. Tal como refere Asher,

“A acessibilidade é uma noção essencial do urbanismo contemporâneo. Com efeito, tendo as cidades mudado de escala e de modalidades de funcionamento, um dos principais desafios consiste em que, os recursos que elas ofereçam, sejam “acessíveis” a todos. Isto implica que nenhum obstáculo material económico, social, cultural ou jurídico possa privar os cidadãos de uma parte do potencial urbano. Dizendo-o de outra forma, o “direito à cidade” passa pela sua acessibilidade e a mobilidade das pessoas e dos bens constitui um elemento-chave desse direito” (Asher, 2010, p.133).

Isto é, quando falamos em acessibilidades, devemos pensar em inclusão, ou seja, na possibilidade do uso pleno dos espaços, sejam públicos ou privados, de todos os indivíduos, independentemente das limitações de cada um.

Neste sentido, o ambiente privado ou público deve oferecer a necessidade, a todos, de usufruir da função que este oferece, com o uso da “ (...) participação em atividades e utilização de elementos, mobiliários (...)” (Dorneles e Ely, 2006, p.3) ou certos utensílios,

para que os indivíduos com impedimentos a nível físico ou com restrições sensoriais desfrutem destes espaços. Todos estes objetos mencionados devem cumprir a noção de ergonomia e de segurança e devem estar localizados em pontos adequados.

Todos têm o direito à cidade para se deslocar espontânea e livremente, comunicar e senti-la para que o cidadão consiga perceber a cidade e colocá-la na memória de maneira a sentir e demonstrar os seus sentimentos e estímulos, para usufruir dos seus serviços e atividades. Tudo isso corresponde, na comunicação da cidade, à “ interação entre os usuários com o ambiente” (Dorneles e Ely, 2006, p.3) para aprendê-la. Toda a informação é processada pela percepção que é transmitida pelo ambiente, através de estímulos sensoriais, tais como o toque, o cheiro, a audição e o olhar, ou seja, sensações de como a pessoa organiza e relembra a informação recebida.

Mateus (2011) revela que a acessibilidade é uma causa de competitividade com outros espaços na cidade, com espaços mais acessíveis, pois estes tornam-se mais atrativos, devido à utilização do automóvel, uma mobilidade rápida, originando uma maior adesão por parte da população.

Nas cidades atuais, a mobilidade é muito diversificada, complexa e heterogênea que reflete a utilização do automóvel, segregando as pessoas com mobilidade reduzida, dificultando a inclusão social das mesmas. Desde modo, é necessário compreender as novas realidades sociais e aos novos conceitos de vida, uma vez que existem várias restrições em diferentes pessoas, nomeadamente, o fenómeno do envelhecimento da população, pois, como já foi referido, prevê-se que em 2050 a população será ainda mais envelhecida. Dito desta forma, as cidades terão que ser mais flexíveis e democráticas, não podem, por isso, incluir barreiras no que diz respeito à mobilidade e devem ser pensadas sempre na maneira de incorporar os diferentes modos de vida.

Nesta perspetiva, é necessário que a cidade contenha informações complementares de carácter visual, sonoro e tátil para a diferenciação dos vários cenários e atividades, com a aplicação de mapas, placas e sinalização de forma clara e perceptível; o uso de espécies de vegetação com cor e cheiro, texturas e cores para criar uma identidade própria como forma de referência; a utilização de cores, padrão, texturas e planos geométricos no pavimento, para clarificar a visualização do lugar e do percurso, de forma a transmitir a sensação de segurança aos usuários; a iluminação deve estar adequada a cada espaço, evitando zonas de brilho elevado; diferentes cores que permitem a diferenciação dos limites e a diferença entre funções e eixos verticais e zonas de atravessamento, através de materiais, placas de informação e

informação sonora. Estes devem estar explícitos e bem projetados, caso contrário podem-se tornar-se obstáculos à mobilidade. (Dorneles e Ely, 2006).

Neste sentido, a acessibilidade é um fator importante no planeamento e ordenamento do território, pois é um “instrumento que possibilita identificar áreas com desigualdades na oferta de infraestruturas básicas” (Goto, 2000, p.57), bens e serviços fornecidos para assegurar a ligação entre funções com a habitação e espaços públicos, para uma melhor qualidade de vida dos cidadãos.

Desde modo, o espaço público deve ser pensado de maneira clara, deve conter os elementos essenciais, ou seja, espaços acessíveis. Devemos considerar as formas e os volumes dos edifícios que organizam o espaço, pensando sempre na escala maior para evitar quaisquer barreiras físicas, o tipo e materiais de pavimentos utilizados, a configuração e disposição do mobiliário urbano e os diferentes desníveis, se for o caso.

Portanto, a resolução para este dilema parece estar nos espaços públicos, no ambiente urbano privado ou público, na sua configuração e disposição, que deve ser pensada de modo a acolher diversidades, a ter capacidade de encorajar as diferenças e os modos de vivência e relações entre as pessoas diferentes. De facto, para melhores condições de acessibilidade, é preciso pensar num espaço adequado, onde todos, sem exceção, possam vivenciar experiências diárias.

## **2.5. ESPAÇO PÚBLICO**

O ser humano sente necessidade de viver em comunidade, de interagir com outros indivíduos que fazem parte do seu “habitat natural”, da sociedade. Deste modo, os indivíduos vivem em ambientes edificados que podem ser abertos ou fechados, privados ou coletivos, e deles adquirem estímulos que podem afetar o seu bem-estar (Bestetti, 2006).

Nesta perspetiva, a cidade deve oferecer espaços de sociabilização, procurando um planeamento equilibrado e coeso que interligue diversas funções, que vão ao encontro das necessidades da população como lazer, serviços, comércio, habitação, isto é, deve preocupar-se com um espaço que contribua para a qualidade de vida da população. Borja (2003, p.125) sugere que “a cidade deve ser entendida como espaço público, ou seja, o lugar de coesão e de intercâmbios”. Também, Leite (1997, p.107) defende que “a ausência de vida pública é, assim, não somente responsável pela ausência de cidadania, mas também pela negação, a todos, do direito à vida com qualidade”.

Assim, quando pensamos em espaços públicos, é importante pensarmos no universo das pessoas e das atividades a desenvolver da forma mais vasta possível, isto é, a arquitetura deve ser pensada em prol das necessidades e objetivos humanos, assegurando a inclusão de todos. O espaço público é, então, um elemento fundamental na configuração e organização da urbe, estando, por isso, intimamente ligado à área arquitetónica que o envolve, refletindo-se mutuamente. Nesta perspetiva, Brandão e Remesar (2004, p.13) referem “O desenho do espaço entre os edifícios, estabelece o espaço público, onde tudo acontece, incluindo o dia-a-dia da cidade...não há acontecer sem lugar”.

Nesta ótica, toda a projeção de um espaço “deve prever o diálogo entre os edifícios e o domínio público, entre o cheio e o vazio, entre o organismo edificado e os espaços que gera à sua volta” (Alves, 2003, pp. 18-19) dado que “toda a condição que reduza o uso dos espaços públicos é contrária à sua natureza” (Alves, 2003, p.32).

Torna-se, por isso, evidente que os espaços públicos não existem por si só. Há uma cadeia de relações entre os espaços públicos, entre estes e o arquitetado ou a sua ausência, que os distinguem e identificam. Logo, “O espaço público, espaço de relações entre as pessoas e entre elas e os sítios, deverá ser concebido e desenhado para ter papel construtor da identidade urbana” (Brandão e Remesar, 2003, p.14).

O espaço público é, assim, uma infraestrutura fundamental à vida urbana, um espaço físico de sociabilidade e interação com outras pessoas e grupos sociais (Domingues, 2009). Podemos, então, afirmar que o espaço público é um espaço partilhado, devendo, por isso, reconhecer o valor da diversidade e da complexidade e respeitar as diferenças, de forma a tornar a vida mais estimulante e o diálogo mais importante (Bauman, 2009). Ou seja, estes espaços devem ser construídos como espaços de sociabilização, de forma a fortalecer os laços sociais pois, como refere Castro (2002, p.56), “o espaço público gerando dinâmicas quotidianas essenciais pode ser um instrumento importante e profícuo de coesão social e material da cidade (...)” admitindo que “(...) o esquecimento da sua dimensão pública podia estar na origem da crise do laço social e da crise de cidadania que hoje se conhece”.

Nesta ordem de ideias, quando planeamos um espaço público, devemos ter em conta que este deve ser um ambiente livre de obstáculos, de fácil acessibilidade e mobilidade, onde o indivíduo interage e, ao mesmo tempo, serve as pessoas com deficiências e afeta, positivamente, a vida de todos os que usufruem desse espaço. Ao tornarmos um espaço acessível a todos, propiciamos autonomia, melhoria de qualidade de vida, participação cívica e social e a inclusão de todos na sociedade.

O espaço público é o espelho da qualidade de vida da cidade, sendo, por isso, essencial que todos os lugares públicos das cidades sejam democráticos, quer dizer, sejam acessíveis a todos os usufruidores, independentemente da idade, do sexo ou da classe social.

Solà-Morales (2002) e Borja (2003) mencionam, respetivamente, duas características do espaço público: i) o espaço público caracteriza a cidade, tanto física como simbolicamente. É o espaço intermediário/democrático entre o território, a política e a sociedade. Projetar o espaço público subentende a existência de um coletivo que partilha a identidade e a dignidade, tanto nos direitos como nos deveres; ii) é impossível separar as noções espaço público e cidade. O espaço público da cidade é o espaço do dia-a-dia, dos jogos, das relações fortuitas ou habituais com os outros, do acontecer diário entre as diversas atividades e do encontro.

Deste modo, e indo ao encontro da ideia de Brandão e Remesar (2000), o espaço público pode preparar um território capaz de comportar diferentes usos e funções, ser um espaço da continuidade e da diferenciação, organizador do bairro, articulador da cidade, estruturador da região urbana, alusão urbanística, revelações da história e da vontade do poder, símbolo de identidade coletiva, ou seja, “o espaço impõe-se através do que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de viver bem” (Santos, 1996, p.45).

Em suma, e tendo em conta Solis (2009), podemos dizer que os espaços públicos representam uma rede ininterrupta por toda a área urbana, adotando diversos papéis: i) são o elemento que faz a articulação e a conectividade entre a área urbana e o território que a envolve; ii) são elementos participantes na edificação e usos privados, facultando-lhes o acesso e dando-lhes um ambiente próprio de cidade; iii) sustentam a mobilidade interna da cidade, uma vez que integram os canais de comunicação indispensáveis para as pessoas se deslocarem; iv) têm cariz funcional para os serviços urbanos importantes para os meios urbanos; v) são espaços que identificam e representam sociedades, bem como espaços de lazer.

## **2.6. VAZIOS URBANOS**

O espaço público, como reflexo comum de sociabilidade, é uma estrutura de circunstâncias que pode organizar uma intervenção que reabilite e qualifique territórios da

cidade, acolhendo novos espaços públicos, opondo-se à imagem fragmentada de uma área que se deseja espacialmente coerente – a cidade.

Deste modo, o espaço público, como elemento que define a cidade física, é um importante organismo na solução dos problemas morfológicos do tecido urbano.

Por sua vez, os vazios urbanos, como partes da paisagem urbana, surgem como uma nova oportunidade de intervenção sobre o espaço urbano, desenvolvendo redes de fluxos e de espaço público, permitindo um sistema espacial de ligação e continuidade da cidade, reabilitando esses vazios, tornando-os úteis, valorizando, assim, o espaço público e a imagem da cidade.

No entanto, o conceito “vazio urbano” origina alguma ambiguidade, pois há vazios urbanos que não o são de facto, ou, por sua vez, há espaços que não se encaixam nesses vazios urbanos. Tal como afirma Portas

“Vazio urbano é uma expressão com alguma ambiguidade: até porque a terra pode não estar literalmente vazia mas encontrar-se simplesmente desvalorizada com potencialidade de reutilização para outros destinos, mais ou menos cheios” (Portas, 2000).

Vazios urbanos são, também, definidos como espaços necessários para o equilíbrio da cidade, na medida em que agregam, tanto funções sociais, como urbanas (Morgado, 2005). Assim, podemos entender vazios urbanos como espaços da cidade sem construção ou, então, espaços degradados/marginalizados de ruptura urbana.

Na opinião de Borde (2006, p.44), vazios urbanos são “terrenos e edificações não utilizados, subutilizados, desocupados ou desestabilizados, localizados em terrenos infraestruturados e que passaram ou estão passando por processo de esvaziamento”.

Contudo, quando pensamos em vazios urbanos, também, surge a ideia de mudança, a oportunidade em dar-lhe um novo uso, ou seja, a possibilidade para potenciar/modificar a cidade, isto é, “oportunidades de mudança, que pode implicar novo uso, nova construção” (Sousa, 2010, p.60). Logo, esses vazios podem ser compreendidos como potências, como algo ainda imaterial, mas que pode vir a ser feito.

A sua indefinição, ajustável e/ou adaptável, permite reconhecê-los e classificá-los como vazios úteis, isto é, que podem originar uma estrutura ativa de planeamento, permitindo a comunicação entre as áreas envolventes, bem como a qualificação do espaço urbano.

“Space is a void, a pocket of air that must be contained to define a limit. This precision coincides with an indispensable existence around it, that grants identity. To design spaces is to design the possibilities of life, with limits made material. Space is defined by form,

texture, color, temperature, smell, light. Also a void, a mental process of control over construction where space is at the core: adding subtraction, building exaction. It shifts the center of experience from form to life. At the forefront, space: nearly autonomous, nearly absolute” (Aires Mateus, 2010, p.48).

Deste modo, a intervenção num vazio urbano incide na transformação do lugar, na sua organização, destacando e enaltecendo a sua identidade e a sua história de forma a torná-los em espaços atrativos e que beneficiem a sua utilização. “(...) como contentores de urbanidade enquanto espaços de refundação identitária, de vivência compartilhada, espaço de encontro ou de isolamento do único ao diverso plural” (Coelho, 2011, p.14).

Portanto, quando classificamos um espaço de vazio urbano pensamos na possibilidade de transformação, ou seja, dar-lhe um novo uso, uma nova construção, ou, então, uma denominação como um espaço público ou uma nova infraestrutura. De facto, é urgente trabalhar nestes locais para dar lugar a novos espaços, favorecendo a articulação com os restantes espaços envolventes e deixarem de ser espaços sem qualquer funcionalidade. Como afirma Guerra (2003, p.248) “(...) não há espaços condenados – há espaços sem projeto”.

## **2.7. ARQUITETURA**

De um modo geral, a arquitetura é vista como uma arte, uma forma de expressão artística, que dá resposta às necessidades e anseios de cada era. Como refere Pallasmaa (2011, p.35), a arquitetura “une o presente, o passado e o futuro”.

A arquitetura é uma ideia construída que faz parte das paisagens e das cidades e, naturalmente, das profundas transformações que aí sucedem.

A cidade é um espaço constituído por indivíduos, cuja vida é influenciada pela forma como a cidade está organizada. São estas pessoas, inseridas numa sociedade, que vão dar vida e significado aos espaços. Estes, por sua vez, são feitos para serem vividos pela sociedade, competindo, assim, ao arquiteto ou urbanista projetar, não esquecendo, porém, para quem projeta, ou seja, quem vai usufruir do espaço.

“We no longer conceive of housing as a row of isolated dwellings on a street, but as an integrated community. [And further] we no longer think of the house as a place to sleep, eat and rear a family in, but as part of a spatial complex, a place to go into and out of with human dignity, to work, to play and to study” (Howe, 1939, p.10).

Ou seja, apesar de, muitas vezes, os edifícios serem delineados individualmente, eles distinguem-se e definem-se a si mesmos de acordo com as paisagens e as situações do meio em que se inserem.

A arquitetura e o urbanismo influenciam os modos de vida na cidade. Contudo, a sociedade utiliza e transforma o material logo, altera o espaço. Podemos, por isso, dizer que tanto os indivíduos como a arquitetura traçam e geram os espaços que vão delimitar e formar a própria cidade.

A particularidade dos espaços/edifícios influencia a qualidade de vida das pessoas que deles vão usufruir. Quem projeta deve preocupar-se em contribuir para uma cidade coerente, respeitadora, que se preocupe com a mobilidade e as acessibilidades de forma a proporcionar qualidade de vida a todos os indivíduos.

“Architecture cannot be limited to four walls and a roof, however complex the system of subdivisions they enclose, or to a system of posts and planes, transparent or opaque. To experience the meaning of... space in an architectural, or purely human, sense it is not enough to look at its visible form... To feel space the observer must flow through it, he must go in and come out, become conscious of the indoors and the outdoors as related parts of a continuous whole (Howe, 1939, p.2).

Portanto, ao ser projetado, o edifício deve estar contextualizado, isto é, as suas expressões devem ser harmonizáveis com o espaço, o ambiente em que se insere e com as exigências delineadas pelo seu uso.



## PARTE II - ESTUDO DE CASOS

“No passado, o lugar era comumente entendido como parte da realidade. Não se sentia necessidade de falar da sua natureza ou importância: esse lugar está simplesmente lá [...] Ter uma identidade significa, de facto, ter tomado posse de um mundo, compreendido com um acto de identificação. Somente quando se alcançar essa identificação, poder-se-á dizer que se habita no verdadeiro sentido da palavra. [...] Assim, dizemos como auto-identificação: sou “florentino” ou sou “romano”. Se este aspecto do viver for perdido, surge a alienação, o alheamento e, na sua relação com o mundo, o Homem perde a sua base existencial” (Aguiar, 2002 p.115).



## 1. METODOLOGIA DE TRABALHO

Se tratamos de uma obra como um todo estamos a trabalhar o seu sentido, ou seja, a sua significação (Silva, 2008). Logo, o arquiteto, enquanto ser de conceção, é, em primeiro lugar, detentor de um forte processo de conhecimento, análise, pesquisa, estudos de referências e casos e interpretações de dados, elementos constituintes e presentes na história da humanidade. São diversos os pontos de estudos em que se apoia e se remete para poder dar resposta e, acima de tudo, ser respondido perante a sua criação, neste caso a obra, o seu objeto de estudo arquitetónico.

Após pesquisa de diversas obras, tornou-se difícil encontrar uma obra arquitetónica que fosse ao encontro dos objetivos pretendidos para o estudo da nossa proposta e, ao mesmo tempo, conseguisse justificar as várias respostas e interpretações que procurávamos para a zona de intervenção.

Essa pesquisa resultou na escolha de três obras de arquitetura que surgem e se confrontam aproximadamente com o conceito, a função, a organização e a imagem da edificação pretendida.

Nesta perspetiva, devemos ter em conta os princípios essenciais em que as nossas ideais e bases são fundamentadas ao elaborar cada situação da proposta de intervenção.

Deste modo, pretendemos contribuir para o entendimento dos conceitos abordados anteriormente, com o estudo de três casos, com base em três textos de três arquitetos diferentes.

O primeiro caso refere-se ao complexo habitacional e comercial Terraços de Bragança, elaborado pelo arquiteto Álvaro Siza Vieira. A escolha recaiu sobre este caso pelo facto de este conjunto habitacional se localizar num desnível acentuado de cotas, no sentido transversal do lote, no qual o edifício estabelece uma relação com o terreno. Revelou-se um projeto bastante interessante, na medida em que é determinante na forma como os volumes assentam no terreno e como se relacionam com a envolvente, representando, estes, a riqueza espacial e compositiva do projeto. A ligação com o projeto que está a ser elaborado encontra-se na inclinação do terreno, na métrica que pretendemos adicionar na fachada e de que modo esta estabelece uma ligação com o existente.

No segundo caso temos o conjunto habitacional da avenida D. Rodrigo da Cunha, projetado pelo arquiteto Joaquim Ferreira. Este conjunto habitacional despertou-nos interesse por apresentar fogos em meios pisos, tirando partido do desnível do terreno e do modo como ele tenta relacionar-se com o terreno. Esta situação, de existir uma diferenciação de meios

pisos entre fogos, é um dos pontos que retrata a tipologia habitacional efetuada no estudo e na elaboração do projeto. Também é importante na medida em que, ao analisarmos os respetivos alçados e plantas, verificamos uma métrica de modulação e simetria bastante acentuadas delineadoras em todo percurso do edifício.

O terceiro caso de estudo diz respeito ao Edifício Seagram de Ludwig Mies Van der Rohe. Esta escolha foi motivada pelo facto de Rohe ser um dos arquitetos de referência que introduz uma plataforma métrica para a elaboração do projeto, em que pretende que haja uma simetria, uma racionalização e lógica entre as diferentes representações, tanto na planta como no alçado, com o uso de um módulo, de uma proporção.

Ao elaborarmos o projeto, fizemos referência e utilizámos o uso do módulo quadrangular. A tipologia rege-se por essa forma e, por isso, pretendemos que haja, nos desenhos dos alçados, a mesma compreensão, estabelecendo alguns princípios com o estudo do primeiro caso.

### **1.1. TERRAÇOS DE BRAGANÇA, LISBOA 1992-2004 - ÁLVARO SIZA VIEIRA**

“Por encima de todo me preocupa mantener la continuidad histórica, la continuidad de la ciudad.... Al intervenir en un centro histórico es mantener la integridad, el carácter, la atmosfera del lugar y la autenticidad de las cosas; y esto sólo se logra valorando el conjunto de relaciones en el que coexisten las arquitecturas de la ciudad de una manera amplia y equilibrada ” ( Siza Vieira, 2008, p.18).



Fig. 3 e 4 - Complexos residencial e comercial do edifício Terraços de Bragança

Fonte. [www.escriorios.com.pt](http://www.escriorios.com.pt)

Fonte: [casa.sapo.pt](http://casa.sapo.pt)

O complexo de habitação, serviços e comércio projetado pelo arquiteto Álvaro Siza Vieira situa-se num quarteirão delimitado pelas ruas António Maria Cardoso e Alecrim, no centro histórico da cidade de Lisboa, conhecido por Terraços de Bragança (fig. 3). Este estabelece uma forte relação com o existente e com a envolvente na vertente sul da colina que desce para o Tejo, até ao largo do Chiado. O lote onde está implantado este conjunto de edifícios é de forma retangular alongada, ocupa cerca 5 000m<sup>2</sup> e está direcionado para o espaço público nas frentes nascente e poente, “que supone un a llenar en una zona perfectamente consolidada”, (Siza Vieira, 2008, p.88), marcado por um forte desnível e pelas marcas aos níveis geográfico, topográfico e histórico.

Este projeto, como se situa numa área histórica habitacional, é abrangido por uma regulamentação específica que visa a salvaguarda e valorização do património cultural, pois está enquadrado no plano pombalino de 1758 e no Plano Diretor Municipal (PDM) de 1994, daí a sua importância “... à qualificação do espaço público urbano, destacando-se algumas componentes urbanísticas fundamentais (situações singulares do espaço urbano, elementos verdes, morfologia urbana, pontos de vista e panorâmicas)” (art.º I. al.4), de forma a que estas áreas tenham uma

“... revalorização da função habitacional no conjunto da cidade...; estabilização do tecido urbano consolidado...; requalificação da estrutura funcional/terciária e desenvolvimento de novas centralidades; reconversão da zona industrial oriental para serviços avançados de apoio à indústria e para desenvolvimento da plataforma logística de Lisboa; valorização da qualidade ambiental de Lisboa; melhoria da acessibilidade/mobilidade na área central da cidade” (PDM de 1994 – art.º II Diário da República).

Assim, o projeto tende a cumprir os termos do programa, a dar uma imagem urbana requalificada dos restos da muralha fernandina do século XIV, que reforça o antigo limite natural da cidade e a reforçar as características topográficas e morfológicas do local. Por isso, o arquiteto reparte o programa em duas partes:

“Así, se construyó en la zona del terreno colindante con la calle Alecrín un conjunto de tres edificios, que tienen en común u alineación con el frente de la calle y una profundidad de 15,5 metros. El programa de ocupación es también semejante: las plantas inferiores – una o dos, según el caso- se destinan a locales comerciales, y los pisos superiores a oficinas y viviendas. En la zona alta del terreno, colindante con la calle António Maria Cardoso, se construyeron dos edificios destinados a viviendas” (Siza Vieira, 2008, p. 88).

### 1.1.1. LOCALIZAÇÃO E DESENHO DA INTERVENÇÃO

O edifício Terraço de Bragança localiza-se na descida da avenida da rua do Alecrim quem vai em direção ao Largo do Chiado (fig. 4).

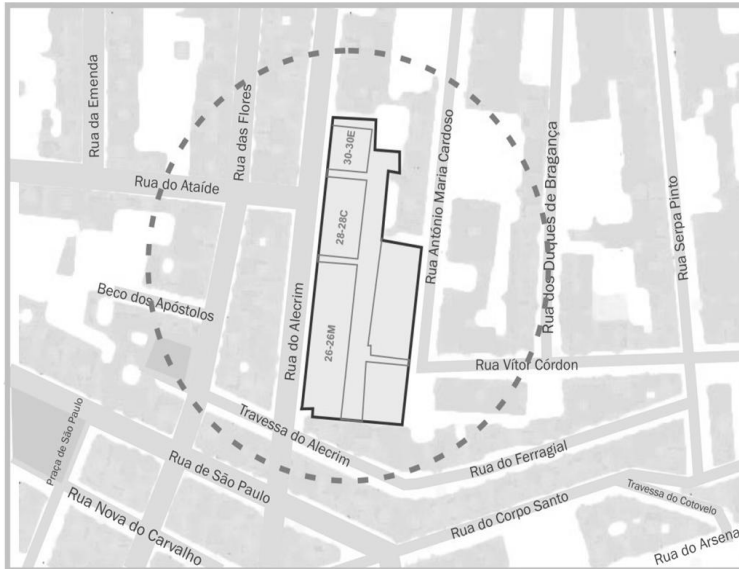


Fig. 5 - Implantação do edifício Terraços de Bragança.

Fonte: Álvaro Siza, 2008, p. 85

Este espaço encontrava-se vazio desde o terramoto da época pombalina, logo o desenho de qualquer edifício proposto deverá possuir duas frentes emblemáticas viradas para o espaço público. A rua do Alecrim revela-se importante na medida em que une, quase em linha reta, a área do Bairro Alto ao Cais do Sodré. Tendo em conta a sua largura, esta rua dá bastante visibilidade aos edifícios envolventes, beneficiando, ao mesmo tempo, da existência dos quarteirões e da envolvente.

Por outro lado, temos a rua António Maria Cardoso que é mais estreita e sobressai pela sua expressividade individual, uma vez que apresenta construções de aristocratas e o Teatro São Luís. Neste sentido, a relação do projeto com as fachadas-tipo é mais rigorosa na rua do Alecrim, devido às características da envolvente e do estilo de arquitetura, que remonta à época pombalina e que está tão presente neste espaço.

As fachadas dos edifícios, a nascente e a poente, são ritmadas, com uma composição harmoniosa reveladora da variação compositiva, que caracteriza a envolvente, a métrica dos vãos e o número de pisos. A relação que estabelecem entre si representa a época da arquitetura pombalina, do Cais do Sodré ao Chiado. Apesar de os alçados revelarem traços da arquitetura pombalina, os materiais e as técnicas construtivas apresentam uma linguagem

contemporânea. Assim, as fachadas são desenhadas na mesma face das ruas, no mesmo alinhamento, propondo algumas aberturas para o interior do lote, dando origem a um quarteirão fragmentado, alinhado aos lotes confinantes.

Na rua António Maria Cardoso, a fragmentação do edifício é visível, dividindo-o em dois blocos. O primeiro lote termina no alinhamento da relação do Palácio do Barão de Quintela que lhe está de frente. O piso recuado revela-se para o exterior da rua, é um dos principais acessos aos vestígios históricos e encontra-se num dos enfiamentos da Rua Vítor Cordon.

A segunda construção, para permitir a passagem de um percurso pedonal que liga a rua António Maria Cardoso à rua do Alecrim, recua o lote três metros. Outro fator importante a ter em conta são as condições morfológicas do terreno: o conjunto de fundações em alvenaria que pertenceram à antiga fábrica da cerveja Jansen, os restos da muralha fernandina, assim como o torreão e a porta de acesso à cidade no extremo sudoeste, indicam a atitude tomada pelo arquiteto, ao dividir o terreno aproximadamente a meio no sentido longitudinal e a fragmentar o complexo habitacional Terraços de Bragança em cinco edifícios.

Deste modo, todos estes vestígios encontrados assumem um fator importante destes alçados. Esta estratégia garante a plenitude física das construções históricas, em relação ao modo natural e simples entre o projeto e o espaço museológico, de forma a garantir um sentido de continuidade volumétrica.

A criação de vazios, entre os volumes, permite diminuir o impacto das vastas e compridas fachadas, uma permeabilidade entre o espaço público da rua com o interior do lote e com as ruínas históricas e uma repartição de espaços da propriedade, que asseguram uma forte avaliação dos termos de conformidade, adaptação, contextualização e apropriação face ao lugar.

### **1.1.2. ALÇADOS E CORTES**

O arquiteto, para responder ao programa do projeto exigido e às fortes condicionantes que a circunstância coloca, pretende fragmentá-lo. Desta forma, volumetricamente, o projeto é caracterizado por uma fragmentação, tanto no sentido da escala desproporcionada e dissonante, face ao caráter do contexto urbano, como nas fachadas dos quarteirões que são ritmadas pela alternância das paredes individuais. Estas diferenciam-se pela cor, pelo material de revestimento dos alçados e pelos pormenores decorativos e, ainda, pela distribuição

longitudinal do terreno - divide o complexo de habitação em cinco edifícios.

As fachadas destes blocos de edifícios Terraços de Bragança apresentam aspetos bastante interessantes (fig. 5), desde os topos de cada edifício até ao embasamento em pedra, características específicas que ordenam a construção, desenham o espaço urbano e distinguem a organização de cada habitação, de forma simples e clara. Todos estes aspetos e elementos são gerados à volta da arquitetura e do planeamento pombalino, que vão ao encontro dos desenhos das fachadas e, posteriormente, serão adequados os interiores segundo as necessidades do investidor.



Fig. 6 - Fachadas do edifício Terraços de Bragança

Fonte: Álvaro Siza, 2008, pp.86, 95, 87, 97)

Assim, os princípios e regras pombalinas tiveram um papel importante na configuração dos alçados e no controlo da integridade da intervenção. Preocupando-se em dar continuidade à tradição, a linguagem contemporânea atribui profundidade aos edifícios, permitindo um diálogo natural com a envolvente e respeitando a unidade arquitetónica do século XVIII. Dentro do quarteirão, o terreno mantém a sua morfologia, um espaço museológico moldado por muros de suporte e ruínas históricas recuperadas e valorizadas criando, desta forma, diversas plataformas que estabelecem concordância entre as diferentes cotas. Este logradouro é um espaço deixado livre para espaços verde e urbano, com o uso restrito a habitantes do condomínio.

Neste contexto, na rua do Alecrim, o complexo de três edifícios possui um certo equilíbrio entre as proporções e as séries de aberturas ortogonais. No topo superior do lote, verifica-se uma continuidade com a conformidade a nível de alturas e escalas dos edifícios da frente e na abertura dos vãos, com exceção da extremidade sudoeste que recua os vãos na zona da cobertura, o que provoca um afastamento das empenas entre vizinhança e uma descontinuidade entre os edifícios. Estes três edifícios são divididos por dois vazios que permitem lançar as vistas de dentro para a rua, o que favorece relações recíprocas, contacto visual e comunicação do interior com o exterior. É nestes espaços que existem pisos recuados, afastados cerca de nove metros e meio do plano da frente, que os tornam impercetíveis do espaço da rua. Estes pisos recuados, que se sobrepõem à volumetria principal, não interferem na leitura do conjunto, nem na relação que as cérceas estabelecem com o existente.

Os blocos destes três edifícios encontram-se todos alinhados e aumentam à medida que a rua desce, têm todos a mesma profundidade, pois encontram-se adossados à plataforma do logradouro, logo estão semienterrados e têm apenas uma frente. Assim, estes pisos inferiores um e dois conforme são destinados ao comércio e a escritórios. O perímetro do lote é assinalado pela variação da largura e altura, de forma a garantir os equilíbrios e proporções com a realidade física existente. As alturas destes blocos são definidas pela graduação dos pisos das habitações confinantes e pela concordância das duas extremidades. Nas do primeiro e do segundo blocos, como apresentam apenas um conjunto de acessos aos pisos de cima, a cobertura mantém-se constante e linear, diferente do que acontece no bloco do extremo sul, que é caracterizado pelo desnível acentuado da rua. A diferença de concordância de altura nas extremidades entre norte e sul é de cerca de seis metros.

O primeiro bloco deste grupo revela uma certa analogia que remonta à habitação pombalina, a nível dimensional e compositivo entre vãos, o que estabelece uma ligação próxima entre as construções dos séculos XVIII e XIX, pela sua modulação ortogonal, lógica e orgânica, que se repete nos blocos de prédios seguintes. Este bloco torna-se, com a unidade base para o resto do desenvolvimento das outras construções edificações, numa analogia e conexão de multiplicações. Desta forma, o primeiro tem uma largura de 16,6m, o segundo é quase uma duplicação do primeiro (30,5m) e, por fim, o último, o terceiro é quadruplicado (64,5m), “[...] obedecendo à regra de composição que ordena a volumetria de toda a rua, segundo a qual os edifícios vão descendo em socalcos, acompanhando a inclinação da via” (Castro, 2008, p.76).

O último bloco, situado a sul, é o edifício que tem uma fachada de maiores dimensões e que intensifica o limite do quarteirão, o que fomenta um dos princípios estruturantes do

planeamento pombalino: a racionalização e a continuidade da leitura das fachadas, a lógica e a orgânica funcional do quarteirão, como uma sintonia da composição urbana. Os alçados, virados para os espaços públicos a poente, situados na rua Alecrim, nos topos dos edifícios entre norte e sul, os muros são cegos, têm poucas aberturas, pois convergem na parte inferior dos volumes e distinguem-se a nível do material de revestimento da fachada. Ou seja, na fachada sul o embasamento em pedra acaba no primeiro piso do edifício e o azulejo reveste a superfície superior. A norte o acabamento é em pedra, que vai até ao limite da cobertura, revestindo a parede. Este revestimento diminui o sentido da fragmentação e favorece a visão unitária dos blocos dos edifícios. Ao mesmo tempo, o uso da pedra permite identificar a estereotomia como a pedra é aplicada, identificando as diferentes eras.

Também é estudado, no projeto, o critério para a distinção dos pisos e da sua correspondência: é um género específico de aberturas, ou seja, ao serem alinhadas, as consolas elucidam os frisos homogéneos nos três blocos continuados nos edifícios confinantes, promovendo uma imagem única, tornando harmoniosa a variação do número de pisos.

Quanto à cor dos volumes, na rua do Alecrim foram utilizados três tons de azul, de forma a dar continuidade entre os edifícios e as habitações envolventes.

A fachada posterior, que fica na frente nascente, confinante com a rua do Alecrim, é um alçado que apresenta poucas aberturas, pelo facto de haver uma exposição solar desfavorável. Possui, ainda, um sistema de palas verticais, associado às varandas, de modo a proporcionar um sombreamento e a direcionar o olhar para a paisagem localizada a sul. Com estas aberturas faz a correspondência aos quartos, objetivando conferir-lhe uma maior privacidade e proteção, face aos apartamentos dos blocos da frente. Algumas destas aberturas dão acesso ao jardim, um espaço público “... destinada a espacio museológico integrado en los espacios públicos de las viviendas y visitables por el publico.” (Siza Vieira, 2008, p.88)

Essa fachada, com o aumento do corpo das varandas, caracteriza-se como um dos impulsores da relação entre o novo e a realidade existente, pois estabelece um confronto com as características morfológicas da envolvente e com a analogia volumétrica do edifício. O seu alçado é constituído por uma grelha em betão que se caracteriza por uma malha retangular bastante visível, o que assume um papel determinante na caracterização do alçado. Este tipo de alçado permite e dispõe de uma boa iluminação solar, beneficiando, também, de uma bela paisagem sobre a cidade e o rio Tejo.

Assim, o edifício assenta em pilotis, com uma expressão compositiva de grandes dimensões e com uma altura de quatro metros que patenteiam referências do movimento

moderno. Os dois lotes estabelecem a altura dos volumes com as construções confinantes e a pendente da rua, e concedem, ao espaço público e museológico, “el contacto de estos dos edificios con el suelo se realiza por medio de pilares con grandes vanos entre sí, que contribuyen a preservar las ruinas existentes de la Muralla Fernandina, testimonio histórico que confiere un gran valor al terreno” (Siza Vieira, 2008, p.88).

No jardim, o acesso para as entradas dos blocos de habitação é realizado por baixo das varandas, de modo a salvaguardar as ruínas existentes.

Contraposta à rua do Alecrim, temos a segunda fornada de edifícios destinada à habitação e situada na rua António Maria Cardoso. Estes edifícios apresentam a mesma composição métrica, a mesma fragmentação e a mesma cêrcea que obedecem e regulam o outro lado poente do projeto. Em oposição às aberturas dos vãos com uma métrica mais apertada e mais pequena, verificamos, atualmente, que essas aberturas são maiores e espaçadas entre si, dando lugar a varandas e cornijas.

Os pisos cumprem uma escala que é visível no exterior, através das aberturas que respeitam as dimensões e as proporções da legislação em vigor. A separar a parte do comércio e da habitação e a salientar o último piso do edifício destacam-se os elementos em cantaria, a sobressair no plano da fachada. Na rua António Maria Cardoso foram utilizados o cinzento e o amarelo claro, reforçando a autonomia subjacente à natureza dos dois edifícios.

Em suma, nas fachadas principais viradas para as ruas Alecrim e António Maria Cardoso, o arquiteto Siza Vieira teve em conta o método arquitetónico da baixa pombalina, no uso da “gaiola”.

Pelo contrário, nas fachadas posteriores a poente não respeitou a estrutura inicial do edifício, utilizando o betão armado, com pilares e lajes fungiformes, revelador de uma construção mais moderna. As coberturas são planas, isto é, aproveita nas coberturas como varandas, um sistema invertido, diferente dos edifícios confinantes. A pedra e o azulejo são aplicados com uma linguagem mais contemporânea, recriando, assim, a Lisboa a partir dos séculos XVIII e XIX. Apresentando características e dimensões específicas, o azulejo é rigorosamente controlado nas medidas do projeto, uma vez que condiciona o desenho da fachada e o espaçamento e a proporção dos vãos.

## **1.2. CONJUNTO HABITACIONAL AVENIDA D. RODRIGO DA CUNHA, BAIRRO DE ALVALADE (1949) - JOAQUIM FERREIRA**

“Indo de encontro aos desejos da Ex.<sup>a</sup> Câmara e sob as diretrizes do Arquiteto Urbanista Faria Costa, estudámos o aproveitamento do terreno de forma a valorizá-lo, não só no número de fogos que conseguimos atingir com esta nova disposição, mas sobretudo debaixo do ponto de vista estético” (Costa, 2005, p.96).

Em 1949, realizaram-se os primeiros estudos urbanísticos para o Bairro de Alvalade, visando uma linguagem modernista. Um destes projetos modernistas foi o conjunto habitacional da avenida D. Rodrigo da Cunha que conseguiu ter mais significado por ter implicado a alteração das disposições do plano de urbanização da zona sul da **avenida** Alferes Malheiro.

Este conjunto habitacional, situado na avenida da Igreja, junto à avenida do Aeroporto, foi projetado pelo arquiteto Joaquim Ferreira. Foram propostos vinte blocos habitacionais projetados na perpendicular à avenida D. Rodrigo da Cunha, uma visão diferente proposta pelo plano urbanístico e pelo arquiteto Faria da Costa, que construiu um conjunto contínuo e paralelo à mesma via.

Como os antigos edifícios se encontravam com falta de condições e inabitáveis e os quintais nas traseiras se encontravam desagradados, abandonados e em mau uso dos moradores, uma vez que foram abandonados pelos seus locatários, foi proposto, de acordo com o arquiteto, um novo desenho urbanístico que resolvesse estes problemas e desse uma imagem arquitetónica próxima do movimento moderno.

Neste conjunto de edificadros, as fachadas encontram-se orientadas a nascente-poente, ou seja, a organização dos edifícios em dois corpos é feita altimetricamente desfasada em meios pisos, devido à inclinação do terreno, simetricamente alinhada ao longo da avenida.

A nova intervenção, proposta pelo arquiteto Joaquim Ferreira, pretendia valorizar o terreno, aproveitar o maior número de fogos e, ao mesmo tempo, dar importância ao sentido estético relacionando-o com a envolvência, sendo os edifícios todos iguais perpendicularmente às curvas dos espaços públicos ajardinados (fig.6). Para terem acesso aos edifícios através destes espaços públicos ajardinados dos lotes, existe uma escadaria com patamar curvo, o que revela a falta de acessibilidades para o lote. Interiormente a entrada do edifício é desorganizada no que respeita à altura, mostrando a disposição vertical dos acessos: do lado esquerdo desce-se um lanço de degraus para o patim de entrada dos dois apartamentos

do rés-do-chão esquerdo (fig. 7 e 8); do lado direito sobe-se um conjunto menor de degraus, para o patamar dos dois apartamentos do rés-do-chão direito. Do lado nascente, o apartamento encontra-se em cotas superiores em relação ao fogo do lado, já que este está semienterrado no terreno. Um destes apartamentos é o fogo do Sr. da portaria e, é a partir deste patamar, que se encontra a caixa das escadas em meios-pisos em cada andar, direito e esquerdo.



Fig. 7 - Edifício e envolvente

Fonte: António Carvalho, 2013, p.145



Fig. 8 - Caminho de acesso ao edifício

Fonte: António Carvalho, 2013, p.145

Desta forma, verifica-se que o bloco de apartamentos não contém elevador, possuindo, apenas, a casa de escadas organizada segundo um eixo longitudinal, em que cada patamar dá acesso a dois fogos simetricamente iguais. Em suma, o bloco habitacional é desenvolvido através do conjunto de acessos central, em cada piso encontram-se quatro apartamentos, dois em cada lado, desfasados por meios pisos que, divididos ao meio, são iguais.

Na sua organização espacial, devido ao eixo longitudinal, os fogos, em termos de configuração espacial, apresentam-se estreitos mas profundos. No interior das habitações pretendeu-se uma redução de áreas de circulação e espaços desnecessários e adequar os espaços das casas de banho e cozinha, regulados de acordo com a legislação em vigor.

Assim, foram excluídos os logradouros privados, valorizando os pisos mais elevados em detrimento dos primeiros. Foram criados espaços livres à volta do edifício, dando origem aos espaços verdes destinados aos moradores, proporcionando melhores condições de habitabilidade, permitindo uma maior e melhor circulação de ar e luz, algo bem diferente da situação proposta anteriormente. Estes espaços foram arquitetados pelo arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles.

Além disso, as fachadas expostas a norte foram suprimidas, tornando-se menos longas. O material utilizado na construção foi o betão armado. Quanto à cobertura, são visíveis dois tipos: a invertida e a tradicional, uma vez que o último piso tem dois fogos do lado direito, o faz com que do lado esquerdo o telhado seja de cobertura plana, para que sirva de terraço aos apartamentos do piso inferior. Este espaço comum aparenta beneficiar estes apartamentos, dado que existe a possibilidade de ocupação deste lugar.

### **1.3. EDIFÍCIO SEAGRAM (1954-1958) PARK AVENUE, NEW YORK - LUDWIG MIES VAN DER ROHE**

Ludwig Mies Van der Rohe é um dos arquitetos mais conceituados da arquitetura do século XX e é conhecido por projetar uma arquitetura marcada pela clareza e simplicidade. Como o próprio afirma, “[...]acredito que a arquitetura não deva guiar-se por invenções de formas inéditas e nem por inclinações pessoais. A verdadeira arquitetura é uma arte objectiva e a expressão do espírito da época em que se desenvolve”.<sup>1</sup>

As suas plantas revelam formas bastantes lineares e assimétricas, com linhas, quadrados e retângulos que, possivelmente, revelam influências vanguardistas. Mies Van der Rohe sentia a necessidade de purificar-se do formalismo, descobrindo uma racionalização moral da arquitetura para determinar a forma e toda a sua organização, mas não seria por ela submetida.

Ao longo da sua carreira, Mies van der Rohe (1886-1969) tem dois períodos, duas formas de projetar de maneira a relacionar-se com os novos edifícios e com os tecidos urbanos existentes. No entanto, a forma como projetava era a mesma, o arquiteto utilizava uma métrica, uma modulação que é entendida como uma base estrita, lógica e modular, com uma quadrícula que resulta como se fosse uma malha tridimensional onde se articulavam geometrias puras. Na conferência no Instituto de Tecnologia de Illinois, em 1950, Rohe, citado por Apud Frampton (1997, p.281), atribuía grande importância à técnica

“A tecnologia é muito mais que um método, é um universo em si. Enquanto método, é superior em quase todos os aspectos. Contudo, é somente ao ser deixada consigo mesma, como nas gigantescas estruturas da engenharia, que a tecnologia revela sua verdadeira natureza. Sempre que a tecnologia atinge a sua realização plena, ela transcende a si mesma como arquitetura”.

---

<sup>1</sup> [www.scribd.com/doc/87472974/apresentacao-mies](http://www.scribd.com/doc/87472974/apresentacao-mies)

O arquiteto projetava uma obra e desenhava todos os detalhes da sua construção, tanto a nível da sua estrutura com na parte tectónica dos materiais e na sua estereotomia. Traçava e imaginava a sua forma, esboçava a planta que era dimensionada pelo módulo do tijolo adquirido, assim como os planos verticais, os portantes e o assentamento dos tijolos – estrutura. Desta forma, Rohe demonstra todo o seu domínio da forma tectónica e da construção, desenvolvendo e explorando todas as potencialidades plásticas da parte construtiva.

Para Apud Frampton

“Foi o ponto de partida de transformação em sua obra, que passou da assimetria informal à monumentalidade simétrica. Este impulso para o monumental culminou no desenvolvimento de um método construtivo extremamente racional que foi amplamente adotado no anos 1950 pela industria americana ...” (1997, p. 281).

Assim, entre os anos 1939 até 1969, o arquiteto, conforme as suas pesquisas formais/espaciais desenvolvidas e os sistemas construtivos utilizados, assentou a sua arquitetura numa estrutura reticulada em aço e vidro numa malha que possuía uma quadrícula de 7,2 por 7,2, com 3,6 m de altura, onde se situavam e articulavam figuras geométricas dos edifícios, uma síntese entre a axialidade e a simetria clássicas e a composição aberta e dinâmica do neoplasticismo. Neste caso, com esta malha ortogonal, obtém-se uma maior precisão técnica.

Os edifícios integram-se na malha urbana da cidade, pois devem ser projetados como um conjunto de prismas repartidos sobre uma malha modulada, dentro de uma linguagem moderna, que exprime economia e técnica e se integra na arte e na indústria. Todos os edifícios projetados por Rohe seguem uma modulação de 7,20m x 7,20m, em planta, e 3,60m na sua altura, originando, assim, nas suas fachadas, um quadrado duplo.

Desta forma, o edifício Seagram é o primeiro a utilizar a “pele de vidro” e o “esqueleto” em aço. Este edifício vertical é como se fosse uma “gaiola”, com pilares, vigas e vãos à mostra. O arquiteto construiu outros edifícios substituindo a “pele”, preenchendo-a com materiais variados como o vidro, o tijolo e o aço.

Na opinião de Blake (1966, p.71), Rohe “consegue, nestas propostas, enxergar com grande clareza a natureza da técnica da construção americana e as empregou com simplicidade, lógica em estrutura e expressão estrutural”.

Deste modo, verifica-se que o arquiteto era um homem de visão, ao instituir a ideia da

cidade moderna construída com elementos independentes e comunicativos, ao dar importância à envolvente de forma a estabelecer uma lógica de continuidade com o existente e de conceder a arquitetura em relação ao espaço público e livre. Nesta perspectiva, Gossel e Leuthauser (1996, p.230) defendem “... a subdivisão da cidade em áreas de ritmo lento, acessíveis ao pedestre, como se fossem grandes ilhas platónicas no caos da metrópole, tal como o que criara no vestíbulo do edifício Seagram: um espaço puro sob o vidro e sobre a plataforma urbana simétrica”.

Segundo este pensamento, o edifício Seagram (1954-1958) é um edifício individual que expressa “.. as diferenças ou os usos, e os seus invólucros rectangulares eram feitos para servir muitos objectivos diversos” (Gossel e Leuthauser (1996, p.235). O edifício foi implantado numa plataforma de granito, elevada a sessenta centímetros em relação à cota do passeio; as janelas vão do piso ao teto dos escritórios, sem elementos horizontais, características expressas em quase todas as obras anteriores de Mies van der Rohe. No Seagram, o edifício assume uma verticalidade marcante, característica de outros arranha-céus projetados posteriormente.

O edifício de escritórios tem trinta e oito andares, está afastado vinte e sete metros da rua, para criar uma visão cinemática, gerar um espaço público e uma praça pública frontal e profunda, flanqueada apenas por dois espelhos de água colocados lateralmente. Este edifício localiza-se “.. on Park Avenue, an indulgence in open space unprecedented in midtown Manhattan real estate, has given that building an aura of special domain.....”<sup>2</sup>, dotado de uma monumentalidade que neste tempo não existia. Ocupa, apenas, quarenta por cento do terreno em construção, libertando o espaço restante para uma zona de espaço público com mobiliário urbano e bancos em mármore. Este espaço representa “an expensive aesthetic and symbolic gesture, especially significant in the dense urban environment which surrounds it”<sup>3</sup>.

A praça realça a volumetria do edifício espelhado de cor bronze escuro e âmbar-cinzentos, com estreitas janelas, gerando fachadas-em-cortina (do chão ao teto) que acentuam a verticalidade.

A torre do Seagram fica assente sobre pilotis, criando uma imagem de um grande vestíbulo de vidro do térreo, com oito m de altura e recuado em relação aos pilares frontais do edifício (fig.8). Este átrio é um espaço grandioso, mas simétrico, axial e transparente. Tem uma cobertura em grelha metálica com quatro apoios periféricos em aço, de secção cruciforme, e sistema estrutural bidirecional.

---

<sup>2</sup> [www.greatbuildings.com/buildings/Seagram\\_Building.html](http://www.greatbuildings.com/buildings/Seagram_Building.html)

<sup>3</sup> [www.nyc-architecture.com/UES/UES002.htm](http://www.nyc-architecture.com/UES/UES002.htm)



Fig. 9 - Edifício Seagram e envolvente

Fonte: [http://pt.wikiarquitectura.com/index.php/Edif%C3%ADcio\\_Seagram](http://pt.wikiarquitectura.com/index.php/Edif%C3%ADcio_Seagram)

A entrada para o edifício é feita pela zona envidraçada, no rés-do-chão, como se ela tivesse surgido de um prolongamento da praça. No Seagram, o sistema estrutural é a base de todo o partido do edifício que, estruturalmente, é uma grande “gaiola” retangular em aço, com uma grande laje de concreto, de dez centímetros de espessura.

Quanto à estrutura, apresenta grandes dimensões com pilares quadrados, vigas em I, verticais, exibidas no exterior e vigas em I estruturais situadas nos cantos, encastradas no betão, de modo a resistirem a incêndios. As arestas, ao longo do edifício, foram moldadas de forma cuidada para a existência da simetria. A proporção dos vãos foi de 3:5, para a construção de uma edificação prismática, retangular e simplificada que agregava conceções de elegância e cosmopolitismo. A implantação do edifício obedece a uma reticula modular e eixo de simetria no ambiente central, onde as margens aparecem de acordo com as

necessidades. O espaço apresenta-se regulado matematicamente através do módulo e dos sistemas simétricos, de tipo tradicionais.

Esta precisão técnica, utilizando o módulo, serve como uma unidade de base que se pode adicionar ou subtrair de acordo com as preferências utilizadas. Neste caso, o mesmo módulo serve para as salas de reuniões, as salas de espera e as salas técnicas.

Na parte mais alta da torre, o arquiteto colocou paredes cegas de alvenaria para suportar a ação dos ventos dominantes. Assim, ao utilizar o perfil “I” de bronze para sobressair a pele de vidro, articula e trabalha de forma original a superfície vertical do edifício, criando um jogo de relevo, luz e sombra. Nos edifícios em altura, Rohe opta por uma estrutura em aço laminado, pela sua rapidez de montagem, economia e possibilidade de ter grandes vãos abertos e livres para a paisagem. Em termos de materiais, este edifício utiliza o “bronze” do vidro, representando uma composição axial, com uma rigorosa geometria, o que o tornou, na época, um dos símbolos do Estilo Internacional.

Ludwig Mies van der Rohe acreditava: “that the more a building was pared to its essential structural and functional elements, and the less superfluous imagery is used, the more a building expresses its structure and form”.<sup>4</sup> Com este exemplo de arquitetura, a cidade mudou a lei do uso do solo e zoneamento, para estimular a abertura de novos espaços em projetos de grandes arranha-céus residenciais e comerciais. Tornou-se, deste modo, uma referência base formal e estrutural, para a construção de novos edifícios administrativos e comerciais, em função da sua flexibilidade espacial e economia de materiais. Assim o edifício Seagram foi o pioneiro na construção denominada *fast-track* (pista rápida).

Em suma, este edifício simboliza a importação das ideias modernistas da Europa para os Estados Unidos, expressa uma ampla união entre o uso racional de elementos de construção, com formas mais puras e mínimas e a junção entre geometria e tecnologia sem ficar fora de moda e a um tempo real, apelando sempre às leis eternas da arquitetura que são a ordem, o espaço e a proporção.

---

<sup>4</sup> [www.nyc-architecture.com/UES/UES002.htm](http://www.nyc-architecture.com/UES/UES002.htm)

### PARTE III - CASO PRÁTICO EM VISEU

“Se quisermos identificar a cidade, devemos seguir a trilha para trás, partindo das mais completas estruturas e funções urbanas conhecidas, para os seus componentes originários, por mais remotos que se apresentem no tempo, no espaço e na cultura, em relação aos primeiros tells que já foram abertos. Antes da cidade, houve a pequena povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras; e antes de tudo isso, houve certa predisposição para a vida social que o homem compartilha, evidentemente, com diversas outras espécies animais.” (Mumford, 1998, p.11).



## 1. METODOLOGIA DE TRABALHO

A parte prática do presente trabalho centra-se na cidade de Viseu, mais concretamente no centro da cidade junto à zona da circunvalação, sendo este espaço o principal objeto de estudo e zona de intervenção.

Neste espaço são visíveis bastantes obstáculos urbanos, por falta de acessos e os que existem são inadequados. Apresenta cotas acentuadas que dificultam o movimento e representam condicionantes a nível urbano. As várias condicionantes da zona tornam-na num local desafiante para o desenvolvimento de uma arquitetura acessível. Por isso, é essencial uma intervenção de forma a tornar a zona acessível e encaixá-la nas dinâmicas da cidade, requalificando, assim, a identidade da zona de intervenção.

Os fundamentos teóricos, no capítulo anterior, procuraram um melhor entendimento sobre a acessibilidade, na tentativa de se perceber o que se entende por esta temática tão atual e, o mesmo tempo, de que modo o acesso é importante na cidade e o que podemos fazer para garantir a acessibilidade, tendo sempre em conta os indivíduos que dela usufruem.

O processo usado no perímetro de intervenção vai defender o uso da continuidade da malha, como forma de proporcionar uma melhoria da acessibilidade nesta zona. Para isso, foi valorizada a análise dos cheios e dos vazios da cidade, de forma a facilitar a interpretação da lógica organizativa e morfológica do edificado e do espaço público e o reconhecimento dos programas e fluxos existentes na zona histórica. Neste sentido, a acessibilidade na zona de intervenção permite a criação de espaços acessíveis e a eliminação de barreira físicas e sociais existentes, permitindo tornar os espaços legíveis pelo utilizador.

A estratégia adotada para a execução do trabalho dividiu-se em três partes: análise e entendimento do problema; local de intervenção e resolução prática do problema com base em referências práticas e nas linhas teóricas abordadas no capítulo anterior.

Primeiramente, procedeu-se a uma observação/análise direta do território e dos vários *layers* que compõem e envolvem o lugar da intervenção. Além disso, foi feito um estudo a partir de desenhos e de documentação, pesquisa eletrónica e bibliográfica sobre o local de intervenção e da cidade onde este se inclui.

Após a análise do espaço e durante o desenvolvimento da proposta, consultámos diversa bibliografia referente aos vários temas abordados, para que a proposta urbana e arquitetónica correspondesse ao pretendido. Foram também consultadas várias referências de projetos arquitetónicos que serviram de base para o desenvolvimento da proposta.

A arquitetura afeta o indivíduo, este interage com ela no cotidiano. Logo, é natural que os elementos que a compõem (forma, cor, textura, luz natural e artificial) envolvam e afetem o indivíduo, tanto a nível físico como psicológico, alterando os seus movimentos no espaço e na sociedade.

“Da Lusitana em o meio está assentada  
Uma Cidade antiga, populosa,  
Não menos nos engenhos sublimada  
Que nas sanguíneas armas belicosa.  
De serras, e altos montes rodeada,  
E de rios, que a fazem mais fermosa,  
Torres, muralhas, alta fortaleza  
Publicam sua antiga e grã nobreza” (Pavia,1638, narração).



Fig.10 Vista aérea da cidade de Viseu

Fonte: [www.skyscrapercity.com](http://www.skyscrapercity.com)

## 2. CIDADE DE VISEU

O Homem é o principal controlador e o “meio” essencial para que ocorra história, processos de crescimento da malha urbana e desenvolvimento do indivíduo e de vivências dentro dos centros das cidades. Como cita Portas (2007, p.9)

“ A Cidade, sem dúvida a maior criação física do Homem e uma das mais significativas criações do seu espírito, atravessa agora tempos difíceis da sua já longa história. Como instrumento e como obra de arte - que é, ou deveria ser paralelamente - a Cidade atual é geradora de atritos de toda a ordem que não favorecem a vida física e espiritual dos seus habitantes”.

As cidades portuguesas desenvolveram-se a partir do espaço público, construídas à volta do castelo e/ou Sé, de procriação espontânea, com lineamentos de estrutura medieval radiocêntrica, com vestígios de permanência árabe e romana por razões militares, que lhes foram deixando marcas de ocupação.

Viseu não é exceção e apresenta parâmetros com princípios fulcrais que a definem, como a sua localização topográfica, assente num monte com marcação de declives acentuados junto à margem esquerda do rio, virados a sul e a construção de muralhas que delimitam o centro e o ponto fulcral – a Sé – de base medieval. A fortificação revela marcas de um período bastante conturbado, com sinais de guerras e conquistas de diferentes povos com valores histórico, arquitetónico e cultural. Assim, esta cidade é construída por um valioso centro histórico, constituído por um tecido urbano antigo, repleto de múltiplas sobreposições, extremamente denso e orgânico (fig. 10). Neste sentido Portas afirma

“as nossas cidades, feitas e refeitas tantas vezes, mantiveram assim o carácter permanente e relativamente invariante com que os territórios que foram “colonizados” ultimo meio século, já não puderam contar. Porque a sua “urbanização” não foi temporalizada nem antecipada. Mesmo que tivesse havido mais planos ditos de ordenamento, através desse pratica defensiva de zonificar, apenas conduziriam a fragmentos maiores mas não menos “deslaçados”( Portas, 2007 p.211).

Após a leitura de diferentes abordagens sobre a formação do centro histórico de Viseu e uma análise com base em métodos comparativos com as cidades portuguesas com centros históricos, concluímos que, tal como as outras cidades, esta é derivada da sua função de fortificação. Nasce na época castreja, da qual ganha uma grande importância com a Romanização, devido ao entroncamento de estradas romanas. Os vestígios encontrados no

distrito alinham-se em eixo constituindo, talvez, a estrada de Mérida, que se interromperia com a ligação Olissipo Bracara.

Na época romana, por volta do século II a.C., dá-se a edificação de grandes vias principais o “cardus” e o “decumanus”, o que permitia à população expandir-se, para outras terras. Neste momento, a Cava de Viriato era o elemento de maior relevância urbana e a zona da Sé o ponto privilegiado. Assim, a Cava era o ponto crucial para todos estes acontecimentos, este era local de vigilância e de defesa, servindo de quartel-general, pois situava-se num ponto estratégico onde convergiam as estradas, logo era uma passagem obrigatória.

Depois da ocupação romana na Península, sucede-se o domínio Visigótico dominando a sede da diocese, seguindo-se, no século VIII, o domínio dos Muçulmanos que foi alvo de diversos ataques e contra-ataques, alternados entre cristãos e muçulmanos.

Entre os séculos XV e XVI, com a evolução e o aumento do número de habitantes, a cidade ultrapassa o limite das muralhas, ocorrendo a sua ampliação através de ligações a aglomerados que se formaram ao seu redor. Os aglomerados urbanos refletem a topologia, encontrando-se a Sé no ponto mais alto da cidade. A Cava de Viriato apresenta maior expressão cívica que o centro histórico e ao rio Pavia atribui-se um carácter importante na cidade.

Em 1513, no reinado de Dom Manuel I, a cidade edificada chega à zona central – o Rossio – um espaço público e emblemático que se transforma num espaço de acontecimentos, um ponto de encontro da sociedade, bem como o centro de propaganda política, devido ao facto de aí se encontrar a Câmara Municipal, edifício emblemático da cidade. Analisamos, também, que, ao longo dos tempos, as ruas do perímetro da zona de intervenção foram vítimas de divisão. Assim, a rua Maria Pia deu origem à rua Formosa e à rua 5 de Outubro; abertura da rua Alexandre Lobo em simultâneo com a rua Capitão Silva Pereira, a qual absorveu parte da quinta dos Pessanha (casa da Prebenda) e fez ligação à rua da Regueira, antiga rua D. Luís I. Também ocorreu uma transformação da rua Alferes Maldonado, num dos primeiros anéis da cidade (estrada da circunvalação), fazendo o corte entre a rua Simões Dias e a quinta de S. Miguel. Ocorreu, ainda, a abertura do largo Alves Martins que separou o atual jardim de Santa Cristina do Convento dos Neys.

Do século XII até meados do século XIX, são planeadas novas zonas de expansão da cidade, que pretendem urbanizar os espaços vazios e estabelecer uma racionalização nas ligações entre os diversos pontos da cidade, do centro para a periferia, patente na rigidez das vias que contrasta com o traçado sinuoso das ruas da zona da Sé. Nesta perspetiva, o

desenvolvimento da cidade cresce de forma rádio-concêntrica, com uma malha densa e apertada, com grandes desníveis e por processos de sobreposição. A cidade cresce não obedecendo a nenhum modelo/regra, num ambiente peculiar apoiado pelo crescimento enorme das periferias e na criação de circunvalações que vão servir como limite da cidade.



“A realidade que me interessa e para a qual quero dirigir a minha imaginação, não é a realidade das teorias descoladas das coisas, mas sim essa outra que aponta para Habitar; a da tarefa arquitectónica concreta. É a realidade dos materiais – pedra, tecido, aço, cabedal... - e a realidade das construções que utilizo para edificar, em cujas características tento penetrar com a minha imaginação, empenhado em encontrar sentido e sensualidade [...]. A realidade da arquitectura é o concreto, o que se tornou forma, massa e espaço, o seu corpo. Não existe nenhuma ideia, excepto nas coisas” (Zumthor, 2006, p.36).

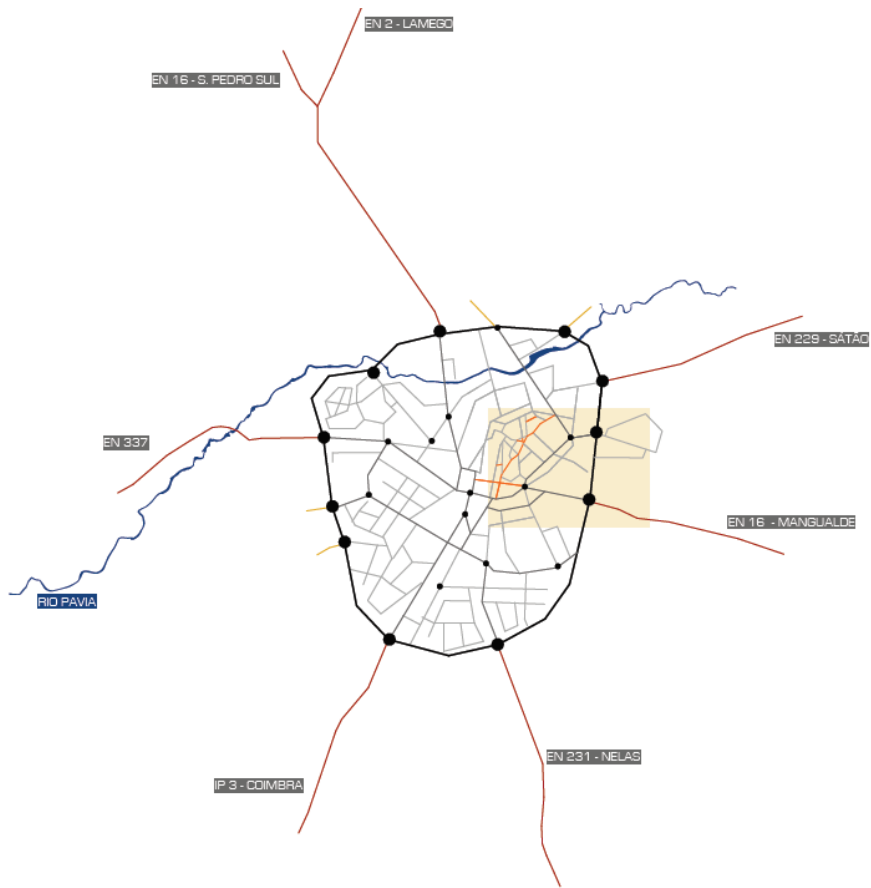


Fig. 11 - Localização do estudo de caso em Viseu  
Fonte: Elaboração própria

### 3. LUGAR DE INTERVENÇÃO – ANÁLISE

Para facilitar a compreensão dos temas anteriormente referidos, empreendemos, agora, num caso de estudo prático e atual. O exemplo escolhido remete-nos para a cidade de Viseu (Portugal), mais especificamente para o espaço que se encontra a noroeste do seu centro histórico (fig. 11).

A zona escolhida tem toda a autenticidade já que está inserida num contexto urbano, define limites, zonas de transição e vai ser alvo de uma intervenção. Daí o interesse em analisá-la para, posteriormente, o projeto ser o mais adequado possível. É importante referir, ainda, que os aspetos a analisar não se confinam somente à zona de intervenção, pois é fundamental expandir a análise até ao centro histórico, dado que existe um limite físico de separação – a circunvalação – que faz a divisão do centro com a periferia. Esta zona está inserida num determinado contexto que funciona como um todo, como um sistema complexo, entendida como um grande vazão urbano, uma zona descaracterizada, uma zona limite entre as manchas urbanas envolventes, que dificulta a ligação entre elas, devido à predominância de diferentes infraestruturas viárias, ao caráter dos edifícios nela inseridos, ao tipo de utilizadores do espaço e também à própria morfologia do terreno.

A análise é fundamental para o arquiteto, é nela que se baseia para uma intervenção consciente da realidade existente, pois com ela estuda-se a técnica e sistematicamente a importância do perímetro do local, o ambiente e a forma que ele nos comunica e nos transmite.

Numa primeira abordagem ao local, o observar foi um dos pontos fulcrais para a intervenção. Situando-nos no ponto mais alto do terreno, junto à circunvalação, observam-se os limites visuais e registam-se os pontos mais marcantes, ou seja, a bela paisagem dirigida para a Sé e os aglomerados de edificações que descem e circundam o monumento, formando aglomerados em que as ruas delimitam os limites destes mosaicos.

A circunvalação com a Sé encontram quase a mesma cota, o que revela que entre a zona de intervenção e o centro se cria um vale. Verificamos, por isso, que o local de intervenção se revela bastante acidentado ao longo da sua extensão, potenciando as vistas para o centro histórico da cidade e para a mata da cidade – o Fontelo.

Assim, a zona de análise é dominada pela Sé, que ocupa o *skyline* (fig.12) da cidade, ou seja, o espaço de intervenção beneficia de uma boa relação visual com o centro histórico, facto que deve ser tido em conta, constando também das normas do PDM que determinam essas mesmas relações.

Neste âmbito, podemos dizer que a zona de intervenção apresenta atributos muito próprios. Logo, uma das condicionantes da proposta urbana é a conservação dos edifícios existentes e remotos (a igreja de S. Miguel e a escola), colmatar as traseiras dos edifícios existentes, as zonas verdes, as infraestruturas viárias presentes e o seu relevo, que topograficamente apresenta cotas acentuadas (cerca de vinte metros acima), onde se encontra a circunvalação, que dificultam o movimento e representam condicionantes a nível urbano. É, por isso, necessária uma intervenção de forma a tornar a zona acessível e a encaixá-la nas dinâmicas da cidade, revitalizando, assim, a identidade e o carácter da zona de intervenção.

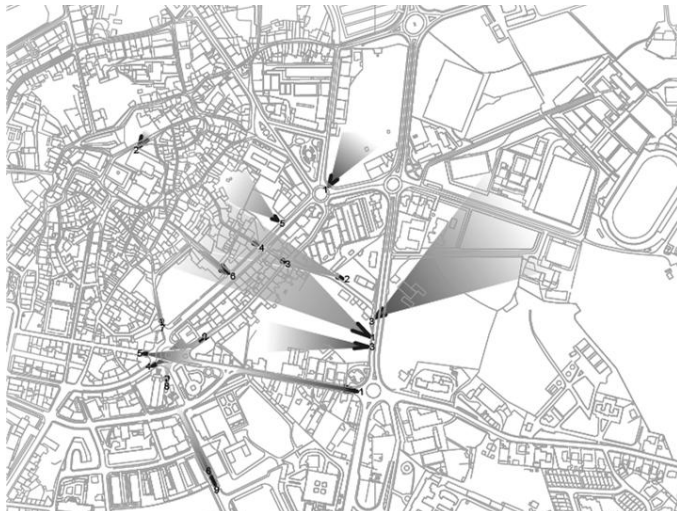
A uma escala humana, a zona envolvente apresenta dois tipos de manchas, uma relacionada com o edificado e outra com os espaços exteriores adjacentes a esta construção, que são as ruas, as praças, os largos e a ausência de espaços verdes. Todas estas unidades de paisagem, dentro da cidade, demonstram características homogéneas que permitem diferenciá-las e classificá-las, apesar de se apresentarem com diferentes formas, tamanhos ou configurações. Também a morfologia e o crescimento espontâneo representam características próprias de cada paisagem.

“A cultura de urbanizar “como rede” sempre resultou mais urbana do que a de urbanizar “com zonas” ou “grandes projetos”. A primeira via, mais antiga, privilegiava a continuidade e os espaçamentos; enquanto a segunda, a mais moderna, privilegiou os bairros, os polígonos, as urbanizações, os parques temáticos... sem dar significado e coerência aos espaços-entre, aos intervalos residuais” (Portas, 2007, p.211).

Assim sendo, esta área pode ser entendida como um grande vazio urbano, uma zona descaracterizada e de transição, que define limites entre as manchas urbanas envolventes e que dificulta a ligação entre elas devido à predominância da grande infraestrutura viária (a circunvalação); ao carácter dos edifícios nela inseridos; aos tipos de utilizadores do espaço e, também, à própria morfologia do terreno que se apresenta bastante acentuada. E como defende Relph,

“Pode haver muito espaço, mas este parece ter pouca utilidade ou ser desprovido de quaisquer formas atractivas; é frequentemente ajardinado de uma forma descuidada ou é transformado em estacionamento. Estas áreas espaçosas raramente são locais agradáveis para um peão se sentar ou passear; são locais por onde se deve passar a correr, em direcção ao carro ou a outro edifício” (Relph, 1987, p.216).

Em suma, nela confluem/convergem variadas questões, as quais serão seguidamente apresentadas, de forma breve e sintética, pois assumem-se importantes para um melhor entendimento e posterior intervenção no local.



MOSAICO DE FOTOS DIRIGIDAS PARA A SANTA CRISTINA



MOSAICO DE FOTOS DIRIGIDAS PARA A SÉ DE VISEU



MOSAICO DE FOTOS DIRIGIDA PARA A PERIFERIA



Fig. 12 - Skyline

Fonte: Elaboração própria

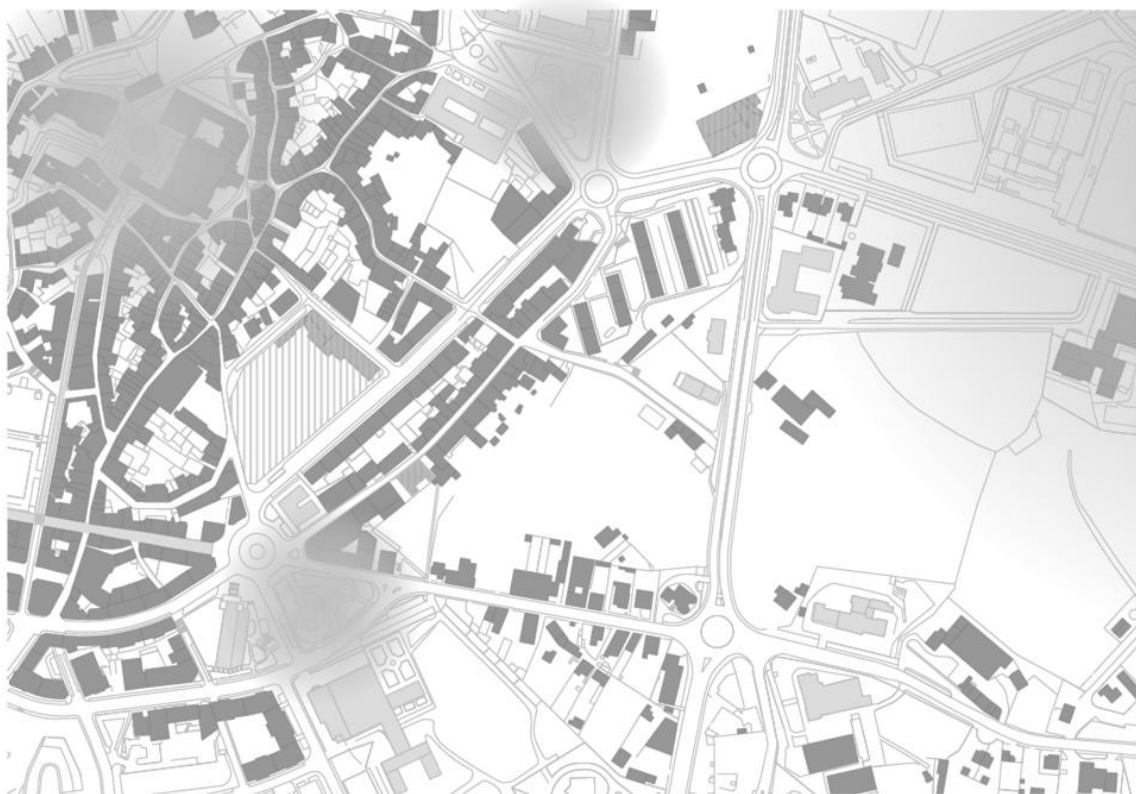





Fig. 13 - Zonas de interação/ interesse

Legenda:

-  Zona de interesse
-  Edifício de interesse visitável
-  Edifício de interesse não visitável

Fonte: Elaboração própria

### 3.1. EDIFICADO, MANCHAS E INDIVÍDUOS

O elemento morfológico identificável na cidade são os edifícios que constituem o espaço urbano e se organizam e identificam os diferentes espaços com forma própria. Na zona de intervenção manifestam-se dois tipos de manchas, uma identificada com o edificado e a outra relacionada com as manchas verdes.

A mancha do edificado apresenta-se mais compacta no centro histórico e dispersa nos restantes fragmentos quando se avança para junto das periferias. Denota-se que os vazios mais relevantes dizem respeito à encosta das zonas onde se encontram as circunvalações, ou ocorreu a degradação de construções, devido à falta de manutenção de reabilitação dos mesmos. Estes espaços são áreas verdes, espaços vazios ou espaços públicos com/sem relevância e com/sem desenho, isto é, manchas com um carácter distinto do edificado, pois são espaços resultantes.

Ainda no que diz respeito às manchas do edificado, existem pontos fundamentais sem os quais o sistema não funcionaria (*military points*) (fig. 13). Estes pontos estão normalmente relacionados com o edificado relevante que, pela sua função histórica ou cultura associada, se assumem como peça fundamental do mosaico urbano em que estão inseridos, influenciando os movimentos, os fluxos e os percursos dos indivíduos.

Dentro do perímetro de intervenção, deparamo-nos com edifícios emblemáticos contíguos a grandes espaços públicos:

**Catedral Sta. Maria (Sé de Viseu)** é um monumento em estilo romântico-gótico e situa-se no coração do centro histórico. Considera-se que o edifício seja um dos mais antigos, iniciados entre os séculos XI e XII. No seu interior possui um Museu de Arte Sacra que retrata a vida de S. Teotónio. O exterior da igreja abarca um largo adro, com um cruzeiro e de frente tem a da Igreja da Misericórdia.

**Praça do Rossio** é um espaço cívico, social, económico e político considerado como o salão de visitas e o coração da cidade, que impulsiona a sociedade para espaços de convívio. No centro da praça encontra-se a Câmara Municipal de Viseu, um edifício bastante representativo. Este está rodeado por grandes e importantes edifícios, como a Igreja dos Terceiros de São Francisco, com a sua imponente escadaria e com uma localização privilegiada; o edifício sublime dos Paços do Município situado em frente à Câmara, tal como o painel de azulejo, que retrata as vivências de épocas remotas e os jardins Tomás Ribeiro, Jardim das Mães e parque da cidade Aquilino Ribeiro.

**Largo da Sta. Cristina** é um dos espaços mais antigos e simbólicos da cidade. Possui um local verde e de lazer rodeado por diferentes equipamentos com memória, como a mais antiga fonte da cidade - uma fonte de chafurdo decorada com um brasão e a esfera armilar de D. Manuel I e o cruzeiro, uma majestosa coluna situada no seu centro, o que revela e exerce um domínio na envolvente. Quanto aos edificadros encontramos a casa de origens senhoriais – a Casa Amarela, um edifício elegante, antigo arquivo distrital da cidade e a imponente Igreja do Carmo, datada do século XVIII, de estilo Rococó. Também neste espaço são encontrados diferentes jardins e espaços públicos, existindo, num deles, o magnífico monumento escultórico do bispo Alves Martins.

**Largo M. Albuquerque** é um espaço que revela memórias da Primeira Grande Guerra, ao erguer-se uma estátua de um soldado que retrata a situação do sofrimento dos portugueses naquele tempo. Esta escultura encontra-se num dos espaços públicos que este largo possui. Também é visível um belo jardim com espaço destinado ao prazer e ao lazer, com o devido mobiliário urbano e bastante frequentado por jovens. Em frente ao jardim encontra-se a Escola Secundária Emídio Navarro e a casa do artista - o Teatro Viriato.

**Parque do Fontelo** é uma vasta área com diversas espécies vegetais e árvores (castanheiros, carvalhos, pinheiros) da qual a quinta do Paço dos Bispos fazia parte. No interior da mata existem memórias de ruínas de uma pequena capela dedicada a S. Jerónimo; um conjunto de equipamentos de lazer e desporto, com o estádio, piscinas, campos de ténis, pavilhão polivalente, parques (campismo e infantil) e vários campos de treino. Junto ao parque encontra-se o antigo Portal do Fontelo, uma antiga porta de acesso à cidade e que, neste momento, é a sede do Instituto Português da Juventude.

**A Igreja e a Escola de S. Miguel do Fetal** estão situadas na zona de intervenção podendo, por isso, sofrer requalificações no espaço urbano e uma reabilitação nos edifícios, caso seja necessário. É uma igreja ancestral, considerada um templo da cidade pelo facto de aí ter sido sepultado El-Rei Rodrigo, cuja lápide tem uma inscrição que diz: “Aqui jaz Rodrigo, último rei dos godos”.

Na Rua João Mendes Ribeiro, mais conhecida por Rua das Bocas, encontramos a chamada “**Casa das Bocas**”. É uma casa senhorial erigida sobre uma muralha, mesmo à ilharga da antiga porta da cidade. Há uns anos foi restaurada, no entanto, esse restauro revelou pouco rigor arquitetónico.

Foi considerada uma casa senhorial e histórica pois, na fachada, apresenta gárgulas no friso, um elemento arquitetónico decorativo ou destinado a afastar indesejáveis. Até existe uma lenda, em que as pessoas acreditavam que durante a noite os monstros “ganham vida”

e que serviam, também, para escoar as águas vindas das coberturas dos edifícios. No entanto, embora sem qualquer documento que as prove, tais bocas devem ter pertencido à Sé e dela terem sido desviadas, aquando da substituição da abside românica pela capela-mor.

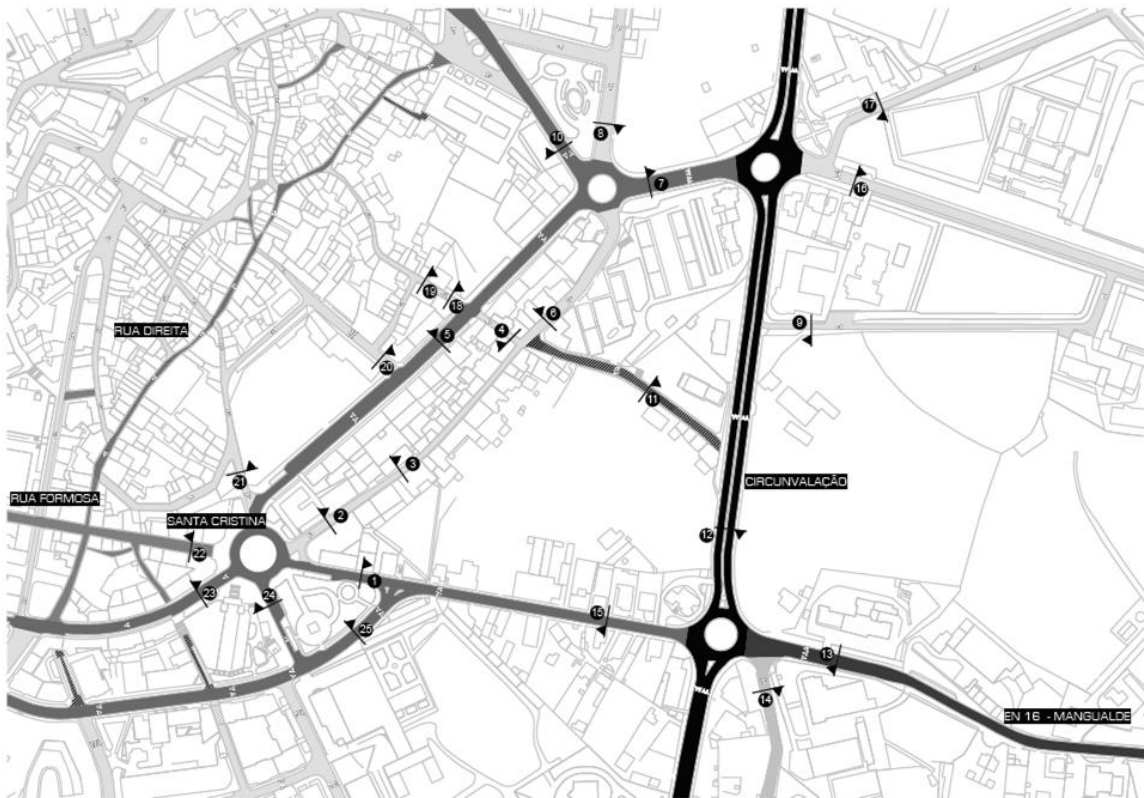
Tal como as manchas do edificado, as manchas do espaço público (resultantes) influenciam também as vivências, os movimentos e fluxos e os perfis dos utilizadores dos espaços onde estão inseridos. Os indivíduos vão movimentar-se de acordo com o espaço e com os seus interesses. O espaço mais apelativo, funcional e que melhor responde às suas necessidades vai ser o espaço mais frequentado.

Observamos que muitos dos focos de permanência estão relacionados com o edificado relevante, os chamados *military points*. É neste âmbito que as infraestruturas viárias, espaços públicos, assumem extrema importância como elementos de ligação que são, uma vez que estão muito interligados com os fluxos e as permanências que se estabelecem no espaço. Infraestruturas que garantam uma circulação funcional e/ou que sejam atrativas à permanência têm maior fluxo (fig. 14).

No que diz respeito ao espaço de intervenção, este é, essencialmente, um local de passagem, devido ao número de utilizadores que nele confluem para uso dos diversos serviços e equipamentos, para as habitações e para as zonas de estacionamento. Distribuem-se pelo espaço produzindo uma hierarquização dos grandes núcleos espaciais, onde a diferença reside, principalmente, na sua funcionalidade e no seu aspeto estético. Tal como existe um mosaico de paisagem urbana, também há um mosaico de indivíduos/sociedade, únicos e irrepetíveis.

No que diz respeito às manchas verdes, pode dizer-se que estas se distribuem junto à zona de intervenção, tornando-se quase inexistente junto à Sé (centro histórico). Estas manchas verdes assumem um carácter público, algumas de escala pequena, dispendo-se no território de uma forma controlada com outras configurações. Quer sejam públicos ou privados, os referidos espaços verdes vão sendo cada vez mais residuais (junto à Sé).

No entanto, à medida que nos dirigimos em direção ao exterior da cidade, encontramos outros tipos de manchas verdes, de pequenas/médias plantações hortícolas destinadas à agricultura e, de escala maior, matas. Também encontramos, junto à zona de intervenção, maciços arbóreos com bastante imponência, sendo as espécies predominantes castanheiros, carvalhos, pinheiros bravos e mansos, medronheiros, entre outros e, ainda, a grande zona verde, a já mencionada mata da cidade - o Fontelo.



- PRINCIPAIS VIAS DE LIGAÇÃO A CIDADE
- CIRCUNVALAÇÃO
- VIAS DE DISTRIBUIÇÃO INTERNA
- VIAS DE ACESSO LOCAL
- VIAS PEDONAIS
- VIAS DE DISTRIBUIÇÃO EXTERIOR
- NOS DE DISTRIBUIÇÃO
- VIA SEM SAIDA
- TRANSITO CONDICIONADO (10h-20h)
- ZONA DE ESTUDO
- ↗ NUMERO E SENTIDO DE VIAS

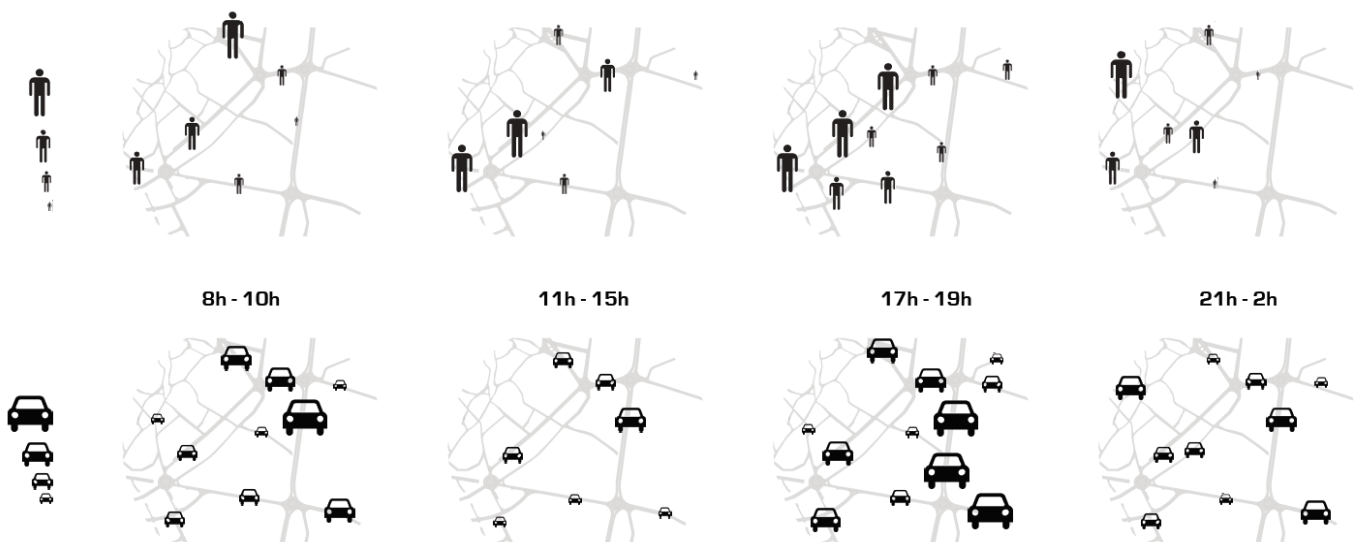


Fig. 14 - Fluxos de indivíduos e de automóveis durante o dia

Fonte: Elaboração própria

### 3.2. FIOS CONDUTORES/ ESTACIONAMENTOS/ *MILITARY POINTS*

Relativamente às redes viárias propriamente ditas, verificamos uma distinção clara de importância entre elas e uma hierarquização dos diversos tipos de infraestruturas rodoviárias.

No território, a cidade de Viseu surge marcada por uma malha viária bastante irregular visível, principalmente, no centro da cidade. No entanto, na zona periférica da cidade, a malha começa a ganhar um carácter estrutural, de modo a permitir o escoamento do trânsito. Desta forma, verifica-se que um dos principais canais e fluxos é a circunvalação, que apresenta uma malha rodoviária diferente das existentes no núcleo da cidade, pois são mais perpendiculares e paralelas. Isto é perceptível na planta que apresenta um desenho diferente, revelando, na circunvalação, corredores centrais, número de faixas de rodagem maior (duas em cada sentido), que se complementam com a utilização dos passeios.

Deste modo, conseguimos ter uma perfeita consciência de como funciona a mobilidade no contexto em estudo. Os corredores viários principais são as circunvalações que fazem fronteira do centro com a periferia e confluem como se fossem um interface de distribuição, para “fugir” do centro histórico e dos referidos *military points*. Esta convergência origina pontos de consonância/confluência de trânsito que são traduzidos em cruzamentos e rotundas, consequência da configuração das vias e da movimentação que provoca.

No interior do centro histórico, a situação muda de figura, pois a estrutura da malha romana (“cardos” e “decumanos”) marcou a cidade, deixando vestígios e sinais da permanência de corredores viários e do edificado. Estes factos urbanos são visíveis, tanto dentro como fora do centro histórico, muitos alterados ao longo dos tempos, pois existe uma preocupação com as ruas, dado que estas foram unificadas, proporcionando um equilíbrio em termos de impacto visual. As ruas que rodeiam a sede da diocese são altas e muito estreitas, gerando, por isso, falta de grandes espaços públicos e de uma boa incidência solar, uma vez que são as habitações que delimitam as ruas.

Quando se fala em mobilidade e circulação no contexto do centro histórico, este apresenta alguns problemas de condicionamento, pois os percursos são limitados, sendo constituídos, apenas, pelos dois principais eixos viários de acesso à Sé a rua do Comércio, feita num único sentido e a rua Silva Gaio. Nesses eixos, como a intensidade do trânsito viário é moderado, mas de mobilidade lenta e o facto da circulação pedonal ser praticamente inexistente, o automóvel e o percurso pedonal são feitos em conjunto na rua Silva Gaio, pois os passeios são quase inexistentes.

Contudo, a mobilidade é facilitada mesmo sem existirem as infraestruturas adequadas, tendo em conta que é um espaço público. Assim, o problema das infraestruturas viárias reside em vencer os grandes declives, devido aos problemas da topografia que é bastante acentuada. Logo existem quebras de continuidade que dificultam a mobilidade. Apesar de existirem rampas e escadas, estas condicionam a acessibilidade geral do peão, pois há poucos passeios, os pavimentos são irregulares e subsiste a permanência da circulação geral do automóvel. Além disso, o percurso dos transportes públicos é reduzido, serve por um único trajeto que contorna todo o centro.

Constatou-se, ainda, que as ruas João Mendes e Simões Dias são as que se encontram em pior estado de conservação, condicionando, por isso, a sua utilização. O estado de degradação do pavimento em asfalto (rua Simões Dias) e os abatimentos do paralelo (rua João Mendes) tornam a circulação automóvel mais lenta e bastante desconfortável. Também na zona da Sé, o mau estado do pavimento de pedra condiciona muito a circulação, devido ao abatimento localizado do mesmo.

Estas vias devem ser alvo de intervenções para melhorar a qualidade das mesmas. O facto de se encontrarem em mau estado evidencia questões de pouca limpeza e uma imagem degradada destas áreas, que se tornam pouco convidativas no que diz respeito à sua utilização.

Em estado satisfatório encontram-se as ruas 5 de Outubro, Regueira, da Árvore, Chantre, Prebenda, Escura, Capitães, tal como todo o espaço envolvente do bairro da Misericórdia e a avenida Emídio Navarro. Apesar das anomalias existentes serem basicamente abatimentos localizados no pavimento em paralelo (característico deste material), estas não comprometem a sua utilização. Contudo, devem ser alvo de manutenção periódica de maneira a que o seu estado não se agrave.

De um modo genérico, todos os passeios da cidade, com exceção do da rua Simões Dias, se encontram em bom estado de conservação. A preocupação com pessoas de mobilidade condicionada é notável, uma vez que podemos encontrar pavimentos podotáteis, passeios com maiores dimensões e rampas. Também a rua capitão Silva Pereira e a rua do Gonçalinho se encontram em bom estado, apresentando apenas pequenas anomalias localizadas, como algumas tampas de saneamento desniveladas, passeios pequenos e com algumas irregularidades.

Em muito bom estado de conservação encontra-se a rua Direita, que foi alvo de uma renovação há poucos anos. O facto de a circulação automóvel ser condicionada e com pouco fluxo e esta rua ser, essencialmente, utilizada por peões ajuda na conservação da mesma.

As avenidas José Relvas, Emídio Navarro, a estrada da circunvalação e a rua D.

António Alves Martins, devido ao pavimento em asfalto, têm uma maior resistência às exigências da população, encontrando-se, também, em muito bom estado.

No que diz respeito aos estacionamento no centro, estes são reduzidos, fazem-se, apenas, no parque subterrâneo do largo da Santa Cristina, no largo Mouzinho de Albuquerque, num espaço improvisado junto à rua Capitão Silva Pereira e na rua Sousa (junto à zona de intervenção). Todo o restante estacionamento se faz, pontualmente, em espaços destinados para esses fins.

Junto à zona de intervenção é de salientar, na rua João Mendes, a ausência de passeios e de lugares de estacionamento em grande parte da rua, existindo, apenas, alguns junto ao edifício dos arquivos e após o cruzamento com a rua Simões Dias. Com algum estacionamento público temos o Bairro da Misericórdia, devido à atividade comercial no rés-do-chão de um dos lotes.

Em relação ao estacionamento nas principais ruas, este é controlado, normalmente, por parquímetros que foram projetados para o efeito. No entanto, existem muitos estacionamento por apropriação (caso do parque improvisado na rua Capitão Silva Pereira, na rua 5 de Outubro e na rua Simões Dias) que põem em causa, por vezes, a utilização destas ruas. Se subirmos a rua 5 de Outubro a pé, torna-se bastante difícil quando nos cruzamos com um automóvel porque, além dos parques improvisados, dos estacionamento com parquímetros e das paragens em segunda fila, as ruas são estreitas.

O adro da Sé funciona, também, como um parque de estacionamento, mas a sua utilização, dependendo dos dias, é condicionada. Existe, ainda, um estacionamento subterrâneo na rotunda da Santa Cristina, situado perto de um eixo pedonal principal que vai direto ao centro (Rossio). Outro ponto que é bastante utilizado para estacionamento é a rua Dr. Perdigão. Estes locais são utilizados como estacionamento de longa duração, normalmente durante o período laboral.

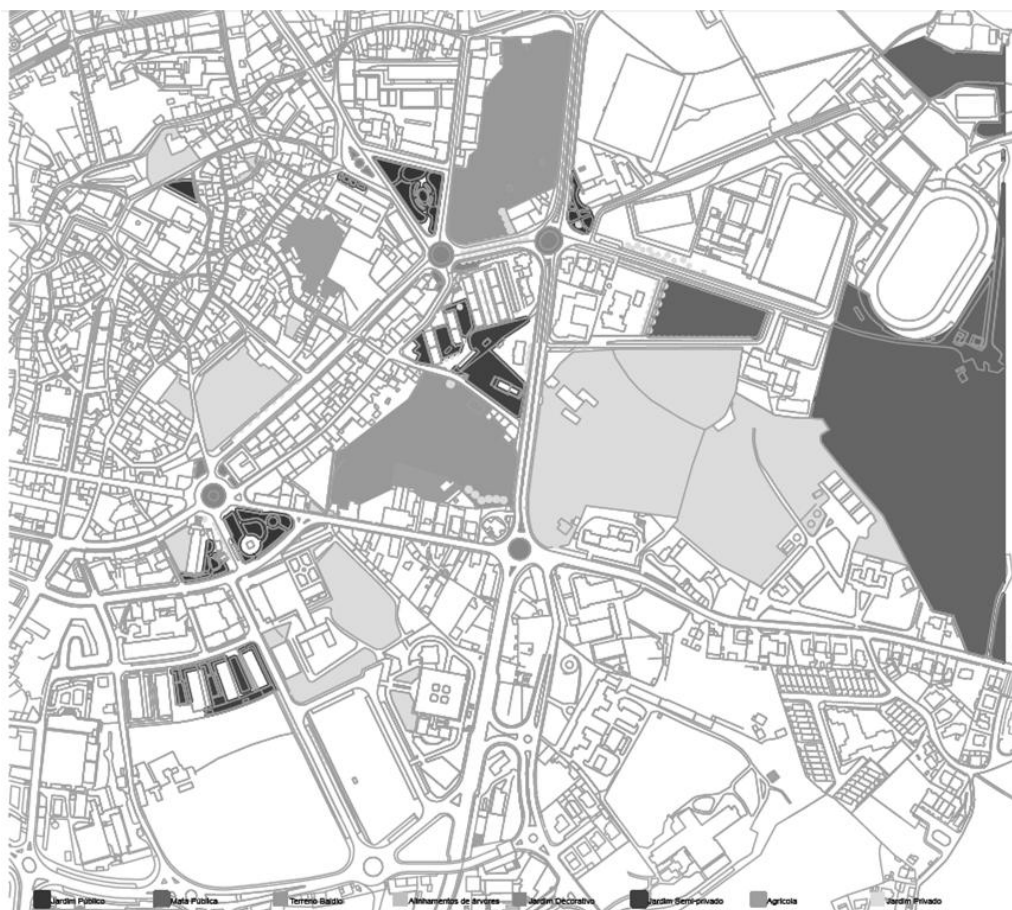


Fig. 15 - Espaços verdes

Fonte: Elaboração própria

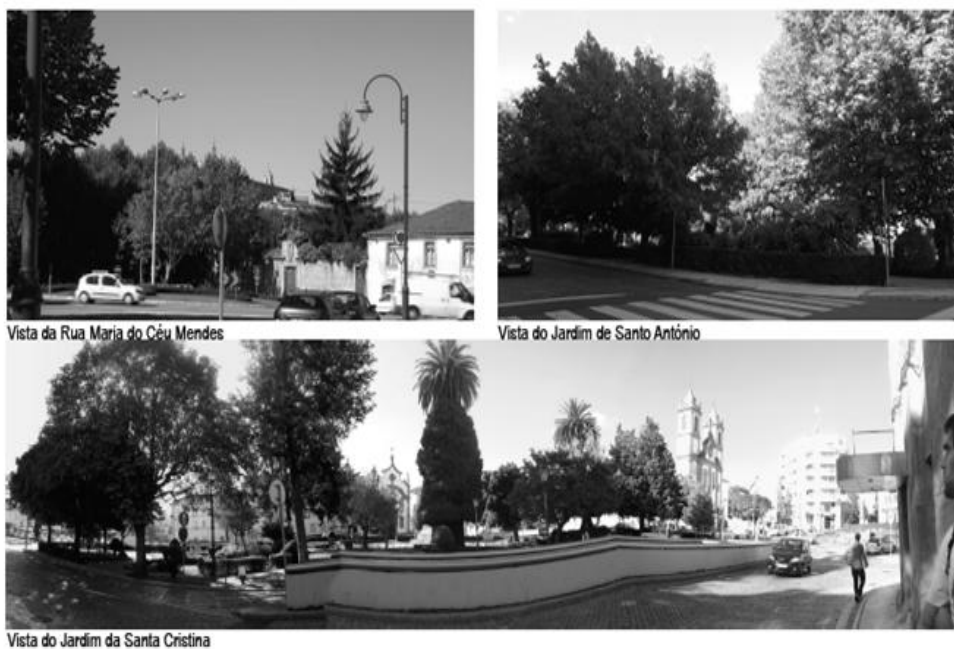


Fig. 16 - Mosaico de fotos dos espaços verdes

Fonte: Elaboração própria

### 3.3. MANCHAS VERDES/ CORREDORES/ PONTOS DE CONFLITO

Ao longo dos tempos, Viseu conhece uma época de crescimento urbano, superando as construções fora das muralhas, criando, assim, espaços públicos destinados à população que, no decorrer dos anos, têm sofrido alterações, tanto na sua ocupação, como no seu uso e na sua topografia.

As praças, os parques, as manchas verdes, os corredores e a rua são considerados espaços públicos. Originam desafios múltiplos e, por isso, merecem a nossa maior atenção e considerações especiais por parte dos urbanistas e por quem deles usufruir. Segundo François Ascher, (2010, p.93) “é um dos desafios de governabilidade local encontrar os bons compromissos entre as diversas funções das ruas, residenciais, de trânsito e acolhimento de atividades”.

A praça D. Duarte e a praça do adro da Sé eram áreas destinadas a espaço militar, mas passaram a ter um caráter misto, religioso, de centro cívico, com um ambiente de exuberância e de vitalidade, prevalecendo o comércio, a habitação e o turismo. Mais abaixo, o largo da Câmara Municipal translada consigo o centro da cidade. A zona do Rossio encontra-se perto do centro histórico apoiado, pelo acesso principal, pela rua Formosa, que evidencia a vivência deste espaço (zona do Rossio). Esta rua liga o largo da Câmara Municipal ao largo e jardim da Santa Cristina (fig. 16) que, por sua vez, liga ao largo Mouzinho de Albuquerque, através da avenida Capitão Silva Pereira. As praças e os largos apresentam formas mais irregulares do geométrico devido ao espaço gerado pelo edificado, mas reúnem qualidade do ponto de vista dos valores humanos e cívicos.

A formação destes espaços é natural, marcada pelo encontro de vias e pela presença de edifícios importantes que determinam a grandeza deste modelo de espaço urbano. Por exemplo, a contiguidade de dois edifícios, religiosos ou civis que sejam prestigiantes proporciona o aparecimento de um largo de maiores dimensões, até porque, vai criar mais comércio e mais serviços, propiciando uma área com diversas utilizações que configuram a diferencialidade de espaços distintos e versáteis.

Desta forma, estes espaços conseguem captar e atrair diferentes grupos sociais, com faixas etárias e interesses distintos (caso do Rossio) proporcionando, assim, condições físicas agradáveis, atividades de convívio e sociais, na medida em que o conforto acarreta a segurança. Nesta perspetiva, os peões tornam-se os “mosaicos” essenciais da cidade, caso deixem de percorrer e irrigar uma rua ela entra em dificuldade, degradando-se, tornando-se insegura, gangrenando, acabando por morrer.



### 3.4. COMUNIDADE / MATRIZ/ PONTOS DE CONFLITO

As manchas e os corredores viários conformam a matriz, pois são essas manchas do edificado, das áreas verdes, dos diferentes indivíduos que, juntamente com as relações sociais, dão origem à matriz urbana e às diferentes comunidades que constituem a paisagem e a sociedade no contexto em estudo. São as manchas verdes e os corredores viários, em conjunto com os indivíduos, que vão dar vida própria ao espaço e transmitem segurança.

Tendo em consideração esta matriz urbana, sobressaem pontos ou zonas de conflito e de interesse. Os pontos de conflito mais evidentes são os cruzamentos dos corredores viários (eixos principais), que podem causar graves problemas de circulação e mobilidade para o espaço envolvente, devido à topografia do terreno. Também temos que ter em conta os edifícios pela sua função e pelos utilizadores que lhes estão associados, pois já se encontram integrados no contexto onde estão inseridos, como por exemplo os edifícios habitacionais, a escola primária e a capela.

No bairro da Misericórdia, os edifícios de habitação multifamiliar contêm jardins junto às entradas. No entanto, estes não podem ser transitados, o que torna o espaço morto, pois não convida à sua utilização. Além disso, estes espaços dispõem de poucos bancos, outro fator que ajuda à não utilização do espaço.

No centro histórico surgem os pontos ou zonas mais interessantes. Estes estão associados a manchas de edificado com valor histórico e cultural. É na relação entre estes pontos de interesse e de conflito, como a Sé, o largo de Santa Cristina e todos os outros já mencionados, em termos de acessibilidade/mobilidade, que as intervenções deste projeto se vão focar. Devemos tentar resolver os conflitos, interligando-os e integrando-os nos pontos de interesse, para que todo o espaço possa ser lido como um conjunto de mosaicos urbanos.

O jardim de Santa Cristina e o jardim de Santo António são de carácter morfológico e são tratados com maior regularidade. Estes dois espaços são usados com bastante frequência, em parte devido à sua localização. O primeiro apoia, no tempo quente, as paragens de autocarro junto ao seminário, pois garante proteção contra o sol; o segundo por se encontrar frente à escola secundária Emídio Navarro, servindo como local de espera e de encontro para os estudantes. Para além disso, no verão, neste jardim, é colocado um pequeno quiosque/café.

O Fontelo é o maior espaço verde junto à cidade, é frequentado durante o ano inteiro, quer para lazer, quer para desporto. É de salientar, também, a quinta da Prebenda, cujo jardim é privado mas, e apesar de esta ser cerrada por muros altos, tem um forte impacto visual no ambiente da envolvente e desperta a curiosidade de quem passa na zona.

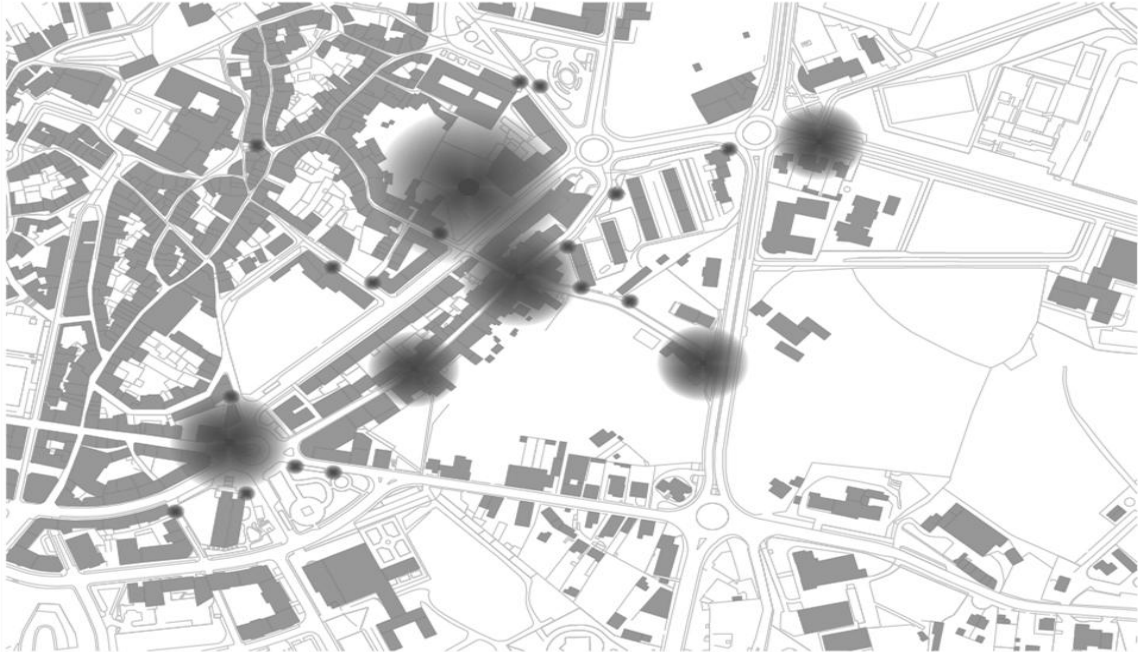


Fig. 18 - Pontos de conflito

Fonte: Elaboração própria

Legenda:

- 1 Congestionamento de trânsito  
O fluxo não é constante, havendo pontualmente variações expressivas do tráfego automóvel
- 2 Rua com algumas anomalias a nível do pavimento e do próprio perfil viário  
Zona de estrangulamento da via, onde deixa de haver uma continuidade do passeio e onde o espaço destinado ao peão é confundido com o do automóvel
- 3 Este nó torna-se bastante confuso, onde não existe uma hierarquia clara de distribuição  
Esta realidade é visível quando se dá o encontro de automóveis, o que torna o fluxo neste ponto, de certa forma caótico
- 4 Neste espaço é visível uma apropriação clara de estacionamento, apesar de não ser programado, é usado com bastante frequência  
Contudo torna-se um espaço ainda por resolver, e que dá um mau aspeto a esta zona
- 5 Não existe uma continuidade da via devido ao corte da circunvalação, isto é, esta via é de acesso exclusivo às habitações  
Encontra-se em mau estado de conservação
- 6 Existe uma convergência do perfil viário, o que dificulta o acesso ao Parque do Fontelo  
É ainda mais visível nas horas de maior fluxo automóvel



Na rua João Mendes e na rua Simões Dias verifica-se um descuido com o mobiliário urbano. Se na primeira apenas encontramos alguns caixotes de lixo nos extremos da rua, na segunda nem existe mobiliário urbano, algo que afeta profundamente a imagem e a salubridade destes espaços.

As casas existentes na rua João Mendes encontram-se, muitas delas, abandonadas e outras em mau estado de conservação, pelo que é necessária uma intervenção.

Além desta rua, também a rua Simões Dias será alvo de intervenção dado que, para termos acesso a uma zona escolar que aí existe, é necessário atravessar o portão de uma capela que partilha o muro que a envolve com a escola. O acesso a esta é apenas pedonal, uma vez que o terreno apresenta um desnível bastante acentuado, dificultando a inclusão de todos na sociedade. Além disso, as cargas e descargas são efetuadas pela zona da circunvalação, o que se torna perigoso, tendo em conta que é uma área bastante movimentada e sem espaços específicos para o efeito.

A delimitação com ausência de barreiras entre algumas propriedades privadas e o espaço público é feita, no centro, pelas fachadas dos edifícios e por pequenos muros e junto à circunvalação o cerramento do espaço privado é feito por muros em cantaria ou enxilharia de granito (na sua maioria) ou por muros em alvenaria de blocos de cimento. Nas propriedades com muro em cantaria existem, por norma, pequenos jardins de carácter privado. Estes muros, à exceção da quinta de São Miguel, fazem a delimitação do espaço, mas não estabelecem cortes visuais com o edificado.

Não obstante todos estes problemas, também o pavimento, em toda esta área, se encontra em mau estado, sem condições de mobilidade, dado que, não existindo espaço específico para estacionamento, muitos indivíduos utilizam-no para esse efeito, pois é uma zona sem tarifas para o estacionamento. Tudo isto vai, também, provocar dificuldades de circulação automóvel e pedonal, uma vez que a rua apresenta uma largura bastante reduzida (fig. 18).

No estudo que elaborado, a planta de pavimentos permitiu-nos perceber continuidades de vias e, quando cruzada com a do estado de conservação, deixou-nos compreender a durabilidade dos materiais. O uso de paralelos em granito é muito utilizado na área de intervenção, tal como a calçada portuguesa em quase todos os passeios. Foi-nos possível, ainda, entender que a rua do Gonçalinho tem uma continuidade com a rua Simões Dias que, no passado, foi um dos eixos principais da cidade medieval.

O facto de em todas as passadeiras existirem rampas facilita a deslocação dos indivíduos e a mudança de pavimento, junto às mesmas (mais no centro da cidade) facilita a

orientação das pessoas invisuais.

### **3.5. CONDICIONANTES / RESTRIÇÕES URBANÍSTICAS**

Para valorizar este espaço de intervenção temos que nos basear no PDM da cidade de Viseu que decreta tudo o que deve ser tido em conta numa intervenção, na procura da melhoria da qualidade do espaço para os seus usuários.

As manchas e os corredores devem estar perfeitamente interligados e integrados na sua matriz, conformando-a e tornando-a uma paisagem urbana sustentável, prazerosa e adequada a todos os indivíduos da sociedade e aos seus modos de vida, tendo em conta os condicionantes.

O território físico, com a sua morfologia caracterizadora, é um dos principais condicionantes a ter em conta devido às acentuadas diferenças de cotas no lugar de intervenção. Estas são influenciadoras do programa e da proposta urbanas, sendo necessária a resolução da transição entre cotas. Devemos ter conta e obedecer à ocupação, uso e transformação do território, bem como às regras gerais de gestão urbanística, salvaguardando os valores naturais e culturais da área do município, a preservação do ambiente e do equilíbrio ecológico e o funcionamento e ampliação das infraestruturas e equipamentos, garantindo a melhoria da qualidade da vida das pessoas (art. 1 e art.7 do PDM).

Na infraestrutura viária, as vias são definidoras do movimento urbano e no perímetro de intervenção podem ser feitas alterações que melhorem o tráfego. As vias terão a plataforma correspondente a duas faixas de rodagem de sete metros (mínimo) cada, zona reservada a estacionamento transversa com cinco metros de largura em cada sentido e passeios com o mínimo de três metros cada. As zonas *non aedificandi* serão de quinze metros a contar da guia exterior do passeio e nunca a menos de dez metros da zona de estrada, correspondente à solução mais restrita (art. 9 do PDM de Viseu).

Desta forma, a proposta deve promover o equilíbrio entre a escala do lugar e a densidade urbana, garantindo a capacidade de escoamento e retenção da população, com um *layout* de tráfego claro, que promova o movimento e a permeabilidade do trânsito.

A acessibilidade é o principal objetivo do conceito urbano de intervenção, devendo tornar o lugar permeável a vários níveis, estabelecendo transições claras que unam as cotas altimétricas, de forma a tornar a cidade acessível a todos, ou seja, a todos terem os mesmos benefícios e igualdade de oportunidades e, assim, contribuir para a inclusão.

Por isso, deve-se interligar todos os espaços pretendidos, desde a cota inferior até à parte mais alta da zona, com o uso de rampas e escadas. Os espaços urbanos destinam-se, essencialmente, a fins habitacionais, podendo incluir outras funções, como o comércio e a criação de equipamentos de forma a integrar-se de forma harmoniosa na envolvente, respeitando a cêrcea, a volumetria e a morfologia características do local (art. 22, 26 e 27 do PDM). Deve-se, também, assegurar a preservação e a conservação dos espaços públicos e das áreas verdes, condicionando o corte ou o arranjo de árvores ou manchas de arvoredo existentes nas zonas de proteção (art. 18 do PDM de Viseu).

No entanto, quando se propõem construções nestas zonas, devem-se compensar as perdas de espaço verde dentro do perímetro de construção. Esta tem de se encontrar bem contextualizada, pois nas zonas com grandes maciços arbóreas deve apelar-se ao bom senso e à máxima preservação da natureza e ecossistemas existentes. Desta forma, a construção de lotes deve ter uma frente mínima de vinte metros, com uma profundidade mínima de vinte e cinco metros, devendo salvaguardar-se um afastamento frontal ao muro de vedação previsto de sete metros e um afastamento; índice bruto  $\leq 0,75$ ; densidade habitacional  $\leq 30/140$  fogos/hectare; cêrcea prevista - três pisos habitacionais e cave para estacionamento e arrecadações.

### **3.6. MOSAICOS HABITACIONAIS/ TIPOLOGIAS /CÉRCEAS**

A paisagem urbana de Viseu é caracterizada pela perfeita relação entre os seus vários fragmentos: as características históricas e culturais, os vestígios arqueológicos e simbólicos das antigas muralhas e a sua topografia, que configuram a cidade.

Em geral, o edificado existente no terreno em análise apresenta construções com dois, três e quatro pisos. Existem quase trinta edifícios que remetem para um piso, aparecendo, muito pontualmente, edifícios que dispõem de cinco, sete e oito pisos. A rua 5 de Outubro é uma das entradas da cidade, composta, na sua maioria, por edifícios que contêm dois e três pisos, existindo, pontualmente, outros com um e quatro pisos.

Analisando a rua João Mendes, o edificado remete para edifícios com dois e três pisos. A norte possui um maior número de pisos, ao contrário do lado sul que é composto por edifícios com dois pisos. A rua Simões Dias tem ligação à rua João Mendes e acesso à estrada da circunvalação. A rua Simões Dias apresenta um número insignificante em termos de edificação e possui, na sua maioria, edifícios com um piso, sendo os restantes com dois e três

pisos. O único edifício com maior número de pisos é um edifício multifamiliar (fig. 19).



Fig. 19 - Planta do número de pisos

Fonte: Elaboração própria

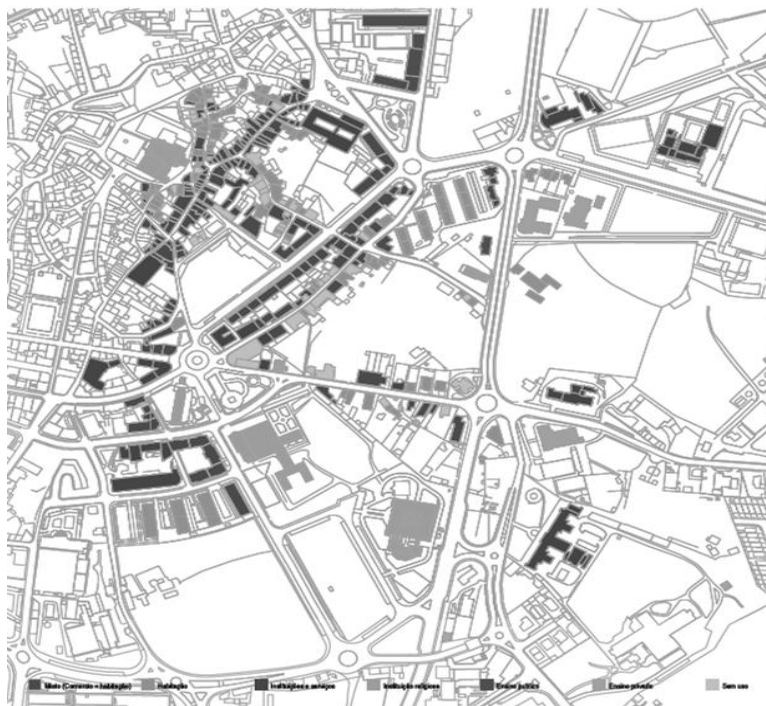


Fig. 20 - Ocupação do solo

Fonte: Elaboração própria

A estrada da circunvalação também possui um número menos prezável de edifícios, sendo, maioritariamente, os de dois pisos, existindo outros que surgem, pontualmente, com um, três e quatro pisos. Os que remetem para um maior número de pisos correspondem ao Bairro da Misericórdia.

Na rua Capitão Silva Pereira o edificado remete para edifícios com quatro pisos, na sua maioria, existindo, também, alguns com três pisos. A avenida Emídio Navarro faz ligação ao jardim Sensorial de Santo António, à avenida Capitão Silva Pereira e à rua João Mendes. A avenida possui a Casa do Cruzeiro que tem dois pisos (fig. 19).

O centro histórico, caracterizado pelas suas ruas sinuosas, é, ainda, o testemunho do tempo em que a cidade se encerrava dentro de muros. Em termos de habitação, a geografia da cidade reflete o privilégio que em tempos era dado aos fidalgos e a grandes eclesiásticos, ou seja, em alguns casos, as paredes de suas casas orientam o arruamento.

Em relação às cérceas do centro histórico, o edificado, no geral, ostenta edifícios com três pisos, embora existam alguns com dois e quatro pisos. Isto é muito comum nos centros históricos de Portugal, sendo algo muito típico da época.

Através deste levantamento, foi possível concluir que a maioria do edificado apresenta sinais de degradação, necessitando de intervenções. Mais de 70% está alojado nas classificações bom e satisfatório e, apenas cerca de 13,5% dos edifícios estão em plenas condições de segurança e conforto, admitidos em muito bom.

Numa análise mais aproximada é interessante percebermos o paralelismo que há entre o estado de conservação e a incidência solar. A rua João Mendes (rua das bocas) é a que melhor exemplifica esta situação. Ao percorrermos a rua no sentido Santa Cristina – rua Simões Dias apreendemos que o edificado, do lado direito, apresenta um estado de conservação mais degradado. É possível encontrar justificações lógicas: uma é, sem dúvida, a incidência solar que, além de desvalorizar o imóvel, condiciona a sua venda, dando a possibilidade a estes edifícios de envelhecerem sem que haja obras de recuperação, nem oportunidade de uso. Este tema é abordado, novamente, mais à frente, quando se analisam os pisos e, mais uma vez, vai ser possível perceber a importância da incidência solar, até para a volumetria do edificado.

Na rua João Mendes o estado de conservação do edificado é viário, ou seja, o lado norte, por conter edifícios mais altos (três pisos), faz com que o lado sul não esteja muito exposto ao sol, o que provoca a degradação e a má conservação dos edifícios e do pavimento da rua. Este aspeto faz com que a rua se torne um pouco ou tanto insalubre, não só por esta questão, como também pela ausência de mobiliário urbano (caixotes do lixo).



“Cada cidade tem seu próprio estilo. Se aceitamos que a relação entre a coisa física, a cidade, sua vida social, seu uso e representação, suas escrituras, formam um conjunto de trocas constantes, então vamos concluir que em uma cidade o físico produz efeitos do simbólico: suas escrituras e representações. E que as representações se façam da urbe, do mesmo modo, afetam e conduzem seu uso social e modificam a concepção do espaço” (Silva, 2011, p. 26).



Fig. 21 - Conceito urbano: mosaico urbano

Fonte: Elaboração própria

#### 4. CONCEITO URBANO

Arquitetar e desenhar na cidade nasce como resultado da interpretação dos pressupostos teóricos, das pretensões do programa e da análise realizada, expondo-os na proposta urbana para a referida zona de intervenção na cidade de Viseu.

Nesta última fase, tenta-se explicar e justificar as opções escolhidas e estudadas, os conceitos e os objetivos, recorrendo a pensamentos e obras de arquitetos de referência (capítulo anterior), que constituíram uma fonte de inspiração, ou seja, que atestam e apoiam a proposta projetada.

Assim, o objetivo essencial da proposta reside na reconstituição e requalificação urbana da zona de intervenção atuando, ponto a ponto, em todos seus espaços de forma a contrariar uma suspensão da urbanidade que provoca uma descontinuidade da imagem da cidade, causada pelo abandono do espaço e pela ausência de manutenção da zona.

O novo desenho pensado para este espaço passa por aspetos físicos do traçado e da qualidade do espaço arquitetónico. Potencia-se, igualmente, uma regeneração social ao instituírem-se, no espaço, novas vivências, características físicas e de organização que se apresentam essenciais a uma alteração dos modos de vida, bem como a uma minimização dos preconceitos, medos e inseguranças. Nesta perspetiva, permite-se que todo e qualquer indivíduo se sinta incluído e possa experimentar, compreender e vivenciar o espaço onde ele próprio se estabelece. Em suma, concretizar o espaço existencial no espaço arquitetónico, tornando o quotidiano funcional, seguro, prazeroso e inédito.

A cidade de Viseu, como se pode entender pela análise elaborada e pela imagem aérea (fig. 10), possui uma carga histórica que é única e que garante a estabilidade ou permanência dos habitantes e cidadãos. É vista como sendo uma cidade bastante dinâmica e é por isso que é fenómeno vivo, palco de interações complexas, apresentando na arquitetura um dos agentes transformadores em crescimento e desenvolvimento, prevalecendo as memórias e as marcas de várias vivências históricas.

Toda a envolvente, no centro histórico, brotou a partir da Sé, o coração da cidade, que seguidamente teve um crescimento denso que originou pequenos fragmentos formando mosaicos urbanos, com ruas e habitações, dando continuidade, assim, ao mesmo modelo de desenvolvimento junto das vias de maior fluência – a circunvalação. Estes fragmentos são quarteirões semifechados que se vão interligando uns aos outros através de fios conetores (ruas e infraestruturas).

A zona de intervenção assume-se como um vazio urbano, constituindo uma barreira/limite, quer físico quer mental. Esta zona aparenta estar desintegrada do resto da cidade e é entendida como um espaço isolado, fechado (devido ao portão existente), já que se insere num contexto da cidade consolidada por traseiras dos edifícios, elementos e zonas com carácter e identidade que se pretende conservar, potenciar ou reformular. Edifícios culturais, históricos, instituições (escolas) e equipamentos, infraestruturas e espaços verdes e públicos, tornam-se condicionantes e/ou oportunidades que vão estruturar a intervenção, transformando as limitações em possibilidades para serem valorizadas.

Refletir nesse pensamento, indistintamente, das condições particulares de cada um, o desejo de intervenção é redirecionar o discurso da arquitetura para a cidade e, sobre ela, exercer a capacidade de intervenção, propor e facultar novas relações e leituras contextuais, utilizando-as como reforço do seu carácter territorial. Neste sentido, e na nossa opinião, a arquitetura atua no espaço e no tempo, interferindo, assim, na lenta transformação/requalificação da cidade de Viseu, na sua própria urbanidade.

Desta forma, é a partir do centro que devemos organizar a proposta de intervenção e organizar a geometria móvel dos acontecimentos, de forma a dar continuidade aos mosaicos urbanos, ou seja, construir a cidade, em torno do seu centro que é “a peça fundamental para que possa, com o mínimo rigor, estabelecer uma ordem de intervenções” (Tomás Taveira, 2011, p.21).

Num contexto mais amplo e genérico, a proposta pretende reforçar a ideia de dar a mesma linguagem ao que está construído. Assim, retira-se partido de referências e ideais, das consequências e vivências dos moradores, expandindo-se de forma a tornar-se permeável às dinâmicas e fluxos da cidade, visando relações com a conjuntura distante da cidade. Esta deve ler-se como uma unidade, como um todo, repleto de experiências parciais e sintetizadas, pois não se fecha sobre si própria, nem se limita ao perímetro de intervenção. O espaço urbano é um conjunto complexo e indivisível, com conjuntos de espaços estimulantes e inspiradores.

Assim, para que a zona de intervenção se difunda com as circunstâncias e fenómenos que sucedem na cidade, e para que o produto final seja coerente e lógico, o projeto necessita de um conceito que encaminhe e que estabeleça uma ordem, um campo de investigação e pesquisa, uma conotação e conexão em todo o trabalho. Logo, o trabalho começa a delinear intensões e a assentar sobre dois princípios fundamentais. O primeiro consiste em colmatar as traseiras dos edifícios existentes no lugar de intervenção, adaptando-o às condicionantes do mesmo e a toda a sociedade que nele reside, captando e percebendo a sua atmosfera, os

elementos que lhe dão identidade e caráter, a compreensão das dinâmicas e sinais da paisagem que esta transmite, com a intenção de reforçar a imagem de continuidade da cidade.

Deste modo, só é possível compreendermos o contexto em que vivemos, através da experiência que nos é facultada e da sensibilidade realizada pelos nossos sentidos. Assim, surge o segundo princípio fundamental, a experiência vivenciada e proporcionada pelo espaço urbano, pela morfologia e pela característica urbana da cidade.

A proposta urbana dá uma grande relevância à experiência vivida na memória, marcada por características, morfologia e história. Também pretende dar ênfase a uma experiência multissensorial, pretendendo conceber espaços que transmitam toda a sua corporalidade humana e que sejam aptos de transmitir diretamente com todos os nossos sentidos, possibilitando a compreensão, o significado e, naturalmente, a percepção do ambiente.

Neste sentido, pretende -se estimular os utilizadores a vivenciar prazerosamente o espaço, principalmente os indivíduos com mobilidade condicionada ou com deficiências sensoriais que tendem a captar e a recolher os factos e os elementos do espaço. A arquitetura prolonga-se na cidade, nas ruas e nas praças, nos parques e nos jardins, onde quer que o homem tenha reduzido o “vazio”, isto é tenha criado espaços fechados, pois todas as obras de arquitetura, para serem compreendidas e vividas, requerem tempo.

Assim, o objetivo da proposta urbana estabelece-se no espaço para dar uma imagem de continuidade à cidade apoiando-se nas condicionantes da envolvente, pretendendo-se requalificar os espaços da cidade, respeitar os alinhamentos existentes com o intuito de conseguir uma continuidade visual, de percursos, pensamentos e fluxos, de maneira a melhorar/enformar o espaço.

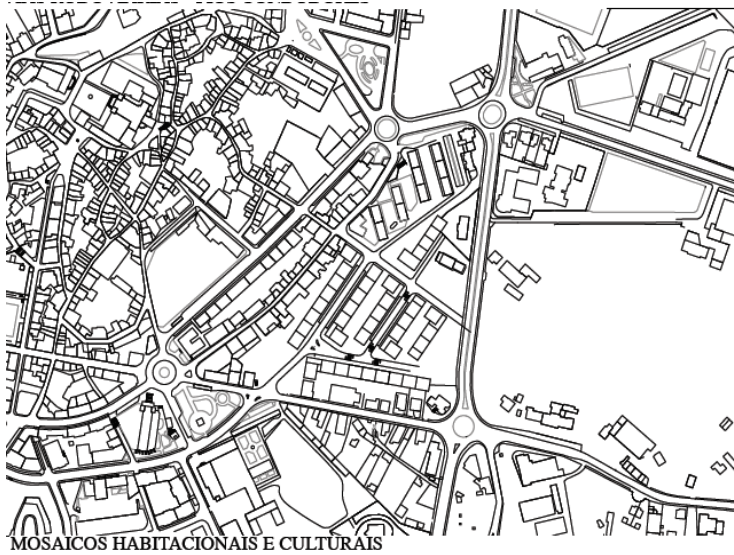
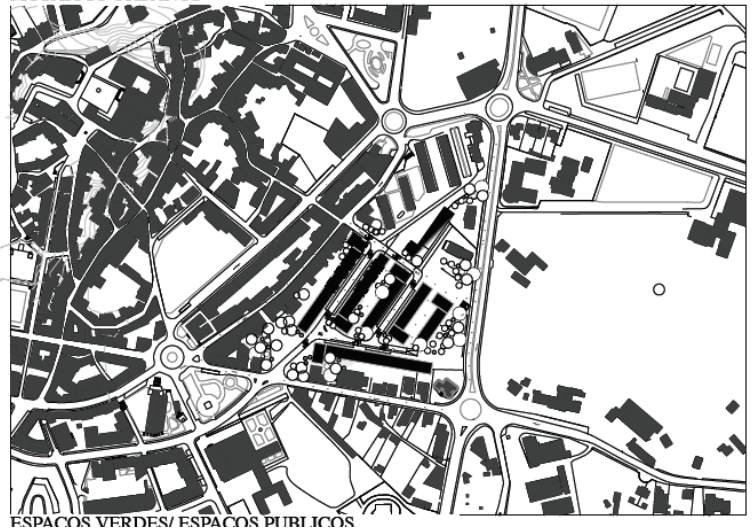


Fig. 22 - Alinhamentos, forma, estratégia e conceito  
Fonte: Elaboração própria

#### 4.1. ESTUDO E VOCAÇÃO DA FORMA

Observar o espaço, olhar o lugar e analisar a sua envolvente é retirar a sua materialidade e compreender as suas características. Este estudo remete-nos para uma melhor perceção e uniformização do local, enquadrando-o no natural que é perceptivo, além da materialidade e os contrastes, a cor e a sombra, o ruído dos carros e o suave murmurar das espécies entre o arvoredos.

Compete-nos observar e, ao mesmo tempo, exercer uma ação de crítica face ao território no qual nos incluímos e pretendemos intervir, pois cada pessoa tem uma forma própria de ver e sentir as coisas. Desta forma, consideramos toda a sua componente histórica, material, volumétrica e social para o desenvolvimento deste espaço marcante e essencial, pois esboçar algo num determinado lugar é construir uma narrativa, e, como tal, esse lugar está sujeito à interpretação de quem faz, de quem projeta, de quem critica ou de quem usufrui.

Neste âmbito, e como explicámos anteriormente, a partir da reinterpretação do espaço, pretendemos dar uma continuidade dos fragmentos na área em estudo até à periferia, dando-lhes uma imagem mais moderna e contemporânea (fig. 22), porque “cada cidade tem uma atmosfera própria e quem projeta tem de entender, captar uma coisa que todas as cidades têm, que é uma espécie de vocação de forma, que está escrita através dos séculos” (Gonçalo Byrne, 2011, p.13).

Esses fragmentos encontram-se, muitos deles, degradados, outros demolidos ou então destruídos, deixando o quarteirão fechado com uma abertura. Alguns destes casos que eram de serviço habitacional foram reformulados, foi-lhes dada uma nova função, uma nova vida. Foram criados como um largo, um espaço público, que serve para colocar o mobiliário urbano, para estacionamento que são tão escassos, a criação de uma área verde ou então e, principalmente, um espaço aberto, que auxilia como porta de entrada para o quarteirão e “entrada de luz” num espaço tão fechado e apertado.

Tendo em conta esse pormenor, ambicionamos apostar nos edifícios que delimitem o desenho do fragmento, em que o edifício não seja fechado entre si. Pelo contrário, que tenha “abertura nos cantos”, abrindo passagens através dos edifícios, promovendo-o, também, enquanto lugar de permanência, de encontro entre os diferentes instrumentos, materiais e utilizadores, que seja um fio condutor para o percurso para dentro dos pátios, interligando-os uns aos outros, ou seja, um espaço que recolha e mantenha as pessoas nesta área que se pretende de lazer e de espaços verdes. Tal como refere Cullen (2010, p.11)

“O cérebro humano reage ao contraste, isto é, às diferenças entre as coisas, e ao ser estimulado simultaneamente por duas imagens – a rua e o pátio – apercebe-se da existência de um contraste bem marcado. Neste caso a cidade torna-se visível num sentido mais profundo; anima-se de vida pelo vigor e dramatismo dos seus contrastes. Quando isto não se verifica, ela passa despercebida é uma cidade incharacterística e amorfa”.

O desenho dos mosaicos e dos seus fios condutores (fig. 22) pretende respeitar as “tradições e pelo contexto, a atenção ao espaço, a complexidade subjacente, as formas aparentemente simples, a mestria e certeza do desenho, a reinterpretção da linguagem moderna” (Siza Vieira, 2011, p.21) que assente em matrizes fundamentais que assegurem a continuidade. No entanto, é fundamental mencionar que o desenho da cidade, no interior do centro histórico, apresenta uma série de irregularidades em termos urbanísticos, pelas dimensões das vias e pelo espaço entre as habitações que, nos dias de hoje, não são permitidos serem projetados.

O centro histórico está implantado num dos pontos mais altos, numa elevação rochosa, o que condiciona toda a área envolvente. Deste planalto, onde existe a Sé e a partir desta, descem várias ruas estreitas, apertadas que dificultam a circulação automóvel e o fator acessibilidade é inexistente. Aquelas são circundadas e cercadas pelas habitações e comércio, que são moradias pequenas e apertadas situadas em acentuadas diferenças de cotas.

A dimensão simbólica, a história, a morfologia e a memória inerentes ao local, revelam o caminho e o rumo da solução a adotar. Esta influência, além de se encontrar presente no edificado, também é visível na estrutura viária. Daqui se compreende que os fluxos viários delimitem os espaços/ habitações e sejam fortemente marcados pela presença dos eixos *decumanus* e *cardo* que vão influenciar o desenho urbano e a forma como a proposta vai ser inserida.

O desenho urbano desenhado integra novos “fios condutores” (fig. 22) que promovem a continuidade urbana, marcando a transição entre o edificado existente e o proposto, que representam novos sistemas de orientação, combinando os temas de acessibilidades, inclusão, densidades, escala urbana e sentidos humanos (perceção e intuição), de forma a reforçar os percursos existentes e a criar outros novos. Acreditamos que estes moldem novos comportamentos sociais, novas dinâmicas, novas formas de mobilidade e ambiência. Todos estes pontos, relacionados entre si e com a restante cidade, implicam pensar na mobilidade, nos trajetos percorridos e movimentos desenvolvidos e na forma como os edifícios estão posicionados, pois são estes que vão ordenar o espaço, determinar as dinâmicas e fluxos da proposta final para viver, habitar e envelhecer em Viseu.

## 4.2. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Tal como já foi referido, a solução urbana advém do conceito de criar um mosaico urbano, ou seja, uma parte que forma um todo, como diz Lynch (1990, p.105) “O todo é uma só paisagem, e no entanto cada parte pode ser distinguida daquela com a qual confina”. Daí a preocupação em dar continuidade à tradição e à linguagem contemporânea que atribuem profundidade aos edifícios, permitem um diálogo natural com a envolvente e respeitam a época e a arquitetura dos tempos passados.

Assim sendo, o ambiente representa uma entidade complexa, que se articula em diferentes níveis e formas de estruturação e a sua compreensão na totalidade exige leituras diferenciadas. Destas leituras constatamos que o território de intervenção, mais do que uma organização estabelecida pelo fragmento através do estudo de uma forma, necessita de uma unidade e identidade urbanas.

O conceito modular, que parte da forma do edifício e acaba no módulo do fogo de habitação, confere-lhe a unidade urbana do território. A forma do edifício é o “mosaico habitacional” que institui um fio organizador e condutor para o desenho da zona de intervenção. No desenho existem “mosaicos habitacionais” e “mosaicos culturais”. O “mosaico habitacional” é constituído por construções habitacionais que no piso térreo são destinadas ao comércio. Os “mosaicos culturais” são equipamentos: um deles o Centro Cultural de Artes e o outro o Centro de Dia.

Estes mosaicos devem estabelecer uma transição entre a escala humana, o contexto urbano e a dimensão da natureza, adossada aos edifícios e às curvas de desnível do terreno. O desenho das rampas acompanha as curvas de nível, possibilitando uma ligação pedonal e acessível a todo e qualquer indivíduo, principalmente a utilizadores com dificuldades motoras. Assim, é proporcionada uma relação mais íntima e pessoal com todo o território da zona de intervenção, desfrutando da natureza dinâmica e mutável de Viseu.

Deste modo, deste conceito, surgem três ideias principais como resposta às premissas: guiar pela forma, pela cultura e pela natureza. A primeira, guiar pela forma, pretende que o uso do edificado molde o espaço, que as ruas sigam o ritmo dos edificados e que se ajustem de forma regular e orgânica à topografia accidental. A intenção dos edifícios baseia-se no existente, ou seja, criar e dar continuidade à ideia dos mosaicos circundados pelos passeios, estacionamentos, espaços verdes e vias rodoviárias, isto é, usar o edifício como modelador de espaço e percurso, criando uma intencionalidade nas formas quando analisadas em conjunto.



Fig. 23 - Planta de intervenção

Fonte: Elaboração própria

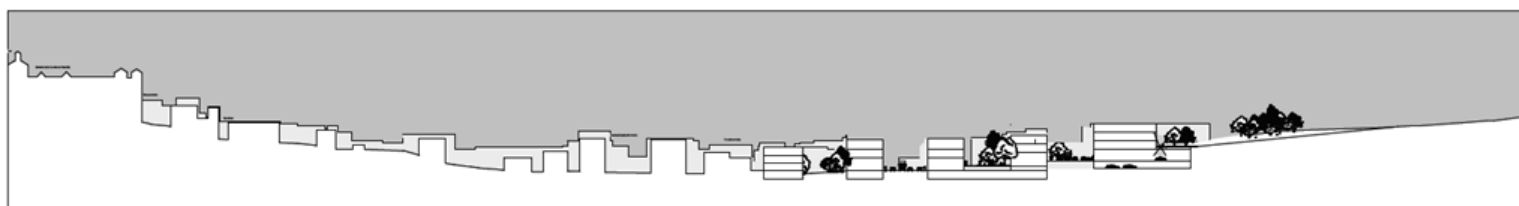


Fig. 24 - Perfil do terreno a intervir

Fonte: Elaboração própria

Também pretendemos colmatar as traseiras existentes com um novo bloco de edificados, tanto na rua João Mendes como na rua 5 de Outubro, criando um conjunto de mosaicos que se adapte e se funda com o existente, com os deslocamentos e fluxos a nível urbano. Como já foi referido, as casas existentes na rua João Mendes encontram-se em mau estado de conservação e algumas abandonadas, apresentando, também, o pavimento um avançado estado de degradação. Por isso, a rua vai ser sujeita a uma intervenção geral. Os alçados vão ser requalificados e as habitações serão reabilitadas, mantendo a configuração existente, ou seja, moradias nos pisos superiores e comércio no rés-do-chão. O pavimento vai ser renovado, adequando as condutas de água e colocando saneamento e o espaço de circulação vai ser restrito, deixando de haver circulação automóvel. A rua vai ser ornamentada com floreiras e mobiliário urbano de forma a torná-la num espaço mais atrativo.

Para colmatar as traseiras na rua 5 de outubro foi inserido um novo arruamento que visa dar continuidade e ligar a zona de intervenção à área envolvente.

Na rua Simões Dias encontramos uma zona escolar que, para se ter acesso, é necessário entrar pelo portão de uma capela aí existente e atravessar o espaço desta para ter acesso ao portão da escola. De salientar, ainda, que esse acesso é apenas pedonal, apresentando, o terreno, um desnível bastante acentuado e com escadas, dificultando a inclusão de todos na sociedade. As cargas e as descargas para estes dois espaços já não serão efetuadas pela zona da circunvalação, mas sim por um novo arruamento destinado, somente, para esse efeito.

Decididamente, este espaço não contribui para a qualidade de vida das pessoas pois, para as pessoas com mobilidade condicionada é uma “barreira impeditiva do exercício pleno dos seus direitos de cidadania” (Decreto-Lei no163/2006 de 8 de agosto). É nossa pretensão interligar as zonas com o uso de rampas e escadas. Logo, “É absolutamente indispensável a sua urgente aplicabilidade sob pena de dar continuidade de dar continuidade de cidades e vilas que separam em vez de unir, ou por outras palavras, à criação de não cidade” (Decreto-Lei no163/2006 de 8 de agosto).

Pretendemos que a proposta urbana seja construída tendo em conta a mobilidade/acessibilidade, isto é, que vá ao encontro das vertentes morfológicas do terreno, que beneficie de uma boa relação visual com o *skyline* do centro histórico e que seja confinada por elementos característicos da paisagem.

Os edifícios propostos seguem os alinhamentos das pré-existências, prolongando os movimentos, reforçando e conduzindo a determinados pontos de referência na proposta. Os alinhamentos tidos em conta foram o *decumanus* principal, ou seja, a rua Gonçalves e as

paralelas rua da Prebenda e rua Augusto Hilário que serviram de referência, como eixos visuais, a manter dentro da zona de intervenção. Usa-se o posicionamento dos edifícios para melhor delimitar as diferentes zonas e espaços, retirando partido da boa relação visual com a cidade, para estabelecer uma forte relação com o existente e com a envolvente.

Os fluxos viários desenhados têm uma faixa rodoviária de sete metros, uma em cada sentido, zonas de estacionamento com passeios de dimensões de três metros, permitindo a circulação de duas cadeiras de rodas lado a lado e um raio de rotação de 1,90m, não possuindo desníveis superiores a 6% de inclinação. Os passeios propostos são encaixes pré-fabricados de superfície lisa e confortável, seguindo o pavimento existente em Viseu. As passeadeiras, o elemento importante, devem encontrar-se bem assinaladas, no início e no fim, com pavimento podotátil, alertando os indivíduos invisuais onde estas estão localizadas. Estas encontram-se ao mesmo nível do passeio, com colocação de uma lomba na via automóvel, de forma a abrandar o trânsito automóvel, facilitando o atravessamento seguro dos peões.

A segunda ideia da premissa está relacionada com o “guiar pela cultura”, que pretende prolongar e marcar a componente cultural e turística na zona de intervenção. A cultura funciona como um meio de excelência para a requalificação de espaços urbanos, para isso devem realizar-se atividades culturais e artísticas que concebam benefícios sociais e vivências para o território e para a sociedade.

Assim, um dos conjuntos de mosaicos projetados para responder aos objetivos propostos e favorecer o prolongamento do fluxo de sociabilidade e permanência, foi a construção de um Centro Cultural de Arte e requalificação dos equipamentos educativo e religioso (escola e igreja de S. Miguel do Fetal) na parte mais alta do terreno, ou seja, junto à circunvalação. Estes equipamentos encontram-se todos juntos de forma a relacionarem-se e a interligarem-se com atividades socioculturais. Este mosaico foi idealizado pensando no público-alvo. Assim, para dar continuidade a este espaço cultural, são propostos, na zona habitacional, serviços, comércio e atividades urbanas, juntando, deste modo, variedades que presenteiam o local, tal como afirmam Asher (2010) e Bins Ely e Dorneles (2006), respondam à diversidade e necessidade humanas, adequadas e integradas no lugar.

Neste âmbito, são propostos projetos diversificados de forma a cativar a população e a tornar o local num espaço mais vivenciado e de sociabilidade variável. Desta forma, pretendemos reforçar a identidade do lugar, deixando de ser uma zona de passagem, para passar a ser um lugar de permanência. Propomos um espaço apropriado a todos: aos moradores, aos idosos, aos jovens, aos estudantes, às famílias e aos turistas. Um espaço construído de todos para todos, tendo em mente todos os conceitos escritos por Jane Jacobs

acerca dos comportamentos em sociedade e do conforto e segurança nos espaços públicos: uma clara definição do que é a vivência diversificada e contínua do espaço atribuído a programas culturais para incentivar as pessoas a usufruírem daquele lugar.

Este “mosaico cultural” pretende, também, estabelecer uma ligação com os outros mosaicos de comércio, promovendo novas dinâmicas no vazio urbano a intervir. Logo, potencia-se uma dinâmica que permite a atração das pessoas que já se aglomeram no centro histórico, bem como de outras provenientes de toda a cidade.

O terceiro e último princípio encontra-se ligado à natureza, partindo da análise das manchas verdes existentes. O conceito baseia-se na continuidade de um fio condutor orgânico para a zona de intervenção, atuando como elemento de transição e percurso. Dentro do terreno a intervir, observamos uma grande variedade de espécies arbóreas, como árvores de grande porte e árvores de fruto. Em relação às plantas de grande porte, deparamo-nos com uma larga variedade, predominando os plátanos, as tílias, o lódão bastardo e as oliveiras, que serão as quatro variedades a ser utilizadas no projeto.

Em suma, existe uma variedade entre as plantas de folha caduca e persistente e, principalmente, árvores de grande porte que alcançam mais de quinze metros, o que proporciona uma sombra densa, proporcionando espaços convidativos ao lazer, principalmente, no verão.

Foi, também, através do desenho que obtivemos o estudo dos espaços verdes, dos espaços públicos e das zonas de pavimentação. Desta forma, como o objetivo era a criação de mancha e não de corredor, pretendemos pontear o espaço criando três tipos de manchas, uma vez que a árvore é um elemento essencial no urbanismo, pois ajuda a purificar a atmosfera e a atenuar os ruídos que facilmente excedem as intensidades confortáveis. Partindo desta ideia, surgem três formas de manchas verdes, como resposta aos seus princípios: uma grande mancha com o intuito de criar uma barreira vegetal; uma média com a intenção de formar zonas de descanso e lazer e a mancha pequena que se insere, pontualmente, na zona de intervenção.

A barreira vegetal, a mancha maior de todas, pretende envolver o espaço num verde contínuo e intenso em continuidade com os edifícios propostos. Esta barreira funciona como uma barreira visual e acústica de transição entre a circunvalação e a área a intervir.

Assim, tendo em conta as árvores aí existentes, pretendemos que a barreira seja composta por tílias e plátanos e complementada ao nível da manta vegetal por urges e giestas, que, como são vegetação rasteira, completam e ajudam na barreira sonora até ao nível do arranque das copas das árvores de grande porte.

A mancha verde média situa-se dentro do espaço do Centro Cultural, do Centro de Dia e da mancha verde já existente, espaços públicos com sombra e ligados à natureza. Aqui propomos atividades lúdicas, espetáculos ao ar livre e eventos periódicos. Estas zonas encontram-se em pontos estratégicos da zona de intervenção, que visam dar continuidade à densidade arbórea e manter espaços destinados ao conforto, à sociabilidade e ao lazer.

No Centro de Dia, apresentamos a criação uma horta, um espaço de refúgio para quem gosta da agricultura. É um espaço caracterizado pelos cheiros, cores das árvores de fruto, ervas aromáticas, produtos hortícolas e pela vivência dos utilizadores, desafiando a sociedade à entrada e à descoberta deste espaço, que pretende comunicar com o indivíduo a diferentes níveis sensoriais. As árvores ácer negundo e bordão bastardo são a espécie vegetal que se vai localizar, pontualmente, nesta zona com o devido mobiliário urbano.

Acreditamos que todas estas áreas verdes complementam o tema de acessibilidade/mobilidade, que os espaços de desafogo e lazer atuam como referências que permitem ao indivíduo com dificuldades a compreensão do ambiente e que o uso de vegetação aromática permite comunicar com os indivíduos a diversos níveis sensoriais (Bins Ely e Dorneles, 2006).

Na zona a intervir, existe, ainda, uma praça rodeada por diferentes edificados como a capela, a escola, o comércio tradicional e o Centro Cultural e Artes. Este espaço é uma área de passagem, de concentração de pessoas de diferentes estatutos sociais e de classes etárias diversas, devido à zona escolar, ao espaço religioso, à zona de habitar e viver e ao espaço de cultura.

Com base no tipo de árvores que aí subsistem, propomos a plantação de mais oliveiras e mais plátanos, por serem dois tipos de árvores com um cardápio interessante. A oliveira pelo facto de o seu ramo ser utilizado como símbolo cristão. O plátano, como sofre uma mutabilidade na sua configuração ao longo das estações do ano, vai favorecer a praça com uma nova configuração e composição de cores. No verão assume-se com uma aparência, mas no inverno, devido à queda das folhas, confere uma desmaterialização das copas das árvores, o que faz com que a sua forma se dilua e se prolongue pela zona. Esta imagem realiza uma manipulação do seu volume ao estimular e proporcionar diferentes perceções, emoções e reações ao espaço. A escolha deste tipo de vegetação visa uma intenção de projeto, ou seja, manter a continuidade com as pré-existências, proporcionar alguma flexibilidade, mutabilidade e dinâmica da imagem da praça e apropriar-se das necessidades do tempo, do espaço e das estações do ano, como o uso da cor, da sombra e da luz.

Tendo em conta todas as circunstâncias envolvidas no contexto deste espaço, foi

necessário criarmos um espaço livre, flexível, onde as pessoas pudessem juntar-se, conviver.

A mancha pequena permite diminuir o impacto das vastas e compridas fachadas, uma permeabilidade entre o espaço público da rua com o interior do lote e a continuidade do fluxo comercial, para que a entrada no quarteirão fortaleça a sociabilização e a vizinhança, que asseguram uma forte avaliação de conformidade, adaptação, contextualização e apropriação face ao lugar.



Fig. 25 - Envolvente dentro do quarteirão

Fonte: Elaboração própria



“a nossa habitação é a moldura em que se enquadra uma boa parte da nossa vida espiritual e a melhor da nossa vida familiar. Ela não é só o abrigo do corpo contra as intempéries que o fustigam, é também refúgio para o espírito após a luta diária que o assola” (Lino, pp.10-11).



## 5. DO LUGAR AO FOGO

Para o estudo do complexo de habitação, serviços e comércio implantado na zona de intervenção foi escolhido um dos mosaicos urbanos projetados com o intuito de mostrar como este colabora com a morfologia, como se encontra em contato com solo, com os seus indispensáveis acessos e, sobretudo, como utilizá-lo como matéria de composição e possíveis vivências.

A casa é planeada para incentivar o desenvolvimento da cultura habitacional, da sociabilidade, das vivências e de habitar e envelhecer dentro desta, tornando-a mais flexível e fora do estereótipo induzido. Neste sentido, e face à situação financeira atual da sociedade que implica a baixa taxa de natalidade, o público-alvo, gira em torno do casal de idosos ou casal de recém-casados que pode ou não ter um filho e que procuram algo mais que uma simples “habitação”, pretendem um espaço dinâmico, orgânico e transparente para viver e sociabilizar.

Face ao exposto, o bloco habitacional ostenta mais fogos com tipologias T2 (cinco apartamentos), pois a necessidade de mais um quarto pode permitir, se for um casal, as visitas dos pais ou amigos, a possibilidade de ter o primeiro filho e até uma pessoa que ajude a organizar a casa ou a cuidar do casal de idosos, se for esse o caso.

Como é considerada uma cidade de estudantes e, também, como junto da zona de intervenção se encontram escolas, o apartamento pode ser habitado por jovens, que podem levar um/a amigo/a ou irmão/irmã ou os pais quando quiserem passar uns dias.

Ao refletirmos e questionarmo-nos sobre os casos mencionados, verificamos que o objetivo é que a casa seja não só um espaço de residir mas, também, que contenha espaços de lazer ou de uma possível atividade profissional e que possua todas as condições para aí se viver, habitar e envelhecer. Também as ações de lazer podem ser mais concentradas dentro de casa, uma vez que é possível uma maior comunhão de gostos, embora a tendência para o exterior (e a liberdade para tal) seja associada a este tipo de grupos, que procuram na cidade formas mais qualificadas de convívio, lazer e cultura.

A qualidade e o valor do espaço não significam quantidade. No fundo, à geração em questão, não interessa tanto a quantidade de divisões existentes, mas sim a forma como o espaço se organiza e proporciona qualidade de vida, de forma a ter o melhor conforto, segurança e comodidade. Deste modo, pretende-se que o bloco apresente todas as condições de capacidade e competência para habitabilidade, acessibilidades, mobilidade e salubridade.

Assim, o “mosaico habitacional” apresenta, em cada piso, cinco apartamentos com

tipologias T2 e apenas um T3 e um T1. No total dará sete apartamentos por cada piso de habitação, com três caixas de acessos. De forma a cumprir as cêrceas previstas em PDM para a zona de intervenção e os princípios para o espaço, o edifício desenvolver-se-á em dois pisos habitacionais (fig. 26), com garagem comum no piso inferior e no rés-do-chão destinada a serviços e comércio. Os acessos verticais são elementos que definem entradas para os fogos, sensações, ambientes, que confinam as relações do indivíduo com o interior e o exterior do edificado.



Fig. 26 - Complexos habitacional e comercial

Fonte: Elaboração própria

## 5.1. IMPLANTAÇÃO DO EDIFÍCIO EM ESTUDO

O complexo de habitação em estudo é configurado como um quarteirão que desce em direção à rua Simões Dias, delimitado por ruas confinadas e projetadas por nós. Em forma de L de proporção alongada, volta-se ao espaço público com as infraestruturas rodoviárias nas quatro frentes e no seu interior o espaço público com zonas dedicadas aos serviços e comércio e com áreas verdes.

Este “mosaico” é marcado por um desnível que o divide longitudinalmente em três partes/parcelas, ainda, que o acesso pedonal não condicione nenhuma barreira quanto à sua mobilidade. Atendendo à morfologia das construções existentes e às características topográficas do sítio, é nosso intuito moldar o terreno, estabelecendo concordância entre as cotas, ou seja, construir o edifício entre meios pisos, para que o aspeto da edificação transfigure a imagem das “escadinhas da Sé”, consoante o declive do terreno.

“Trabalhar com o terreno significa hoje, como sempre, colaborar com a sua morfologia, mas significa sobretudo utiliza-lo como matéria de composição. Matéria de composição em que este é algo mais do que suporte. Mais do que ser da fundação, o terreno pode hoje ser parte do próprio edifício. E o edifício, mais do que um objeto pousado ou encaixado no local, com mais ou menos preocupações contextualistas, é parte desse terreno, desse local e desse contexto” (Rodrigues, 2009, p.52).

Assim, as ruas projetadas sobressaem pela sua expressividade individual, uma vez que apresentam as mesmas dimensões e características umas das outras. Neste sentido, tendo em conta a relação do projeto com as fachadas, devido às características da envolvente e do estilo de uma arquitetura remota das fachadas existentes, propomos que estas sejam ritmadas, com uma composição harmoniosa reveladora de uma nova variação compositiva, dentro da zona de intervenção.

Apesar da complexidade da envolvente para construir um objeto que não interfira com o equilíbrio da circunstância, dentro da zona de circulação não existe nenhum elemento que se revele uma estratégia na definição para a nova construção.

Entretanto, com a análise, ocorreram algumas linhas de referência para a construção das fachadas. Assim, pretendemos estabelecer uma relação que entre si e, ao mesmo tempo, entre todos os mosaicos urbanos, recorrendo ao uso de materiais e técnicas construtivas, apresente uma linguagem contemporânea. Aquelas são desenhadas na mesma face das ruas, no mesmo alinhamento, propondo aberturas para o interior do lote com percursos para

impulsionar e promover o comércio e os serviços no seu interior, dando origem a um quarteirão fragmentado. A criação destes espaços vazios, entre estes dois volumes, permite diminuir o impacto das vastas e compridas fachadas, bem como uma permeabilidade entre o espaço público da rua e o interior do lote.

O “mosaico habitacional”, isto é, a edificação proposta é o módulo de composição do tecido urbano, ao lote e assim sucessivamente. Nesta perspetiva, os vários tipos de escala de intervenção constituem os módulos das escalas seguintes. As três plantas tipo estabelecem o módulo de habitação que parte de uma tipologia de T2 para duas/três pessoas, até uma habitação que parte de uma tipologia de T1 para uma pessoa/duas, até uma família constituída por cinco elementos.

Na linha da forma procurada para o edifício, o sistema construtivo deve refletir a clareza e a simplicidade da forma. Neste sentido, a nível construtivo o edifício desenvolve-se segundo um sistema racional de lajes e paredes maciças, que formam uma estrutura equilibrada e homogénea suportada por caixas de betão que se encontram assentes no solo e elevam o edifício.

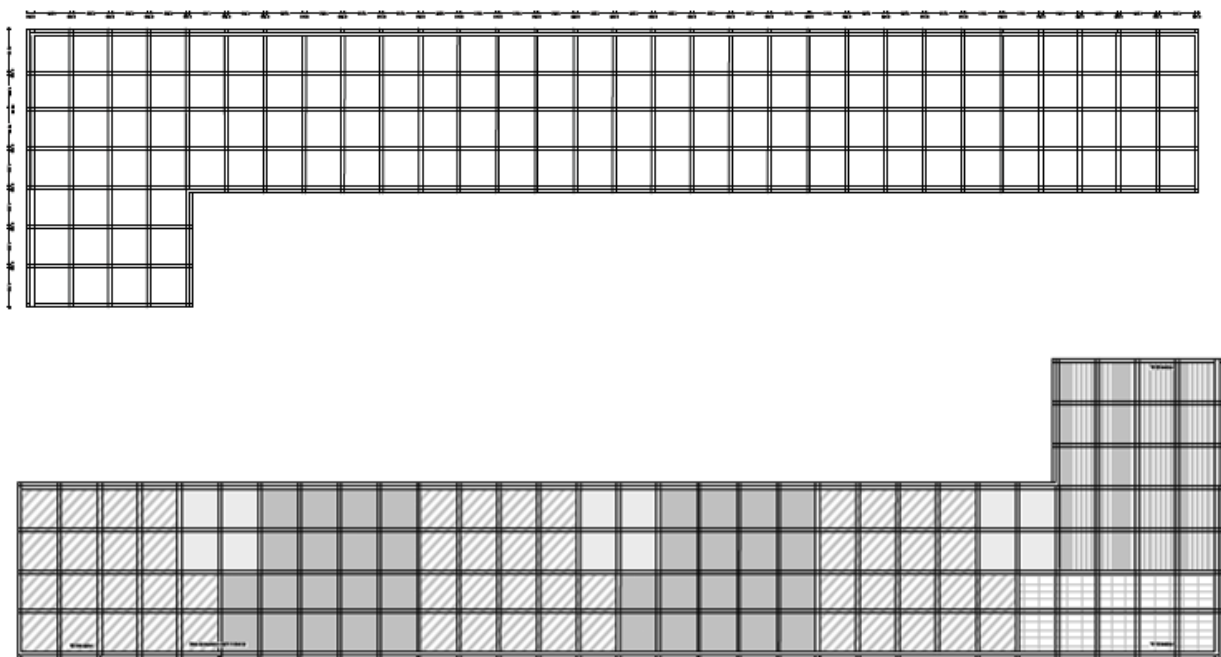


Fig. 27 - Métrica e módulo da forma do edifício

Fonte: Elaboração própria

## 5.2. FORMA, COMPOSIÇÃO, MÉTRICA E MÓDULO

Uma paisagem começa a atingir uma expressão arquitetônica quando nela são conciliados paredes, estrutura, configurações, vivacidades e outros componentes construtivos, de maneira a reunir-se em mútuo relacionamento. A ideia que temos do espaço e a forma como nasce e se desenvolve é, desde sempre, fruto de hábitos, de estudo, de imagens, de costumes que conservamos ou de cultura que herdamos. Curiosamente, todo o contexto descrito é uma situação recíproca, pois revela o que somos e a influência do espaço que habitamos.

A habitação é a expressão de hábeis manipulações, de atos de rejeição e de gestos de acolhimento. Cada forma arquitetônica é um corpo que vai revelar uma identidade própria e o limitar de um espaço, criando, assim, uma superfície que é formada por uma estrutura. Mas, da natureza completamente diferente da regularidade da vida de todos os dias, os princípios da geometria dão ordem à forma arquitetônica e permitem à arquitetura representar o que existe de substancial na vida. O espaço deve buscar a tranquilidade, o equilíbrio na forma geométrica e o dinamismo tão importantes através de fenômenos naturais e dos movimentos humanos.

É através destes fenômenos que tencionamos organizar a forma do mosaico urbano, ou seja, através do uso de geometria rígida, mas com um equilíbrio entre as formas e um dinamismo com o rigor da métrica. Assim sendo, utilizamos uma métrica para a prática do módulo 3/3 que ajuda a organizar a parte da construção e da organização espacial das plantas. O uso da métrica é importante, não só por adaptar a disposição dos elementos, mas pela precisão e equilíbrio dos princípios para idealizar vários tipos de ambientes. É através desta, que organizamos o traçado com os conceitos de planta livre, dinamismo, adaptação e flexibilidade (fig. 27).

A ideia do módulo difere entre as várias escalas de intervenção. O módulo é aplicado com o objetivo de estabelecer uma regra que vai desde a organização do território, até à pormenorização do edifício de habitação. O mosaico segue a orientação da parcela/bloco, estabelecendo o tipo de ocupação dentro do limite da forma (fig. 28).

Em arquitetura, o “modelo-tipo” está estritamente relacionado com a ideia do módulo, tendo ambos de ser igualmente considerados para se elaborar o exemplo vantajoso que estructure a produção da arquitetura, estabeleça uma concordância entre todos os volumes e nos questione sobre as necessidades contemporâneas de flexibilidade, diversidade e personificação.

As relações de flexibilidade/adaptabilidade com as outras vertentes de qualidade habitacional são adotadas para a estrutura e organização do fogo e da parcela. Uma ideia base da planificação do fogo é assegurar uma liberdade dentro do espaço habitacional, uma vez que está muito relacionado com a noção de personalização, identidade e apropriação, em que o habitante pode cumprir as suas atividades com facilidade, flexibilidade e liberdade. Assenta, ainda, na apropriação e adaptação ao espaço, de acordo com as acessibilidades para poder usufruir do espaço a habitar. Assim, com o conceito da flexibilidade na organização e construção, o fogo permite a adaptação às necessidades de cada utilizador, principalmente, dos que têm mobilidade reduzida. Logo, devem ser tidas em conta as características próprias de cada pessoa, permitindo-lhes a inclusão no espaço, incluindo neste aquilo que necessitam.

O fogo não deve ser entendido, somente, como espaço privado de descanso e passar a ser observado como um espaço de sociabilização e de desenvolvimento de uma sucessão de vivências. No conceito de flexibilidade conseguimos anexá-lo numa tipologia habitacional que vai muito além do aumento da área e do número de quartos por fogos. Há atividades que hoje podemos realizar em casa, dado o desenvolvimento tecnológico na área da informação e comunicação, que revolucionou as infraestruturas. Esta revolução deve ser apresentada e desenvolvida nos espaços habitacionais para que a própria arquitetura seja, também, impulsionadora da evolução cultural habitacional. No fundo, a flexibilidade significa a capacidade de transferir, para o espaço, as necessidades dos utilizadores tendo como ponto fundamental a estratégia a que nos propomos na conceção dos equipamentos, instalações e mobiliário e na procura de uma maior amplitude espacial.

Também, ao introduzir no apartamento zonas que seja possível relacionarem-se com o “exterior” e a “natureza” e com uma área aberta – plataforma/varanda – introduz-se a capacidade de abertura com o espaço público, com a vizinhança, ou seja, ser parte ativa da sociedade. Este espaço pode destinar-se à criação de uma mini horta, de um jardim de inverno, de um lugar de lazer, de refeição, de conforto, de desporto e/ou de leitura. Tudo para este espaço seja o princípio do desenvolvimento de todas as soluções, dos apartamentos T1 e T3.

É notável a preocupação que existe na construção do edificado habitacional com a mobilidade e a flexibilidade dos espaços na transição dos ambientes característicos pelos materiais, mobiliário e adaptabilidade de diferentes áreas. É essencial que esta sucessão seja tão subtil que o utilizador sinta o espaço sempre como um todo, ou seja, o percurso de acesso reflete o ambiente exterior que se dilui com o espaço interior e com o *hall* onde se encontram as áreas dos acessos verticais. Trata-se de uma forma de intervenção progressiva em que os

espaços são vistos como uma sucessão de ambientes.

Esta é a dicotomia que é originada entre imagens que se armazenam na mente e os factos observados e criados na nossa imaginação que se reorganizam no pensamento daquele que se apercebe da ordem e do espaço, de acordo com os estímulos emocionais de quem projeta.



Fig. 28 - Interior do edifício habitacional

Fonte: Elaboração própria

### **5.3. ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA HABITAÇÃO**

O mosaico habitacional retém os princípios organizativos que revelam uma métrica, o uso do módulo que define as dimensões e proporções dos elementos construtivos, dimensionados a partir de uma unidade de medida comum (três metros), pois possibilita uma clara sistematização na conceção e na construção através da ordenação racional do espaço e de seus componentes, baseada na modulação funcional da arquitetura moderna (fig. 28). Logo, prevalece uma relação espacial e arquitetónica, que possui liberdade e flexibilidade estética e onde o ritmo e a repetição são, muitas vezes, surpreendidos pelo inusitado descompasso modular, sem perder a harmonia. Assim, os fogos revelam uma planta dinâmica, livre e flexível.

Todos os conceitos mencionados têm a finalidade de proporcionar condições adequadas para a disposição das plantas terem boas condições de organização, como o desenho da compartimentação em cada planta. As estruturas verticais têm como meta a maior diminuição possível de elementos verticais (pilares) de transmissão de cargas, tanto em secção, como em quantidade. Assim, a estrutura pode ser simplificada ao máximo, adotando vãos grandes e pontos de apoio astuciosamente colocados no módulo, por forma a não obrigar à repartição rígida do espaço interior da habitação e ao aproveitamento total das duas fachadas orientadas a norte e a sul. Esta solução possibilita que a iluminação natural seja partilhada eficazmente pelo interior da habitação e que garanta aos habitantes maior e melhor qualidade em termos de ventilação, iluminação e privacidade.

Toda esta estrutura flexível e simplista na modelação do espaço que desenhamos deve refletir, no seu volume, a simplicidade que lhe é introduzida.

O complexo de habitação é constituído, na parte enterrada, por uma área de estacionamento que interliga os dois volumes que constituem o mosaico habitacional. Este conjunto partilha o mesmo espaço de estacionamento na cave, com seis acessos verticais comuns para os devidos fogos. Este espaço está organizado por diversas plataformas interligadas por rampas que dão acesso à circulação para os estacionamentos. Cada fogo contém dois lugares de estacionamento, incluindo, ainda, uma área de arrumos junto destes (fig. 29).

Neste espaço encontramos, também, duas rampas que dão acesso para o exterior, uma delas sobe e a outra desce, permitindo separar os fluxos de viaturas e simplificar a circulação no interior do estacionamento. Num dos volumes, o piso superior usufrui, ainda, de uma zona de estacionamento.

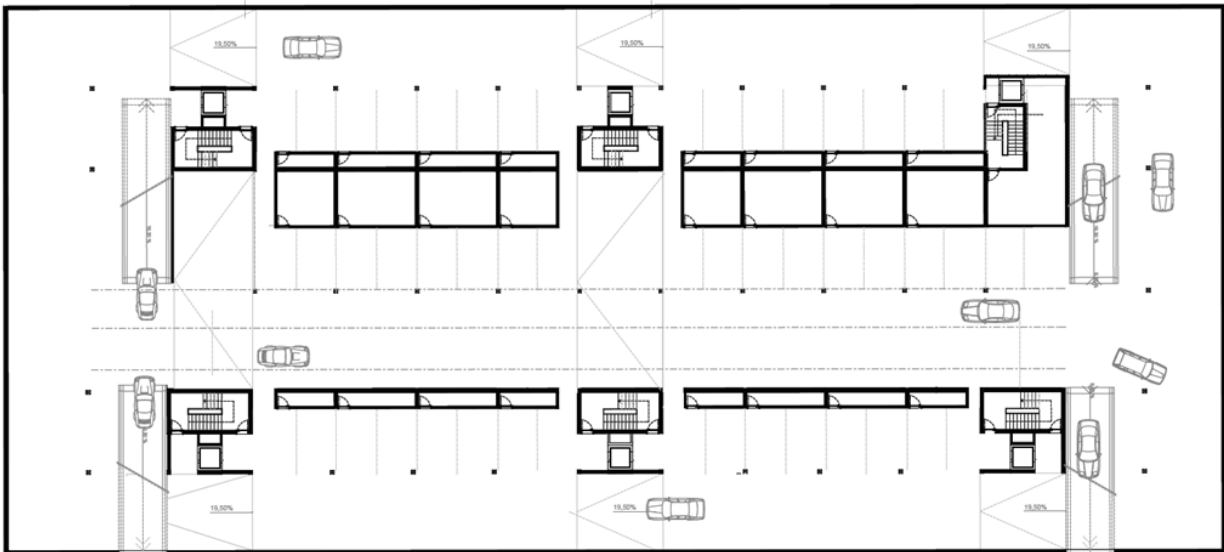


Fig. 29 - Planta de estacionamento – piso térreo

Fonte: Elaboração própria

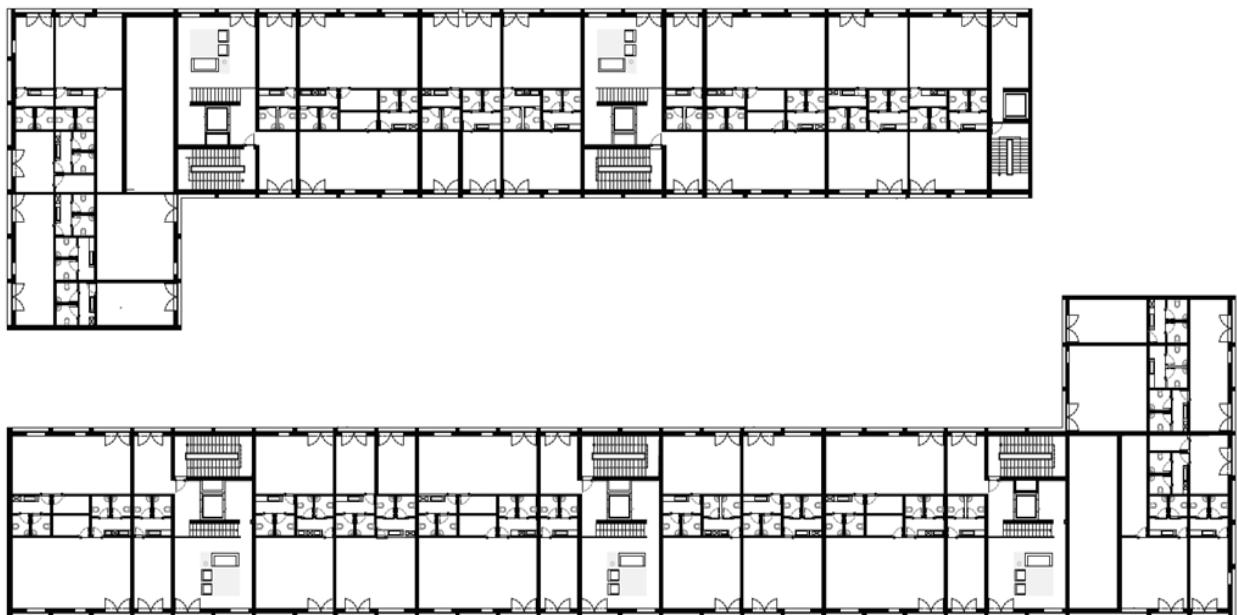


Fig. 30 - Planta destinada ao comércio e serviços, com as zonas de acesso ao edifício habitacional

Fonte: Elaboração própria

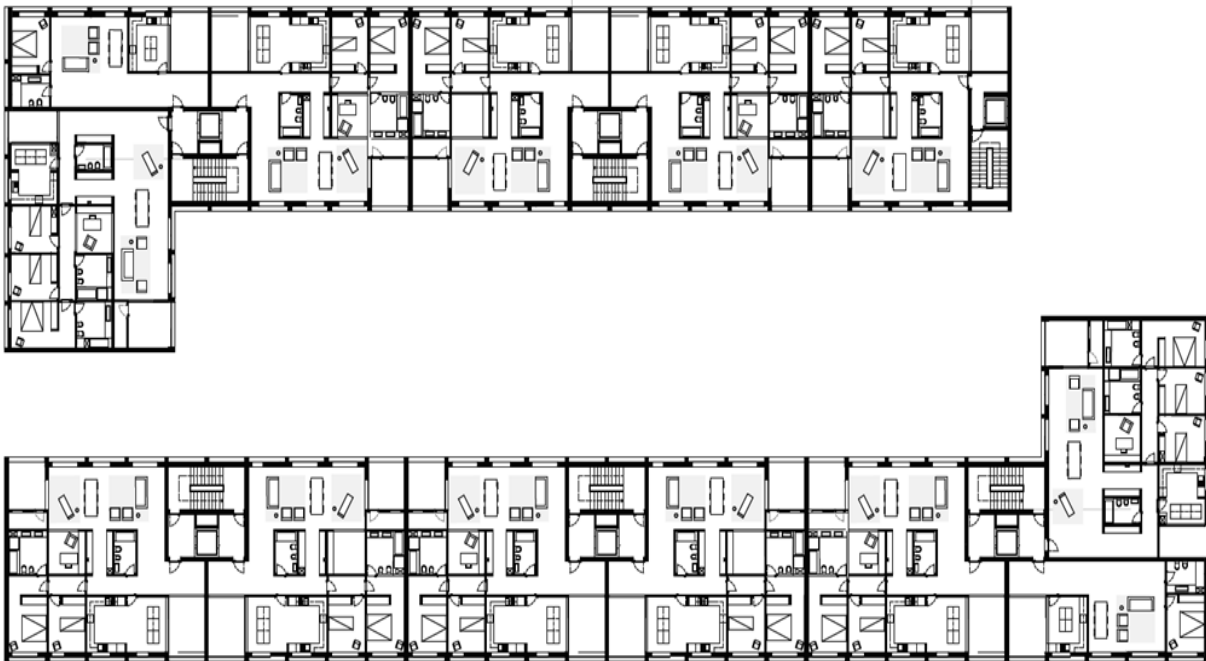


Fig. 31 - Planta dos apartamentos - planta dos pisos superiores

Fonte: Elaboração própria

No piso térreo, os blocos são ocupados com comércio, serviços e escritórios. Estas áreas comunicam com os espaços públicos e têm acesso direto a partir da rua. Neste piso também se encontram os blocos de acessos verticais, localizados no eixo da cada unidade/parcela na superfície interior dos blocos (fig. 30). O *foyer* de entrada do bloco é organizado por um sistema de caixas de escadas, com elevador, sanitários e um espaço de lazer e estar destinado aos moradores. Neste espaço, pretendemos que os utilizadores usufruam de todo o conforto, segurança e confiança, isto é, que seja um ponto de lazer, convívio, vizinhança e sociabilidade.

O acesso aos edifícios deve refletir a imagem dinâmica e progressiva da zona. Este espaço não é um elemento único, mas um conjunto de elementos que, no seu todo, organizam a função para qual existem. A área de entrada delimita o exterior do interior, o espaço público e o espaço semiprivado. A entrada é feita a norte, a partir do interior do quarteirão assente no terreno que transmite a transição e a continuidade entre o espaço. A escada deve refletir a organização e a flexibilidade do edifício e do fogo. Também no bloco de acesso vertical, nas escadas, é desenvolvido um poço de luz para reforçar a integração do espaço na dinâmica exterior. Assim, recorre-se ao uso de uma claraboia, ilumina-se o lugar que se abriga na caixa fechada, tornando o espaço mais significativo e esta intervenção mais arquitetónica, onde o homem se encontra com a natureza.

A marcação dos acessos, com blocos de encaixe para o pavimento exterior de pedra natural, permite-nos evidenciar a imagem de um percurso para o interior do edifício pois, como alude Cullen (2010, p.55) “Entre os diversos factores que contribuem para a unificação e coesão numa cidade, o pavimento é dos mais importantes”.

Todos estes elementos representam a transição entre as zonas comuns e o fogo que procuram o equilíbrio entre todos os espaços que, pelas suas características físicas e/ou culturais inerentes, são denominados, automaticamente, de espaços “fronteira”. É a procura de que o edifício e o meio em que se encontra possam presentear às pessoas um agradável conjunto de espaços, para o desenvolvimento das suas vidas, ou seja, a qualidade habitacional. Esta, como objeto de intenso estudo, desfruta das características da organização do espaço, da boa exposição solar e de uma vista para a cidade, através de grandes envidraçadas e da construção de amplos espaços destinados ao exterior.

Nos dois pisos seguintes encontram-se os apartamentos que seguem a tipologia de organização esquerdo-direito, ou seja, há um corpo central (escadas e elevador) que faz a distribuição aos acessos verticais.

Os apartamentos revelam-nos algumas objeções quando a questão é o habitar condicionado por um espaço limitado, deficitário em área exterior e de que forma o podemos relacionar com a natureza. “O verde” dentro das casas estimula a relação com a natureza, obriga-nos a presenciar a sua metamorfose ao longo do ano, deixando-nos mais sensíveis à sua riqueza e naturalidade. Estes espaços refrescam-nos e aproximam-nos das sensações mais básicas do mundo e da vida. É assim que, a nível de organização funcional, as habitações compreendem “áreas verdes” (jardim de inverno), espaços de varanda destinados ao lazer, prática de uma possível atividade agrícola de plantas ou plantas aromáticas nesta área de jardim dentro de casa. Desta forma, este espaço encontra-se nas duas extremidades do fogo para que haja entrada de luz nas diferentes posições e que ocorra ventilação contrária, em termos visuais da conceção do paisagismo exterior e pela jardinagem que está dentro da casa e que se dilui com a envolvente. Nas duas aberturas para os espaços públicos, o sol percorre as duas aberturas opostas. Ao nascer e ao pôr-se está colocado numa posição baixa, o que permite lançar luz o mais profundo possível.

A disposição do edifício induz a que as varandas, zonas “exteriores” do fogo, tenham uma relação visual com o centro histórico ou com a envolvente natural (fig. 31). O exterior e o interior não se encontram coagidos, pelo contrário, “o verde” destes jardins de inverno prolonga-se por uma extensão admirável e a paisagem é tão exuberante que em contingências espaciais se revelam, na nossa opinião, um privilégio.

Esta tipologia é caracterizada pela divisão entre a zona do espaço público virada para o interior do quarteirão e a zona do espaço público onde se encontram as vias rodoviárias. A orientação solar do edifício é fundamental, pois influencia diretamente a quantidade e a qualidade de luz natural nos espaços interiores do fogo. Com duas frentes abertas e uma orientação nascente/poente, o volume recebe o sol da manhã e da tarde.

Um destes jardins fica em frente da porta de entrada do apartamento (fig.28) junto à cozinha que serve e o outro junto à sala. Desta forma, toda a área de qualquer habitação é precisa e deve ser tratada como tal, seja do ponto de vista funcional ou do ponto de vista da experiência que proporciona.

Na habitação, o *hall* é um espaço muito importante, uma vez que permite o acesso a um pátio/jardim, proporcionando-se, assim, como um ambiente aconchegante para receber, estar, reunir. Tem o intuito de dar continuidade ao espaço do jardim, só que num espaço interno, como se fosse um reduto de paz e tranquilidade dentro de uma casa ou apartamento que não possua pátio ou possua um pátio reduzido. O jardim de inverno também pode ser feito por pessoas que tenham pátio, mas que preferam um ambiente mais reservado, livre das intempéries, das mudanças climáticas, por exemplo.

Mas, para começar a pensar num jardim de inverno, é essencial saber quais plantas que poderão fazer parte deste espaço: jardins de inverno com plantas naturais e artificiais. A relação que se estabelece entre estes jardins, a cozinha e sala dilui-se e continua, ou seja, é um dos pontos-chave, é a definição visual dos pontos da cidade. No fundo, o espaço planeado é dinâmico em contínuo estado de transformação, de modo a que um espaço mínimo se possa estender ao máximo, distribuindo-se livremente pelo espaço todas as zonas sócias.

A maior amplitude das zonas de lazer permite à família coabitar, possibilita executar várias atividades em simultâneo, sem probabilidade de conflito e aumenta as oportunidades de comunicação. As zonas comuns são importantes na identidade coletiva da família, por isso, o espaço deve sempre demonstrar a dignidade e a flexibilidade que oferece aos utilizadores.

O apartamento faz, ainda, a divisão das duas zonas: a zona social (cozinha, jardim, sala) e a zona mais privada, espaço dos quartos. No interior do fogo, prolonga-se o branco patente no exterior. Os espaços de serviço (preparação de alimentação, tratamento da roupa e arrumos de limpeza) poderão estar reduzidos ao mínimo. É, também, de admitir que a preparação da alimentação exija um espaço de cozinha especialmente elaborado, uma vez que esta deixa de ser considerada uma tarefa e passa a ter, em alguns contextos, um valor sócio cultural de grande importância. Desta forma, a cozinha apresenta um espaço com uma saliência e relevância contendo um espaço exterior, de maneira a ser um lugar amplo e

descerrado, onde se possam fazer jantares e cozinhar no exterior. Este espaço de preparação de refeições pode ser associado a um compartimento designado por sala de família, que pode conjugar as funções de refeições correntes, estar e reunir (informal). Não se desenvolve, necessariamente, num espaço próprio, trata-se de um espaço de grande função de mobilidade, de acordo com as preferências e modos de vida familiar.

A zona social está virada para dentro do quarteirão, pois é onde se encontram os espaços verdes e os espaços sociais e de lazer, de forma a possibilitar a convivência entre as vizinhanças, o contacto direto das crianças com exterior e a boa relação visual.

A tipologia bi-orientada garante boa qualidade habitacional em termos de ventilação, iluminação e privacidade.

A zona do escritório divide as diferentes zonas, a íntima da sociável, pois esta zona tanto pode ser privada como social. É muito usual a procura de habitações que possuam um *small-office*, ou seja, um espaço só para escritório. No entanto, atualmente, este espaço, torna-se, cada vez mais, uma disposição permanente de trabalho, recreio das crianças, estudo e convívio informal dos membros do agregado familiar. Este espaço pode, também, estar associado a concentrar as atividades de serviço doméstico, às funções como o tratamento da roupa (passar, coser).

O espaço habitável é livre, graças a uma concentração estratégica das zonas fixas do módulo, o que lhe proporciona liberdade de apropriação. Também a existência de mobiliário polifuncional, que se encontra entre a arquitetura e o desenho industrial, permite que o espaço de habitação se transforme num espaço diáfano, neutro, fechado no seu perímetro onde são colocados de forma estratégica “móveis contentores ou robots”. Acaba por se tornar fixo, devido às limitações físicas que implicam os distintos serviços e zonas associadas.

Neste sentido a criação de mobiliário que permita a prática de diferentes atividades, inserido num espaço com uma dada função, torna-se a solução mais adequada à habitação. Permite, simultaneamente, uma interação maior com outros utilizadores da habitação que se encontrem na execução de outras atividades.

Cada elemento criado para o espaço proposto deve sempre refletir a flexibilidade e a ordenação do espaço. Assim, como forma de dinamizar o espaço, propomos, por exemplo, a cama multifuncional que, além da função de descanso que lhe é adjacente, inserimos a vertente de reflexão/leitura pelo desenvolvimento de um sofá e de uma estante de livros. O compartimento onde se dorme e descansa é encarado, especialmente, como um espaço polifuncional, onde ocorrem atividades de lazer, de trabalho e de estudo, isto é, cada vez mais é associado a tecnologias de informática e comunicação.

No entanto, quando pensamos nos idosos, a perspectiva deste espaço é diferente, o quarto assume-se como uma área essencial para dormir, vestir e descansar, sem perturbações ou distrações, o repouso ganha um carácter ancestral e estabelece uma relação forte com o paisagismo exterior.

É possível, com este módulo, executar várias funções, por vários utilizadores incentivando à interação entre eles.

A estrutura de ordem e de arrumação é fundamental num espaço habitacional, a existência de espaços de arrecadação e de organização para o equilíbrio entre o espaço e o utilizador. Neste sentido, todos os módulos projetados possuem zonas de arrumação adjacentes à função para qual foram projetadas.

A circulação pode ser considerada uma estratégia para implementar a flexibilidade e a organização do espaço na habitação, na medida em que permite em cada compartimento vários tipos e graus de privacidade, que não impliquem determinados usos de espaços. A circulação proposta visa melhorar a qualidade funcional da habitação, uma vez que possibilita a existência de diversas ligações entre os vários espaços que a constituem, ou seja, pode-se passar de uma zona da habitação para outra.

Relativamente à acessibilidade, os fogos, bem como as zonas comuns, estão dotados de esquemas de funcionamento e métricas que permitem uma utilização livre por todas as pessoas, independentemente do seu grau de incapacidade, física ou motora.

Portanto, na conceção das fachadas para o mosaico habitacional, podem ser utilizadas estratégias que ajudem a implementar a flexibilidade no seu interior, tendo como principais objetivos libertar o máximo de espaço útil para livre apropriação e não condicionar o interior dos espaços ou compartimentos a um único uso. No entanto, podem verificar-se alguns problemas na sua concretização e na sua aceitação, como estratégias de qualificação espacial e visual.

#### 5.4. ROSTO DO MOSAICO HABITACIONAL - ALÇADOS

Através do estudo da organização do interior e das relações que pretendemos proporcionar e harmonizar, emerge o momento de desempenhar um estudo para a imagem exterior que o edifício pretende transmitir à cidade e aos indivíduos que nela habitam. Esta imagem assume-se relevante, porque é o primeiro ponto de contacto com as pessoas, gerando uma empatia e atração ou, pelo contrário, um sentimento repulsivo de afastamento. A procura do equilíbrio entre o edifício e o lugar tem e teve particular preocupação da nossa parte. Também a pele do edifício mereceu a nossa atenção, pois é o elemento que define e que permite a transição entre os espaços.



Fig. 32 - Alçado do interior do quarteirão

Fonte: Elaboração própria

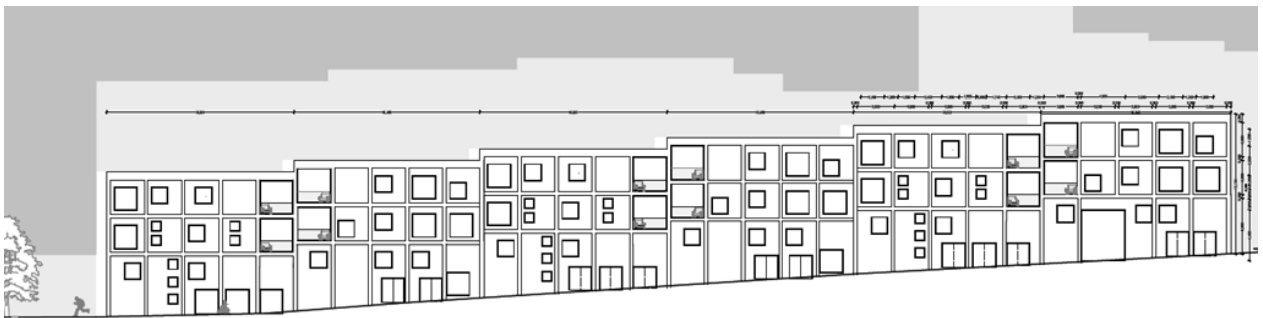


Fig. 33 - Fachada dos edifícios habitacionais

Fonte: Elaboração própria

A imagem implica um determinado significado que se assume como o alçado exterior que presume movimento, difere na escala e na área envolvente, através das mudanças das horas do dia, das estações do ano e climática. Todo este desenho faz parte da mutabilidade e abstração da realidade que nunca se lê nem experiencia, mas que ambos (o alçado e o fogo) apresentam como fundamentais no processo de criação do rosto do mosaico (edificado) (fig.33).

Optámos por tratar a imagem do exterior e dos alçados numa fase final do processo de estudo pois, se forem abordados antecipadamente, acabam por nos prender a uma ideia pré-concebida que pode induzir a uma arquitetura superficial, insignificante e ausente de significados e conceitos. Por isso, é preferível não proporcionar uma imagem definitiva durante o decorrer do projeto (apenas alguns esboços que acompanham o desenvolvimento da proposta), antes que o interior e a estrutura do edifício estejam concluídos, para que posteriormente o alçado e a imagem apareçam de maneira lógica.

O segundo conceito a adotar é que a fachada deve estar relacionada com a organização interna do edifício (fig. 32). A imagem e os alçados devem ser a consequência direta do que se projeta para o interior, para que assim surjam completamente adequados e contextualizados com o mesmo. Como forma de clareza e simplicidade, as fachadas resultam da agregação de vários estudos para cada ambiente de habitação. Assim o método para a sua construção remete para o mesmo das plantas, ou seja, a elaboração da mesma métrica com a grelha, visível na parte de construção em betão, onde assentam as janelas. A dificuldade está na capacidade de exercitar e de moldar essa janela às necessidades do lugar e do indivíduo.

O desenho dos alçados, o tipo de abertura e o ritmo da sua modulação são regulados pelos princípios subjacentes da métrica à arquitetura projetada. Este tipo de fachada é para “romper” com rigor da organização, no fundo objetiva contrariar um modelo regular, harmonioso e proporcional para o uso de alternâncias e dimensões dos vãos. Tem como finalidade criar uma fachada ritmada, flexível aos diferentes ambientes e usufruidores, uma imagem livre de modulação.

Desta forma, a fachada do edifício habitacional deve, à partida, depender da função interior desenvolvida e arquitetá-la com as suas características, podendo adaptar-se a qualquer requisito espacial. No entanto, a fachada não deve condicionar as vivências interiores dos fogos, nem as funções de habitar deveriam vincular a fachada. O objetivo é conduzir a uma liberdade conceptual crescente, pretendendo a criação de uma habitação com um grau de flexibilidade considerado suficiente para satisfazer as mais recentes e heterogéneas exigências espaciais e funcionais da habitação contemporânea.

A organização interna e a imagem exterior devem ser coerentes uma com a outra, na medida em que as proporções dos vãos e a sua disposição nas fachadas são acertadas, numa adequação às necessidades do funcionamento interno, resultando daí o equilíbrio entre interior e exterior. “(...) a janela é um complexo elemento da arquitetura, porque tem que responder a muitas e diferentes exigências, e por isso um pormenor de uma janela é uma coisa que exige muita atenção e responsabilidade, (...) afecta a função e também é muito influente no

resultado global de um projecto” (Álvaro Siza, 2006, p.99).

Desta forma, o alçado das fachadas dos edifícios que se projeta segue os princípios mencionados. O posicionamento e as dimensões dos vãos e as aberturas na fachada seguem razões específicas provenientes do interior, da organização e das relações que se pretendem estabelecer com o exterior, ou seja, de um acumular de circunstâncias. Meditamos mais nestes aspetos do que propriamente na composição da imagem do exterior.

Deste modo, procuramos não nos excedermos nas superfícies envidraçadas, nas transparências e na exibição do espaço, com o fim de não desmaterializar o bloco construído, nem desprivilegiar o contacto com o exterior. Antes pelo contrário, pretendemos capturar a paisagem seletivamente, valorizando-a para que não se torne maçadora, nem habitual.

Para o estudo dos panos envidraçados, que se posicionam à face de fora, com o intuito de favorecer a leitura de continuidade do plano de parede e, simultaneamente, determinar a hierarquia da importância compositiva na fachada, contribui-se adicionalmente com a variação das dimensões dos vãos (três tipos de janelas), revelando o carácter e as atividades desenvolvidas interiormente. Como é natural, os vãos de maiores dimensões são os que assumem maior preponderância na composição da fachada. Também a inexistência de vãos, os espaços destinados aos terraços e a espaço verde permitem uma relação mais ampla com a paisagem e com o espaço público. Tanto as dimensões como o seu posicionamento revelam um domínio sobre a luz natural que penetra no espaço, controlando o grau de permeabilidade do mesmo como de um objeto físico se tratasse com o intuito de proporcionar ambientes com distintos sentidos emotivos associados.

Um outro aspeto relevante para a imagem exterior do conjunto é o pé-direito no piso do rés-do-chão, que se destina ao comércio e aos serviços e percorre a totalidade dos volumes. Esta resulta de uma reinterpretação formal do que acontece nos edifícios da envolvente, procurando uma continuidade formal e visual com eles. Assim, faz-se referência às características existentes no centro da cidade e história da arquitetura.

Portanto, tendo em conta tudo o que foi retrato e descrito, a imagem do exterior do edificado revela, em simultâneo, uma continuidade da figura da organização do fogo que apresenta uma geometria simples com subtiliza, poder, através do jogo de vazios e cheios, luz e sombra, clareza e entendimento no seu processo de construção interior relacionado com o método arquitetónico.



Fig. 34 - Proposta de intervenção

Fonte: Elaboração própria

## 5.5. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

A cor, a textura e a opção dos materiais construtivos adotados influenciam tanto a imagem exterior como interior do edifício, pois estes revelam-se de extrema relevância, devido ao seu poder de transmitir determinados significados e emoções, salientar e reforçar as características formais. Estes materiais mostram, também, as premissas base que são inerentes ao projeto. Estão ainda relacionados com o conforto que os ambientes interiores proporcionam.

Deste modo, os materiais selecionados e adicionados para a construção das imagens exteriores e interiores permitem demonstrar as características, as restrições e os atributos que travam diálogo com os espaços, com os elementos naturais e com as pessoas que usufruem dos ambientes. Assim, os materiais estimulam a percepção multissensorial, bem como o contacto entre os utilizadores, que valorizam as essências e dão vida ao espaço.

O confronto dos materiais revela uma preocupação e um aspeto relevante com o contexto do projeto para dar forma e dignidade ao espaço, ou seja, atribuir aos materiais o significado do todo e, assim, interferir nos detalhes construtivos.

O betão, pela sua simplicidade e clareza, beneficia da construção com características escultóricas. A proporção dos seus componentes deve ser adequada aos esforços e ao peso a que estará submetido.

A luz, ao ser projetada neste material, transforma o lugar frio e tranquilo rodeado de elementos arquitetónicos claramente definidos, num espaço encantador e transparente, diferente dos outros materiais. Visualmente, adquire textura e, pela sua composição, torna-se um material forte e seguro, para um espaço em que é possível viver.

Desta forma, também as paredes desempenham um papel duplo, além de delimitarem, são incumbidas de seguir um intuito distinto e são planificadas de maneira a acolher, pelo menos aquilo que rejeitam, como o vento, a luz solar e o céu. Assim, as paredes separam e capturam a paisagem, atuando a favor do mundo interior que define o espaço. Quanto mais austera é uma parede, tão austera que chega mesmo a parecer fria, mais ela dialoga connosco e atrai a atenção de quem a observa. Por outras palavras, a parede deve repelir, desafiar e convidar para conhecer, participar e entrar.

Assim, os acessos são um espaço aberto que pretende estabelecer o sentido de intimidade entre o exterior e o interior, vivência e sociabilidade. Toda a materialidade inscrita no projeto é muito natural, de uma grande abstração, ou seja, a pintura igualiza o interior e o branco do betão, no exterior, formaliza um arquétipo branco que se destaca na paisagem e

que, tanto cativa a luz nos seus jardins interiores, como se reflete, na sua “pele” alva.

Na segunda premissa do trabalho, o objetivo é limitar ao máximo a variedade de materiais nas zonas comuns, simplificar os meios expressivos e eliminar tudo o que não é essencial, obtendo o maior equilíbrio e deixar à mutação dos elementos naturais a produção no exterior, de formas simplificadas pela pintura branca..

Os materiais são os elementos que personificam o espaço e lhe dão leitura. Na arquitetura, cada material é único e deve ser usado de acordo com a sua natureza, como um todo. As escolhas tomadas em relação ao projeto procuram responder às exigências técnicas e funcionais mas, simultaneamente, à procura da continuidade do material, para que o espaço tenha uma leitura contínua e, ao mesmo tempo, reforçar a ideia da flexibilidade do espaço: cada zona é tratada de igual forma.

O vidro permite estabelecer uma correlação entre os espaços interiores e exteriores, verificando-se, principalmente na fachada, este jogo de mosaicos de janelas. A natureza integra-se em edifícios deste tipo e os edifícios estabelecem uma relação nova e direta com a envolvente que os rodeia. A natureza, em todas as suas formas de expressão, torna-se uma companhia quotidiana dos residentes, dado que está patente no sistema de suporte em aço. Desta forma, a redução formal e a proporção perfeita concentram o olhar na envolvente.

O betão armado branco, uma pedra artificial, foi colocado em todos os alçados frontais, de modo a introduzir uma nova barreira forte e bruta, em paralelo com o uso da pedra lá existente. Tem a finalidade de proporcionar condições adequadas para uma planta flexível, permitindo uma neutralidade da estrutura e uma simplicidade da modulação.

Portanto, as paredes, os pavimentos e os vãos possuem o critério de proporcionar boas características térmicas e acústicas para que os idosos ou pessoas com mobilidade reduzida. Como já foi referido, ao elevar os padrões de construção, os espaços que se projetam adequam-se a toda a sociedade oferecendo a qualidade de vida que ambicionamos, ou seja, o ambiente ideal de todos e para todos.

## 6. ARQUITETURA A BRANCO E PRETO

Uma arquitetura que não tem forma é uma arquitetura que não depende de sua imagem. Na nossa opinião, a arquitetura tem o valor dado pelas conexões funcionais, (históricas, urbanas, emocionais e simbólicas), que ela própria é capaz de desencadear, através da sua espacialidade, da promoção novos usos em paralelos, de novas possibilidades urbanas e sociais e de novas atividades e sociabilidades.

Estes conceitos são resultantes da composição do espaço arquitetônico inseridos no contexto urbano tendo em conta a envolvente, as pré-existências e a história da arquitetura. Uma arquitetura que no mínimo atualiza, no mesmo patamar de qualidade quanto à sua posição à cultura contemporânea e que revela a máxima de Mies: fazer menos é fazer mais.

A arquitetura cria uma relação com o Homem, através da sua composição forte e dos seus materiais, que vem desembarcar na sua relação com a gravidade e o ambiente. A gravidade que constrói o espaço através de elementos que orientam o nosso olhar, que direcionam o nosso pensamento para este estudo arquitetônico.

O “mosaico” é a estrutura resultante da flexibilidade a que se conota esse espaço como planta livre e dinâmica, baseado sempre no conceito da neutralidade ambiental interior como elemento de ignição das atmosferas.

É desta forma, e por essas razões, que o nosso olhar é atraído para as linhas e para a composição forte do edificado que transmite o branco e preto seduzido pela imagem. A imagem a preto e branco na paisagem urbana pretende enfatizar a forma dos edifícios, que proporciona a representação e a qualidade do “mosaico urbano” que realça as formas. A iluminação cria sombras alongadas e pode produzir uma textura apelativa nas pedras ou no asfalto e tons que os caracterizam e os qualificam.

O preto e branco permitem criar uma imagem poderosa de um motivo que poderia ter menos impacto a cores. Esta representação beneficia, também, da simplicidade e nitidez, do equilíbrio e da flexibilidade, do jogo da proposição métrica e do uso do módulo, da luz e da sombra e dos cheios e vazios apresentados como estratégia no projeto.

Este ambiente que construímos é que lhe dá razão: o diálogo do ser com o espaço.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho evidencia que a cidade é o principal componente estruturante de uma intervenção, pois esta persuade, direta ou indiretamente, todos os indivíduos, tendo como principal objetivo alcançar uma melhor qualidade de vida dos habitantes que nela residem.

Todas as intervenções têm que ter em conta a ambiguidade do ambiente, desta forma implica uma adequação da intervenção ao local, tendo por base as suas características morfológicas, o perfil dos utilizadores que aí vão viver, o respeito pelas condicionantes do local e, posteriormente, a deteção da essência do mesmo, da sua identidade e carácter pois, como alude Lynch (1999, p.128) “A identidade local está intimamente ligada à identidade pessoal”.

É desta forma, tendo como base estes princípios, que se consegue perceber o que pode ou não ser valorizado, ou o que necessita de ser corrigido. Assim, todos os espaços podem ser recuperados e potenciados, ou recriados a partir das intervenções que neles se realizam para uma correta inclusão e relação entre todos os elementos constituintes do mosaico urbano.

Os temas retratados anteriormente pretendem refletir sobre a problemática das condições de acessibilidades, do espaço público e do envelhecimento no universo urbano do séc. XXI, tendo em consideração a complexidade da definição de cidade, sociedade e arquitetura, uma vez que, atualmente, todos os constituintes de um mosaico estão cada vez mais “sobrepostos” entre si, o que significa que os limites estão cada vez mais atenuados, que há um relacionamento constante sem grandes alterações sendo um “pedaço de cidade”. Ou seja, um sistema que, através de fluxos, se interliga intimamente com o meio envolvente, oferecendo permutas e ligações num contexto mais vasto e diversificado.

Esta agregação está relacionada com o desenvolvimento das cidades, com a abertura de novos pensamentos, movimentos e fronteiras, com a revolução tecnológica, com as novas tendências no estilo de vida, no uso do tempo, do espaço e dos hábitos de consumo. Desta forma, originam-se novas vidas, novas paisagens o que pode favorecer o aparecimento de novas vivências, fragmentação dos espaços e segregação espacial o que incumbe a um aumento das mutações referidas com a capacidade de gestão e controlo sobre a paisagem na cidade. Assim, a arquitetura assume um papel fundamental, dado que influencia a paisagem, valorizando a cidade, pois tem que considerar os componentes estruturantes, quer com a envolvente, quer com a sociedade, isto é, um mosaico de relações recíprocas e conjuntas, que vão determinar as intervenções. Nesta perspetiva, Portas afirma

“Torna-se hoje muito clara a consciência da mútua relação espaço organizado – comportamento humano, a todos os níveis de qualidade e de quantidade, o que permite encarar o problema da Cidade como forma (e não soma de formas) e suas determinantes no comportamento global do Homem, indivíduo ou membro de uma comunidade, e, paralelamente, a ação do Homem no quadro da Cidade, de onde resultam ações e reações mútuas de causa e efeito que nos levam a afirmar que, se sem Homem não há Cidade, também sem Cidade não há Homem” (Portas, 2007, p.11).

Ou seja, quando intervimos afetamos a todos profundamente, pois construir não é só o espaço físico é criar um ambiente arquitetónico, mas também a confiança para o vivenciar. Desde modo, podemos afirmar que a intenção de viver é extrair o melhor partido da vida e o papel da arquitetura é aperfeiçoar o ato de viver e dar resposta às necessidades de todos. A mobilidade e as acessibilidades potencializam a coesão territorial estética e funcionalmente, enquanto o espaço público se torna palco, por excelência, das vivências urbanas potencializando os movimentos e os fluxos por parte dos indivíduos, influenciando a vida nas cidades.

Todas as pedras analíticas e temas abordados no presente trabalho não se extenuam em si mesmos, devido à permanente evolução das cidades e das sociedades que constituem o mosaico urbano. Logo, importa uma contínua procura e busca na análise e investigação destas temáticas com a intenção de desenvolver novos processos, metodologias e técnicas interdisciplinarmente mais integradas, que modifiquem, a cidade, a paisagem, indo ao encontro do bem-estar da sociedade. Pois, como refere Howe

The world of tomorrow should not be a series of disconnected spaces, the one human in scale and drab in design [he means mass housing], the next superhuman in scale and glittering in pretentious finery. We must maintain the importance of the connecting points from which successive dimensions are measured...” (Howe, 2007, p.11).

Foi com base nestes aspetos que a proposta apresentada se centrou, traduzindo os pressupostos teóricos mencionados em instrumentos aplicados empiricamente, no lugar de intervenção. Este processo implicou uma pesquisa exploratória prévia de casos de referência, que adicionou camadas ao conhecimento aplicado. Assim o desenrolar da proposta até ao culminar do resultado final, o ato de projetar, foi executado de avanços e recuos, de dúvidas e incertezas.

Foi com esta transcendência do processo e do programa, que se procedeu a uma requalificação urbana e social na zona de intervenção, transformando o desenho do espaço, os modos de habitar e viver, preservando e valorizando, simultaneamente, os elementos que caracterizam a imagem da cultura existente e que conferem imaginabilidade no lugar de intervenção na cidade de Viseu.

A função dos “Mosaicos Urbanos” projetados é de estruturar e articular a relação entre a arquitetura que faz a interferência e a intercessão do indivíduo/da sociedade com a paisagem envolvente. Tem como objetivo garantir uma melhor qualidade de habitar e viver que é tirar o maior partido da vida, ter acessos universais, autónomos, dignos e sem restrições, não só no espaço físico, mas também a confiança para o vivenciar com uma arquitetura que tende a melhorar todas as limitações expostas em Viseu.

Portanto, tal como os contornos do nosso objeto - o projeto em estudo na cidade de Viseu - este trabalho de investigação acabou de ser montado como um mosaico cujas peças foram montadas e encaixadas, para oferecer um discurso enxuto e coerente com princípio, meio e fim.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguiar, J., 2002. *Cor e Cidade Histórica – Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: Ed. FAUP.

Aires, Mateus, 2010. *VOIDS biennale di venezia* [online] Disponível em: <[www: url:http://www.airesmateus.com](http://www.airesmateus.com)> [Consultado em 27 de fevereiro de 2013].

Alves, M<sup>a</sup> Amélia Lemos, 2001. *Amigo, precisa-se*. Lisboa: Minerva.

Ascher, F., 2010. *Novos Princípios do Urbanismo*. Traduzido do Francês por Margarida de Souza Lobo e Ana Valente. 2<sup>a</sup> Ed. Lisboa: Livros Horizonte.

Alves, F.M.B., 2003. *Avaliação da qualidade do espaço público urbano. Proposta metodológica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Angelillo, Antonio, 1998. *Gonçalo Byrne . Obras e projectos*. Lisboa: Editorial Blau, Lda.

Baptista, Luís Vicente, 2003. Territórios, imagens e poderes. Cordeiro, Graça Índias; Baptista, Luís Vicente e Costa, António Firmino da, org., *Etnografias Urbanas*. Oeiras: Celta Editora, pp.35-42. [online] Disponível em:<<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n180/n180a17.pdf>> [Consultado em 15 de novembro 2012].

Bártolo, José e Baltazar, Maria João, 2011. *Tomás Taveira*. Vila do Conde: QN Edição e Conteúdos, S.A.

Battle, E., 2011. *El jardín de la metrópole: Del paisaje romântico al espacio libre para una ciudad sostenible*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A..

Bauman, Z., 2009. *Confiança e Medo na Cidade*. Traduzido por E. Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar.

Bestetti, M.L.T., 2006. *Habitação para Idosos. O trabalho do arquitecto, arquitectura e cidade*. [Online] Disponível em: <<http://pluris2010.civil.uminho.pt>> [Consultado em 12 de dezembro de 2012].

Bestetti, M.L.T., 2010. *Ambiência: O Espaço Construído como Factor de Envelhecimento Saudável*. [Online] Disponível em: <<http://pluris2010.civil.uminho.pt>> [Consultado em 12 de dezembro de 2012].

Borde, A.P.I., 2006. *Vazios Urbanos: Perspectivas Contemporâneas*. Rio de Janeiro: [s.n.].

Borja, J., 2003. La ciudad conquistada. *Revista Eure*. Santiago de Chile, 90, pp.124-126.

Brandão, P. e Remesar, A., 2000. *O Espaço Público e a Interdisciplinaridade*. Lisboa: Centro Português de Design.

Brandão, P. e Remesar, A., 2003. *Design de espaço público*. Lisboa: Centro Português de Design.

Brandão, P. e Remesar, A., 2004. *Design urbano inclusivo*. Lisboa: Centro Português de Design.

Calvino, Italo, 1972. *As Cidades Invisíveis*. Traduzido por Diogo Mainardi, São Paulo: Biblioteca Folha.

Carter, Peter, 2005. *Mies Van der Rohe at Work*, London: New York, Phaidon.

Carvalho, António, 2013. *Habitação para Idosos em Lisboa: de Colectiva a Assistida. O Caso de Alvalade*. Doutoramento. Lisboa.

Castro, A., 2002. Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade – Contributos para uma Reflexão sobre os Espaços Públicos Urbanos. In: *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 5, CET – ISCTE.

Castro, M<sup>a</sup> Alexandra Correia, 2008. *História e Tradição na Arquitectura Contemporânea Portuguesa, Cinco Obras de Arquitectura em Centros Históricos*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Chipperfield, David, 2006-2010. *conciliación de contrarios, 2010*. Madrid: El Croquis Editorial.

Coelho, P., 2011. *Gonçalo Byrne*. Vila do Conde: Quidnovi.

Conceito Europeu de Acessibilidade, 2005. *Acessibilidades dos Locais de Trabalho*. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

Costa, H. A., 2009. *Mosaico da sustentabilidade em destinos turísticos: cooperação e conflito de micro e pequenas empresas no roteiro integrado Jericoacoara – Delta do Parnaíba – Lençóis Maranhenses*. [online] Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br>> [Consultado em 23 de janeiro 2013].

Costa, João Pedro, 2005. *Bairro de Alvalade – Um Paradigma no Urbanismo Português*. Lisboa: Livros Horizonte.

Cullen, Gordon, 2010. *Paisagem Urbana*. Traduzido por Isabel Correia e Carlos Macedo. Lisboa : Edições 70.

Domingues, A., 2009. *A Rua da Estrada*. Porto: Dafne Editora.

Dorneles, V. e Bins Ely, V., 2006. *Áreas Livres Acessíveis para Idosos*. [pdf] Disponível em: <<http://arqvanessadorneles.files.wordpress.com/2011/02/artigo-enepea-vanessa-dorneles-e-vera-helena-bins-ely.pdf>> [Consultado em 18 de dezembro de 2012].

Ferrão, J., 2003. Intervir na Cidade: Complexidade, Visão e Rumo. In: Portas, N; Domingues, Álvaro; Cabral, João (Eds.), *Políticas Urbanas, Tendências, Estratégias e Oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 218-225.

Ferreira, C., Gomes, C.S., 2012. A Cultura, o Turismo e as Políticas para as Cidades. In: Jacinto, R., ed., 2012 *Patrimónios, Territórios e Turismo Cultural: Recursos, Estratégias e Práticas*. Coleção Iberografias, Vol.19, Lisboa: Âncora Editora.

Fortuna. C., 2002. Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergências de um novo paradigma sociológico. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, pp.123-148.

Goldsmith, S., 1997. *Designing for the Disabled: The New Paradigm*. Oxford: Architectural Press.

Gomes, C.S., 2005. *Modos de Vida nas Cidades E Processos de Reabilitação Urbana - O caso da Baixa de Coimbra*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Gomes, C.S., 2007. *Viver no Centro da Cidade: Práticas, Discursos e Representações sobre a Baixa de Coimbra*. Oficina nº280, Coimbra: Oficina do CES.

Gonçalves, C., Carilho, M.J., 2006. Envelhecimento crescente mas Espacialmente desigual, *Revista de Estudos Demográficos*, nº 40, [online] Disponível em: <[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_DESTAQUES&dest\\_boui=5918957&DESTAQUESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_DESTAQUES&dest_boui=5918957&DESTAQUESmodo=2)> [Consultado em 01 de dezembro de 2012].

Gossel, Peter e Leuthauser, Gabriel, 1996. *Arquitectura do Século XX*. Lisboa: Taschen.

Goto, M., 2000. *Uma Análise de Acessibilidade sob a Óptica da Equidade – O Caso da Região Metropolitana de Belém*. [online] Disponível em: <[redpgv.coppe.ufrj.br/index.php?option=com\\_docman&task...](http://redpgv.coppe.ufrj.br/index.php?option=com_docman&task...)> [Consultado em 10 novembro 2012].

Guerra, I., 2003. Tensões do Urbanismo Quotidiano. In: Portas, N., Domingues, A. e Cabral, J., org., *Políticas Urbanas: Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Guerreiro, Julián, Tavares, Gonçalo M. e Rocha, Paulo Mendes da, 2011. *Pensar a Casa*. Matosinhos: Associação Casa da Arquitectura.

Guimarães, M. do Céu e Lamego, S., 2001. *Serralves: um espaço público cultural, Cidades e Culturas: novas políticas, novas urbanidades*. Porto: APS, pp.49-53.

Howe, G., 1939. *Going in and coming out: the fundamental architectural experience*. New York: George Howe Papers. Avery Library. Columbia University.

[http://pt.wikiarquitectura.com/index.php/Edif%C3%ADcio\\_Seagram](http://pt.wikiarquitectura.com/index.php/Edif%C3%ADcio_Seagram)

Leite, M.A.F.P., 1997. Os lugares invisíveis. *Revista paisagem e ambiente*, 11. São Paulo: FAU-USP.

Lino, R., 1918. *A Nossa Casa – Apontamentos sobre o Bom Gosto na Construção das Casas Simples*. Lisboa: Editora Atlântida.

Lino, R., 1933. *Casas Portuguesas: Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples*. Lisboa: Editora Valentim de Carvalho.

Lynch, K., 1990. *A Imagem da Cidade*. Traduzido do castelhano por M. C.T. Afonso, Lisboa: Edições 70.

Lynch, K., 1999. *A Boa Forma da Cidade*. Traduzido do Inglês por J. M. C. A. Pinho, Lisboa: Edições 70.

Magalhães S. F., 2005. *Ruptura e contiguidade, a cidade na incerteza*. [online] Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/dhtm/seer/index.php/cpgau>> [Consultado em 14 de fevereiro de 2013].

Magnavita, P.R., 2007. *História, cidade e o pensamento pós-estruturalista*. [pdf] [online] Disponível em: <<http://egal2009.easyplanners.info>> [Consultado em 29 de janeiro de 2013].

Malkin, J., 1992. *Hospital Interior Architecture*. New York: Van Nostrand Reinhold.

Mateus, O., 2011. *A Acessibilidade Local como Factor de Localização de Equipamentos Colectivos de Proximidade*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

Mela, A., 1999. *A Sociologia das Cidades*. Lisboa: Editorial Estampa.

Menin, S., 2003. *Constructing Place: Mind and Matter*. London: Edited Book.

Montaner, Josep Maria, 2009. *Sistemas Arquitectónicos Contemporâneos*. Barcelona: Gráficas Campas, S. A.

Morgado, C., 2005. *Protagonismo de la ausencia. Interpretación urbanística de la formación metropolitana de Lisboa desde lo desocupado*. Barcelona: Escuela Técnica Superior de Arquitectura.

Moura, Eduardo Souto de, 1995-2005. *la naturalidad de las cosas, 2010*. Madrid: El Croquis Editorial.

Muga, H., 2005. *Psicologia da Arquitectura*. 2ª Ed. Canelas: Gailivro.

Mumford, Lewis, 1998. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes.

Neumeyer, Fritz, 2000. *Mies Van der Rohe – La palabra sin artificio: reflexiones sobre Architecture, 1922-1968*. Traduzido por Jordi Siguán, Madrid: El Croquis Editorial.

ONU, 2011. *Department of Economic and Social Affairs, Population Division: World Population Prospects*. New York: Highlights.

Pallasmaa, J., 2007. Experience, Emotion and Thought: Artistic encounter and the emergence of meaning. In: Baldaia, B., ed., 2012. *Thought in Form: ten essays on architecture*. Viseu: Centro Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa, pp.101-105.

Pallasmaa, J., 2011. Landscapes of Architectural Education: Architecture, Knowledge and existential wisdom. In: Baldaia, B., ed., 2012. *Thought in Form: ten essays on architecture*. Viseu: Centro Regional da Beiras da Universidade Católica Portuguesa, pp.31-39.

Pavia, João de, 1638. *Descrição da Cidade de Viseu* (Biblioteca Nacional de Lisboa, cód. 10622. [pdf] Disponível em: <[http://www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/Mathesis/Mat10/mathesis10\\_35.pdf](http://www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/Mathesis/Mat10/mathesis10_35.pdf)> [Consultado em 05 de novembro de 2013].

Pesavento, S. J., 2007. Cidades Visíveis, Cidades Sensíveis, Cidades Imaginárias. *Revista Brasileira de História*, 27 (53), pp.11-23.

Portas, N., 2007. *A cidade como arquitectura*. 2ª Ed. Lisboa: Livros Horizonte.

Portas, N., 2000. Do Vazio ao Cheio. In: *Cadernos de Urbanismo n°2 – Vazios Urbanos e o Planeamento das Cidades*. [pdf] Disponível em: <[https://dspace.ist.utl.pt/bitstream/2295/787931/1/DO%20CHEIO%20PARA%20O%20VAZIO\\_versao%20final.pdf](https://dspace.ist.utl.pt/bitstream/2295/787931/1/DO%20CHEIO%20PARA%20O%20VAZIO_versao%20final.pdf)> [Consultado em 29 de janeiro de 2013].

Portas, N., Domingues, A., Cabral, J. et al., 2004. *Políticas Urbanas - Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Relph, E., 1987. *A Paisagem Urbana Moderna*. Traduzido por A. Carvalho. Lisboa: Edições 70.

Rémy, J. e Voyé, L., 1994. *A Cidade: Rumo a uma nova definição?*. Porto: Edições Afrontamento.

Rodrigues, Sérgio, 2009. *A Casa dos Sentidos. Crónicas de Arquitectura*. Lisboa: Cooperativa para a Inserção Profissional em Arquitectura, CRL.

Rosa, Mª João Valente, 2012. *O envelhecimento da Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Santos, M., 1996. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Edições Hucitec.

Schulze, Frank. Windhorst Edward, 2012. *Mies Van der Rohe: a critical biography*. London: The University of Chicago

Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD), 2007. *Acessibilidade e Mobilidade para Todos: Apontamentos para uma melhor interpretação do DL 163/2006 de 8 de Agosto*. Porto: Inova.

Silva, A., 2010. *Cidades Imaginadas iberoamericanas*. São Paulo: USP.

Silva, H. S. e Santos A., 2011. *Álvaro Siza Vieira*. Vila do Conde: QN Edição e Conteúdos, S.A.

Silva, H. S. e Santos A., 2011. *Souto Moura*. Vila do Conde: QN Edição e Conteúdos, S.A.

Silva, M<sup>a</sup> T. M. M., 2008. *O Lugar Arquitectónico- um modelo teórico de interpretação*. Lisboa: Edições 70.

Simmel, G., 2001. A metrópole a vida do espírito. In: Fortuna C., org., *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaios de Sociologia*. Oeiras: Celta, pp.31-41.

Simões, J. et al., s.d. *Uma casa para a vida aplicação do design inclusivo à habitação*. [pdf] Disponível em: <<http://www.inr.pt/content/1/1154/uma-casa-para-vida-aplicacao-do-design-inclusivo-habitacao>> [Consultado em 18 de novembro de 2012].

Simões, J., 2006. *Design Inclusivo. Acessibilidade e Usabilidade em Produtos, Serviços e Ambientes*. Lisboa: Centro Português de Design.

Simões, J., et al., 2009. *Uma casa para a vida: aplicação do design inclusivo à habitação*. Lisboa: Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P..

Siza, Álvaro, 2006. *Navegando através do híbrido da cidade*. [pdf] Disponível em <repositório-aberto.up.pt/bitstream/.../126863\_T-6-4-12\_TM\_01\_C.pdf> [Consultado em 03 de Novembro de 2012].

Siza, Álvaro, 2001-2008. *el sentido de las cosas*, 2008. Madrid: El Croquis Editorial.

Solà-Morales, Ignasi de, 2002. *Territórios*. Barcelona: Gustavo Gili.

Solís, J.B., 2009. *Diccionario Urbano Conceptual y Transdisciplinar*. Barcelona: Ediciones del Serbal.

Sousa C., 2010. *Do cheio para o vazio. Metodologia e estratégia na avaliação de espaços urbanos obsoletos*. Lisboa: Instituto Superior Técnico.

Távora, F., 2006. *Da Organização do Espaço*. Porto: FAUP Publicações.

Teles, Paula, 2010. Desenhar Cidades com Mobilidade para Todos – Caso Prático da Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos. *Integração das Pessoas com Deficiência, Cadernos Sociedade e Trabalho*, nº 8, pp.57-68 [online] Disponível em: <<http://www.paulateles.pt/noticias/PDFs/2007%20Cadernos%20SocTrab.pdf>> [Consultado em 02 de fevereiro de 2012].

Wirth, L., 2001. O urbanismo como modo de vida. In Fortuna C., org., 2001. *Cidade, Cultura e Globalização: Estudos de Sociologia*. Oeiras: Celta Editora, pp.45-65.

[www.greatbuildings.com/buildings/Seagram\\_Building.html](http://www.greatbuildings.com/buildings/Seagram_Building.html)

[www.nyc-architecture.com/UES/UES002.htm](http://www.nyc-architecture.com/UES/UES002.htm)

[www.scribd.com/doc/87472974/apresentacao-mies](http://www.scribd.com/doc/87472974/apresentacao-mies)

[www.skyscrapercity.com](http://www.skyscrapercity.com)

Zumthor, Peter. 2006. *Atmosferas: Entornos arquitectónicos – as coisas que me rodeiam*.  
Traduzido por Astrid Grabow. 2ª Ed.. Barcelona: Gustavo Gili.

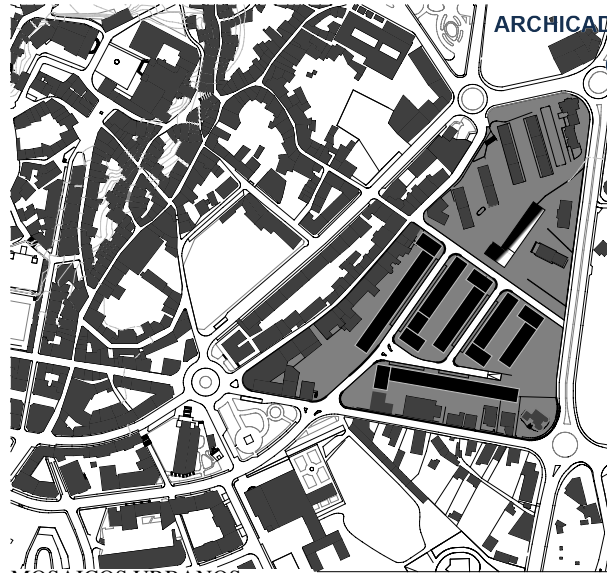
**ANEXOS**

- 139 -





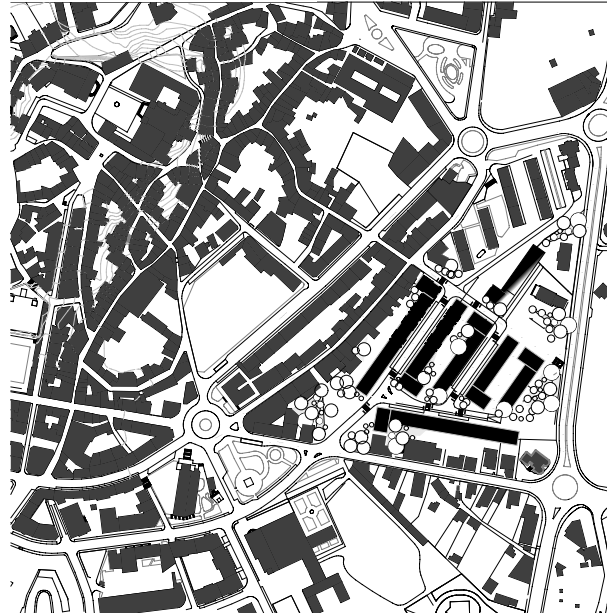
ALINHAMENTOS E EIXOS VISUAIS



MOSAICOS URBANOS



VIAS RODOVIÁRIAS - FIOS CONDUDÓRES



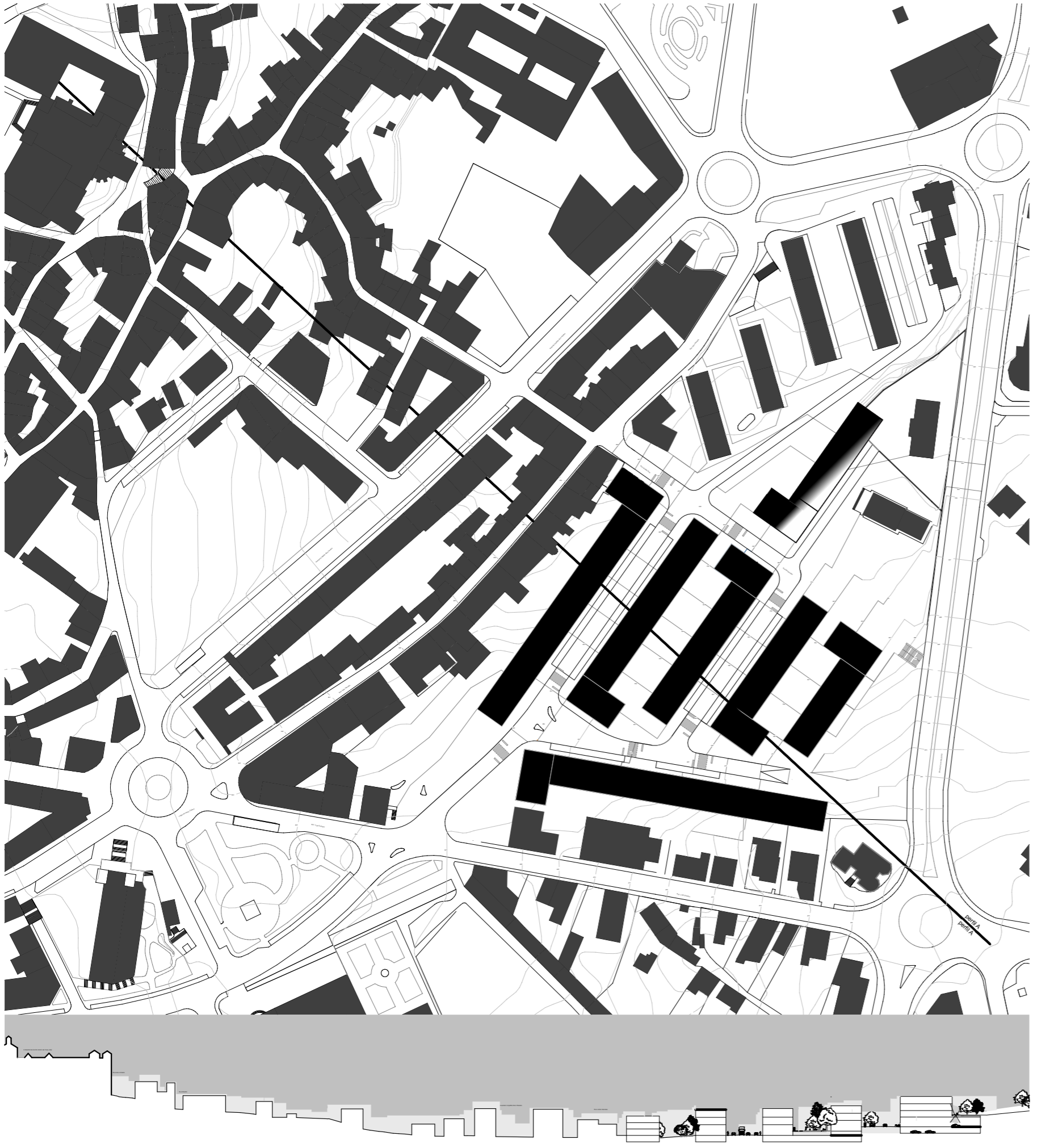
ESPAÇOS VERDES/ ESPAÇOS PÚBLICOS



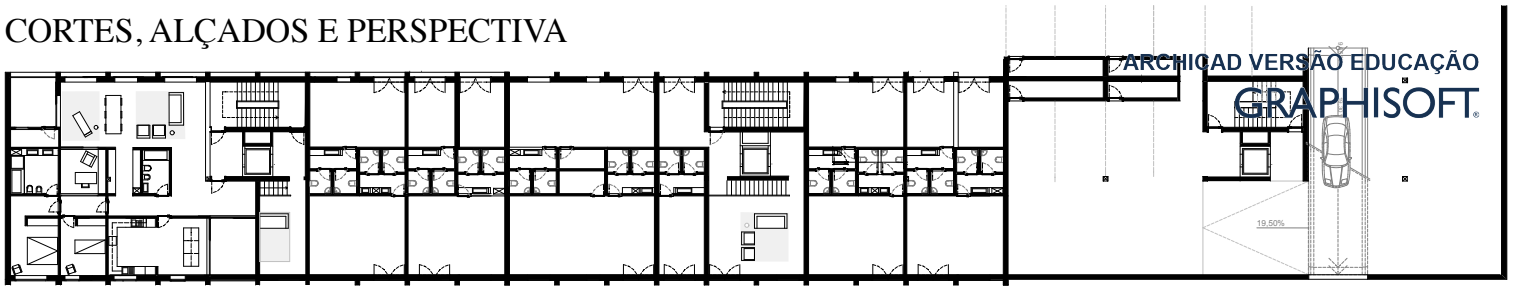
MOSAICOS HABITACIONAIS E CULTURAIS



TIPOLOGIAS



# CORTES, ALÇADOS E PERSPECTIVA



PLANTA COTA 464.5 ; esc. 1/500



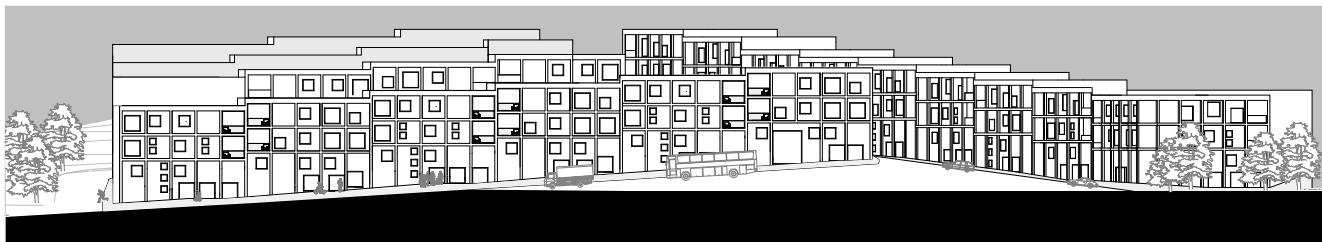
CORTE LONGITUDINAL; esc. 1/500



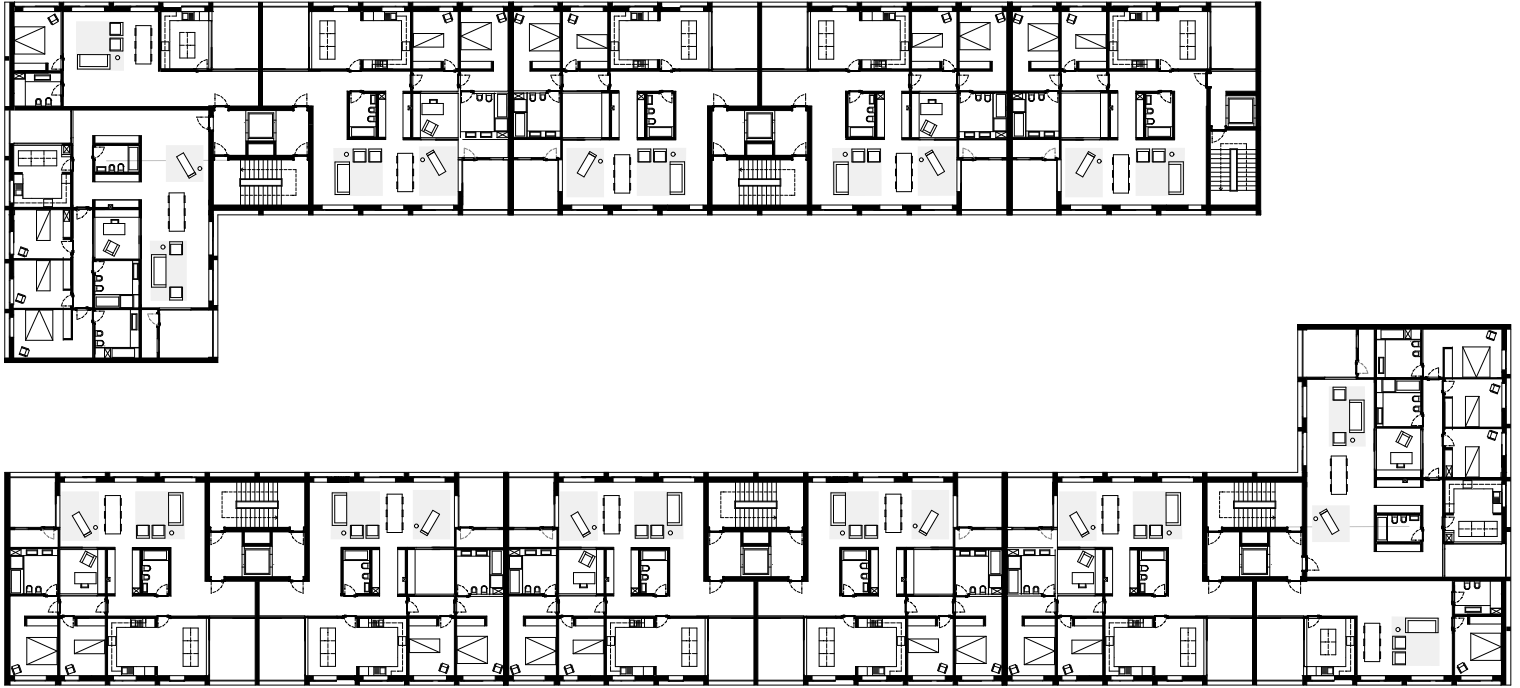
ALÇADO DO INTERIOR DO QUARTEIRÃO esc. 1/500



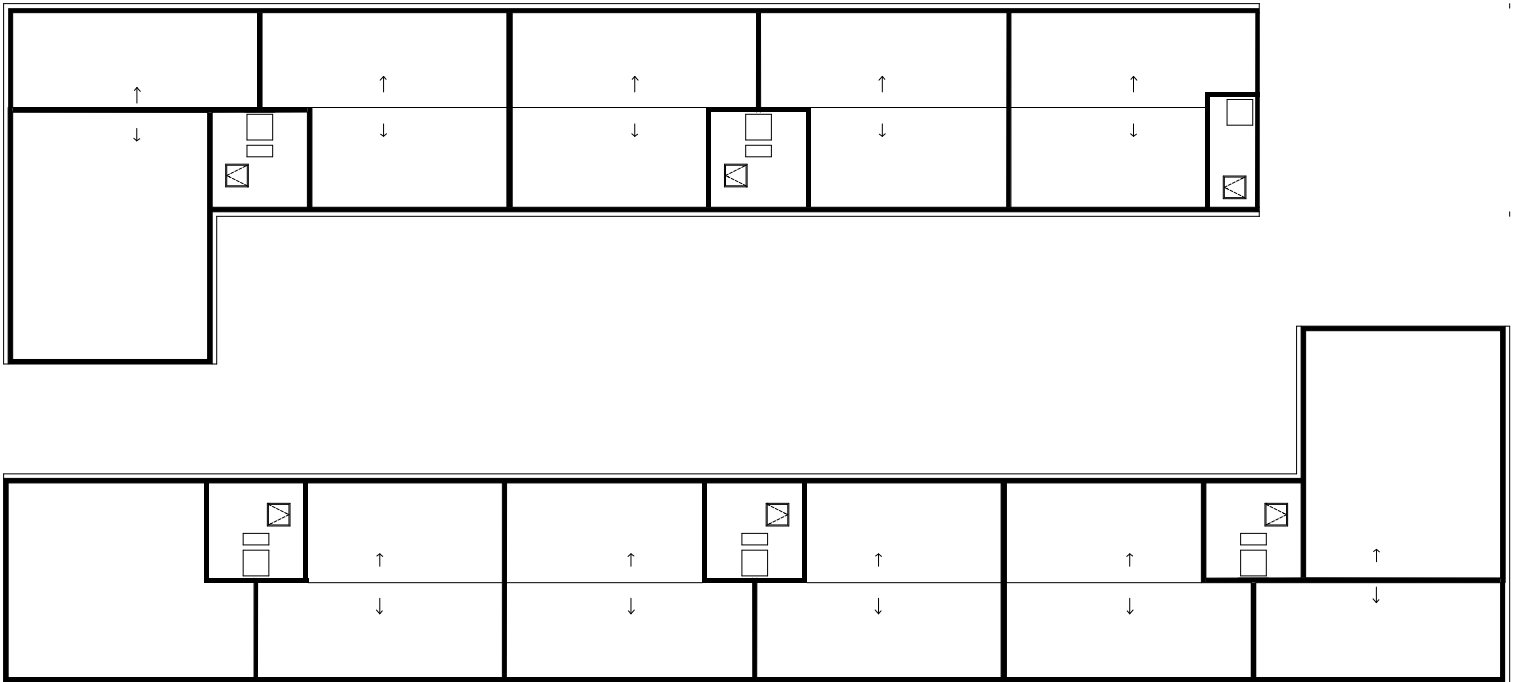
PERSPECTIVA DO EDIFÍCIO NO INTERIOR DO QUARTEIRÃO, esc. 1/500



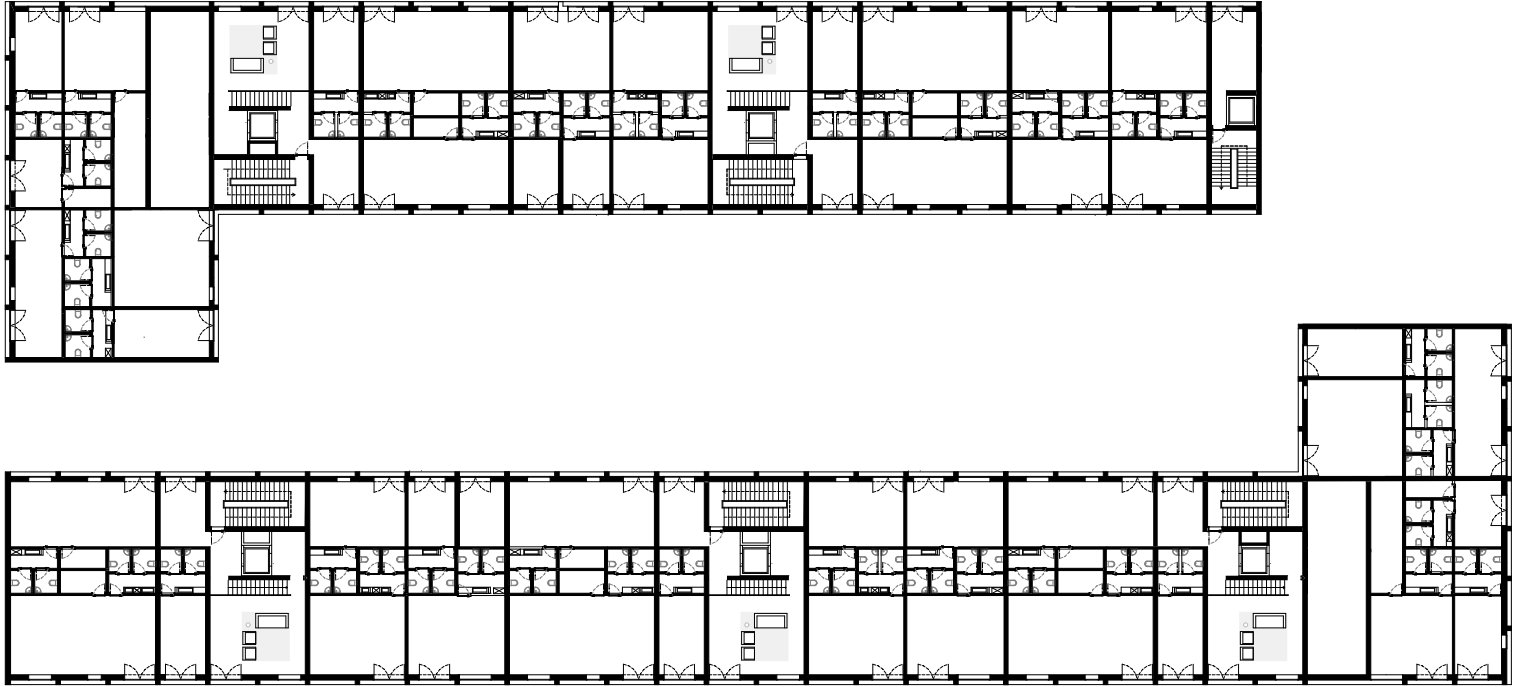
ALÇADO FRONTAL esc. 1/1000



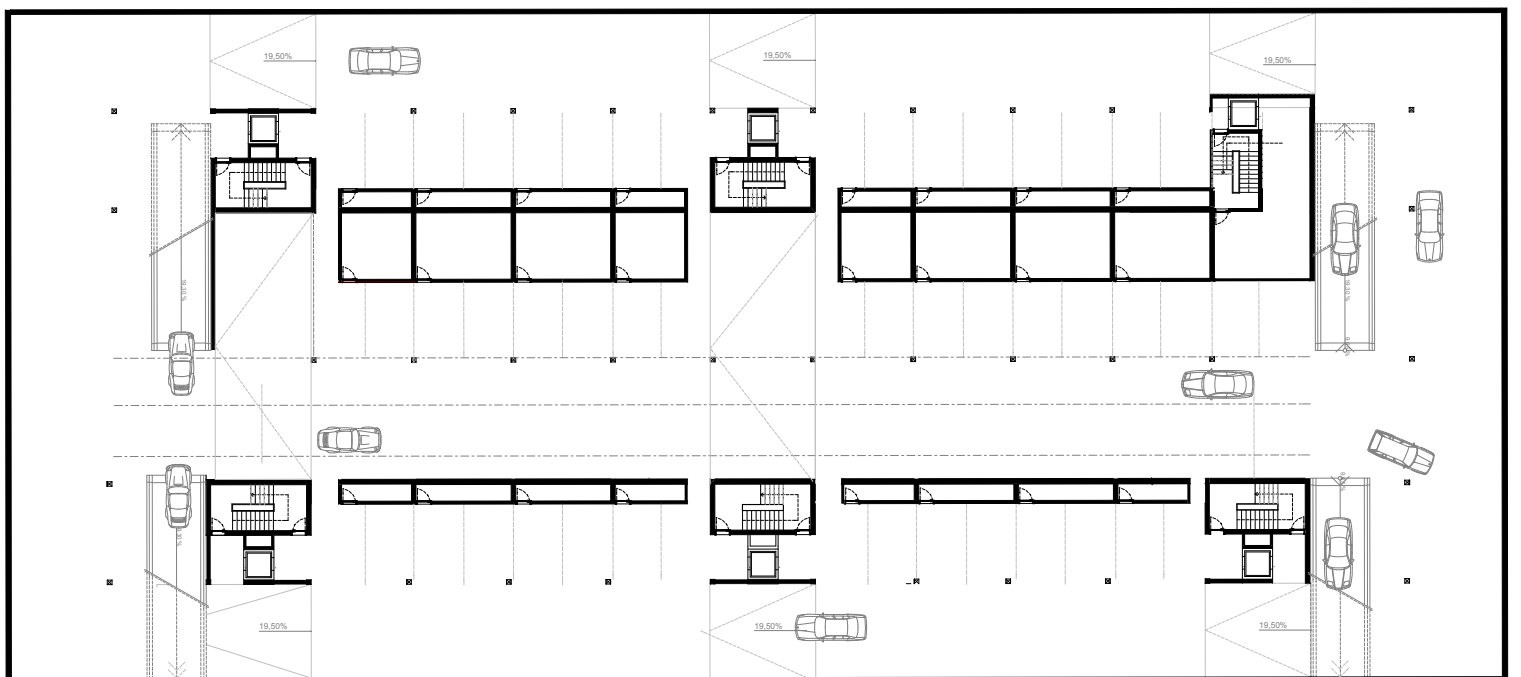
PLANTA HABITACIONAL; esc. 1/500



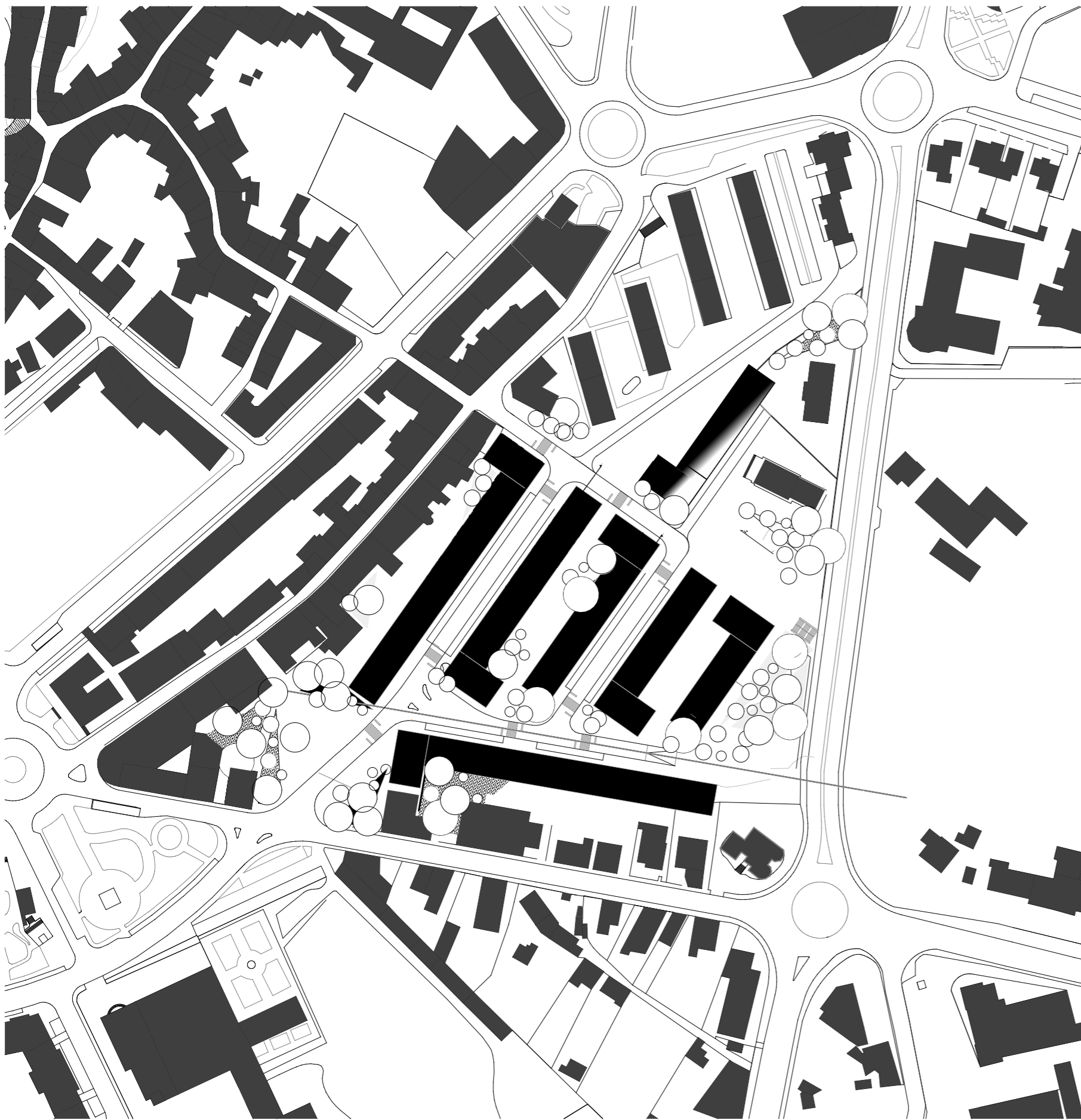
PLANTA DA COBERTURA; esc. 1/500



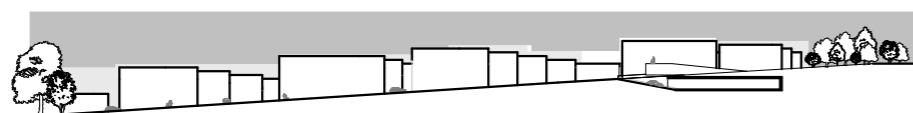
PLANTA DO RÉS-DO-CHÃO; esc. 1/500



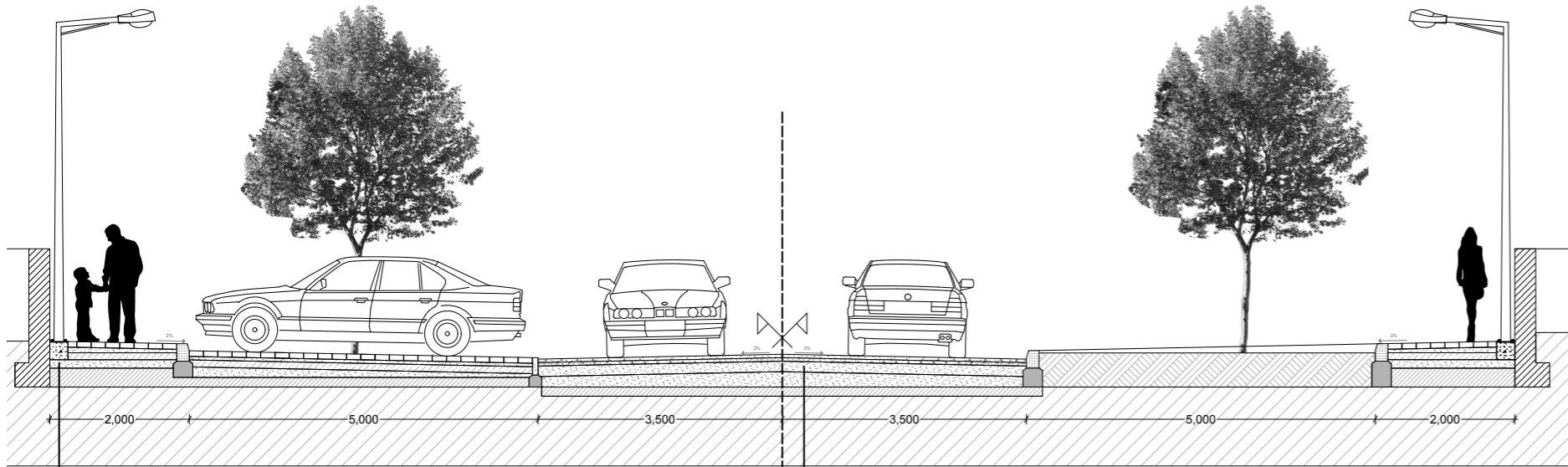
PLANTA DO PISO TÉRREO; esc. 1/500



PLANTA DE INTERVENÇÃO COM OS ESPAÇOS VERDES; esc 1/500

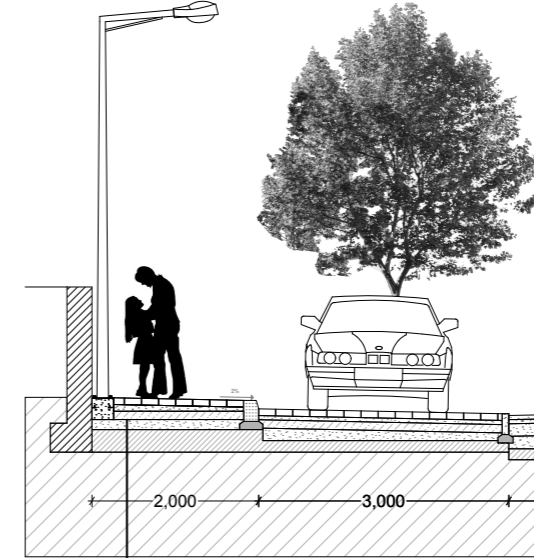


PERFIL DA RUA PROJETADA; esc 1/500

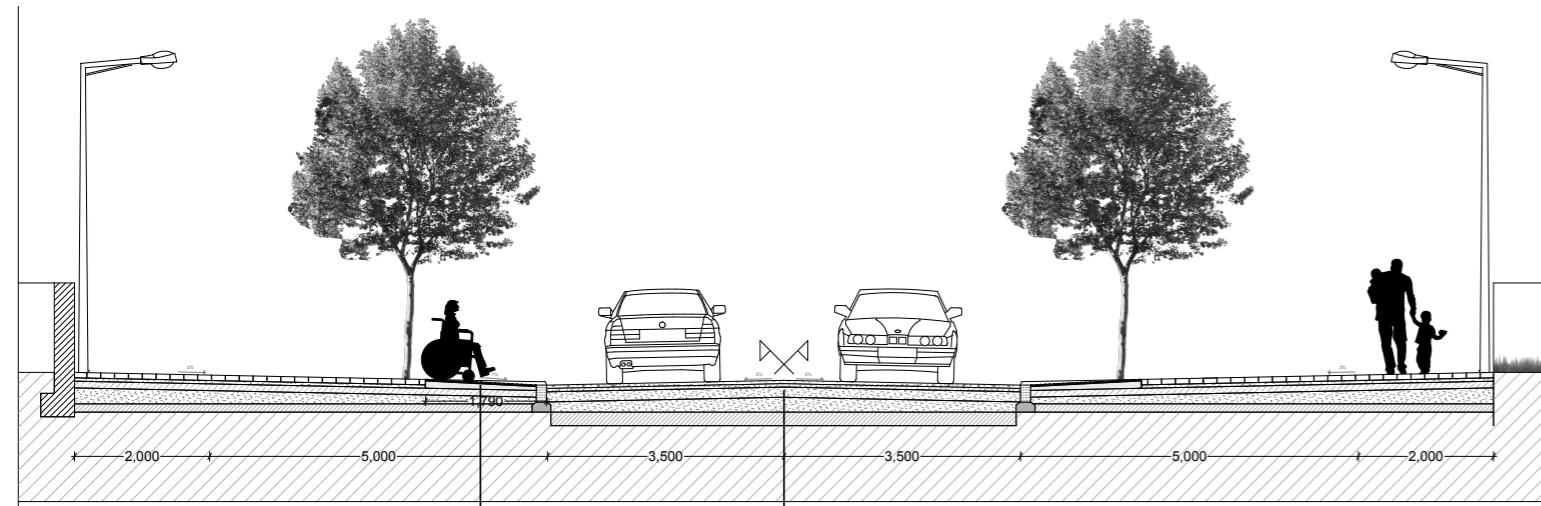


**Passeio e estacionamento**  
 Pavimentos em blocos de Encaixe pré-fabricados, 20 x 10 x 8cm  
 Lancil de betão, 15x 25 x 18 cm L= 100cm  
 Sapato de betão  
 Camada de areia e cimento, 0,05cm  
 Camada de brita, 10 cm  
 Tout-venant - 30 cm (formar pendente)  
 terreno compactado  
 Poste de iluminação \_ Indal, serie Feroe Simples - com Circo 2675

**Pavimento rodoviário**  
 Camada de desgaste: 5 cm de mistura betuminosa fechada  
 Rega de colagem em emulsão emulsão catiônica rápida E.C.L.- 1 (taxa 0.5 kg/m<sup>2</sup>)  
 Camada de regularização: 5 cm de mistura betuminosa aberta  
 Rega de impregnação em emulsão catiônica lenta E.C.L.- 1 (taxa 1.5 kg/m<sup>2</sup>)  
 30 cm tout-venant - 30 cm (formar pendente)  
 1ª camada de enchimento - 15 cm  
 2ª camada de enchimento - 15 cm  
 Lancil de betão recto 8 X 20 L= 100

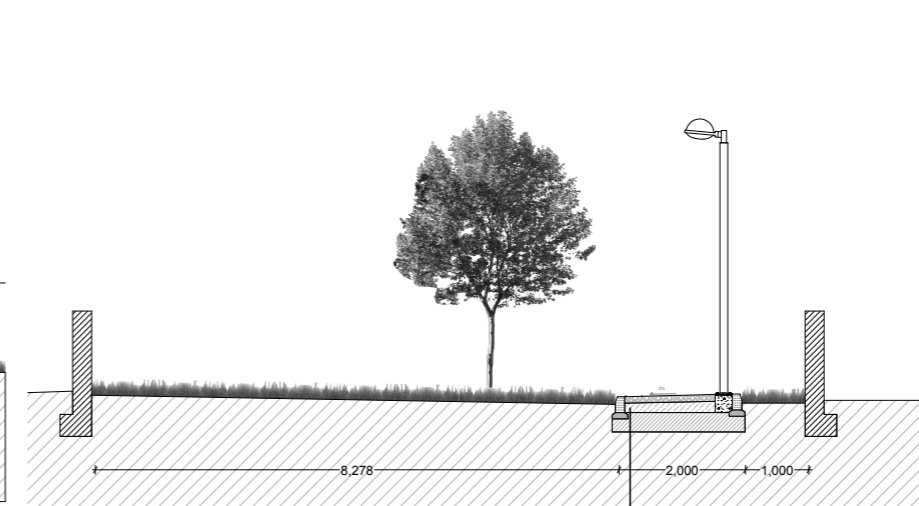


**Passeio e estacionamento**  
 Pavimentos em blocos de Encaixe pré-fabricados, 20 x 10 x 8cm  
 Lancil de betão, 15x 25 x 18 cm L= 100cm  
 Sapato de betão  
 Camada de areia e cimento, 0,05cm  
 Camada de brita, 10 cm  
 Tout-venant - 30 cm (formar pendente)  
 terreno compactado  
 Poste de iluminação \_ Indal, serie Feroe Simples - com Circo 2675

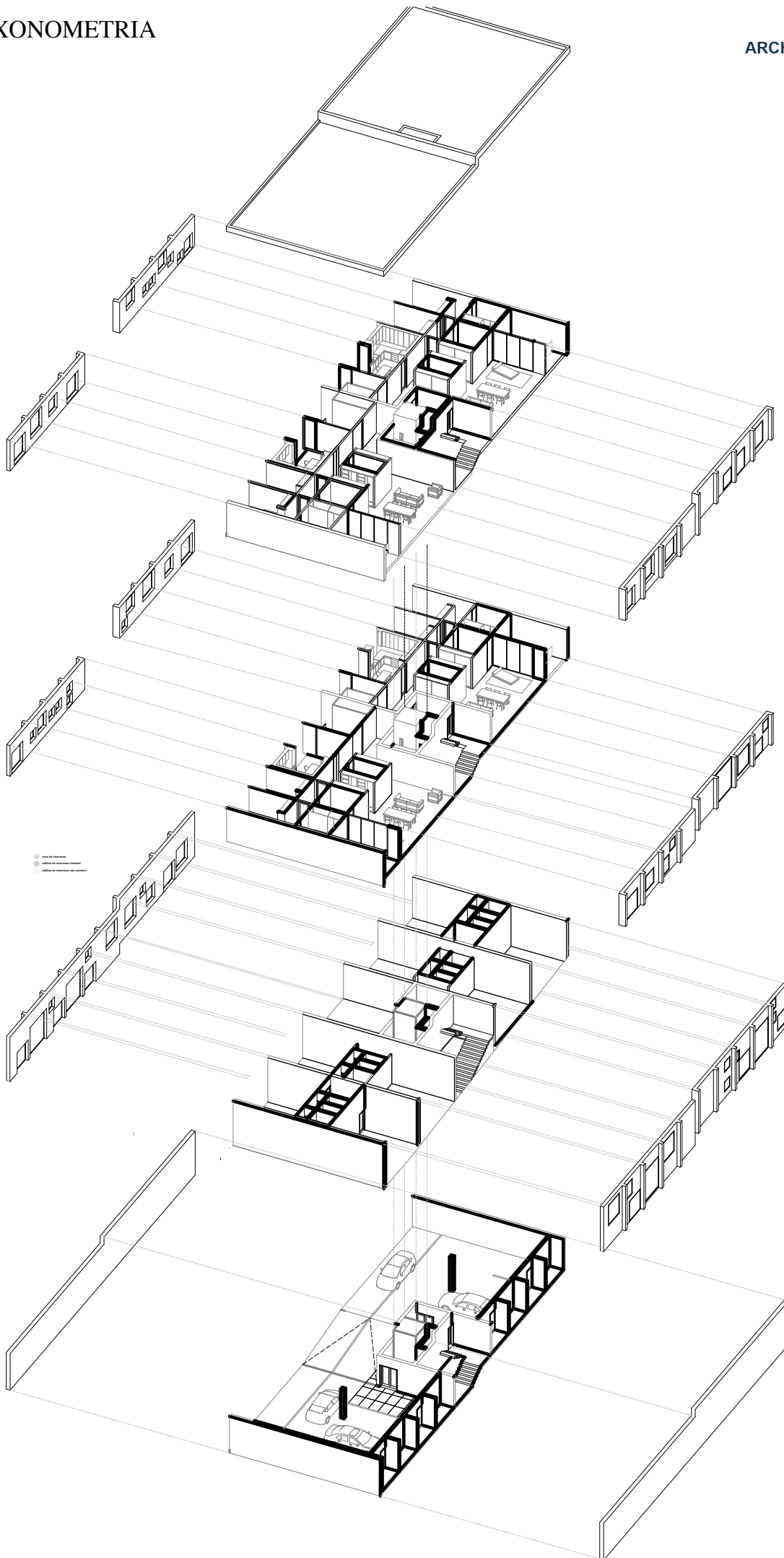


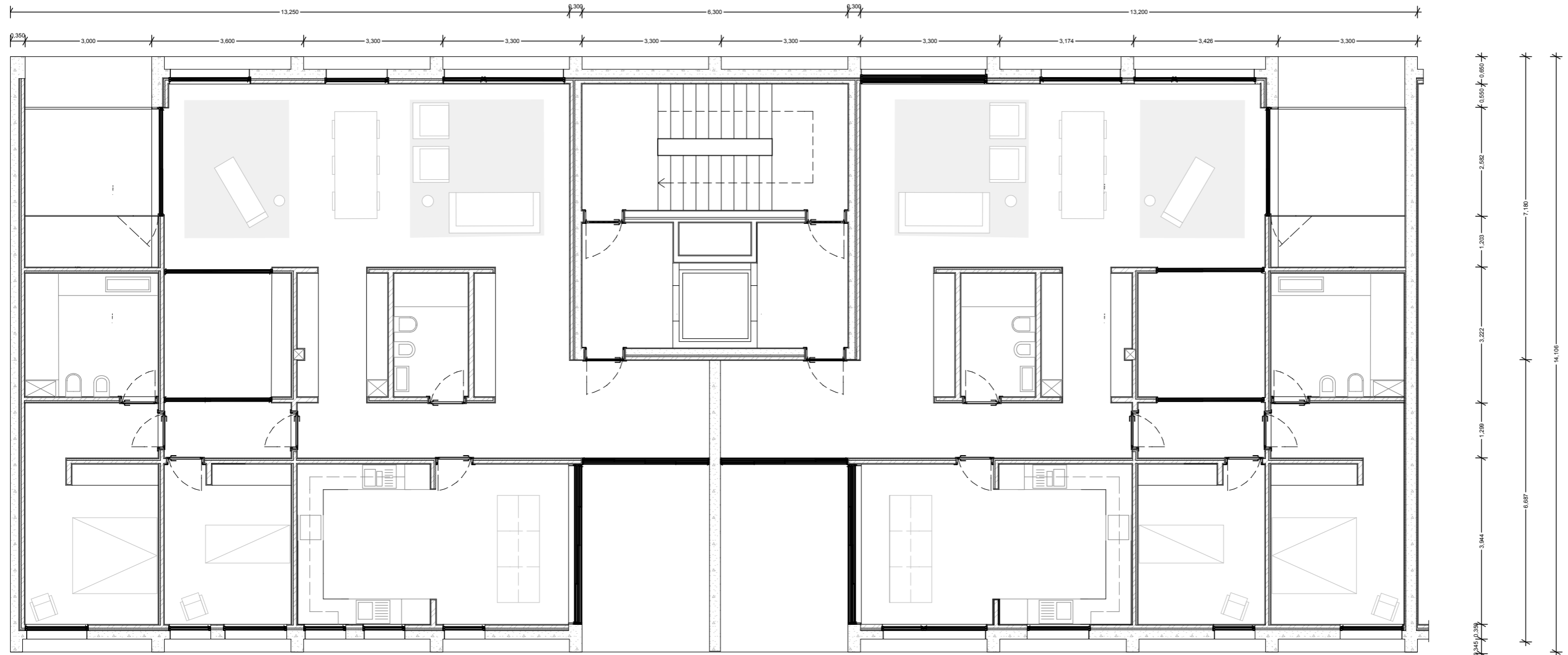
**Passeio**  
 Piso last. granito  
 cimento-cala  
 camada de enchimento  
 lancil gusa 25 x 15 L=100 cm

**Pavimento rodoviário**  
 Camada de desgaste: 5 cm de mistura betuminosa fechada  
 Rega de colagem em emulsão emulsão catiônica rápida E.C.L.- 1 (taxa 0.5 kg/m<sup>2</sup>)  
 Camada de regularização: 5 cm de mistura betuminosa aberta  
 Rega de impregnação em emulsão catiônica lenta E.C.L.- 1 (taxa 1.5 kg/m<sup>2</sup>)  
 30 cm tout-venant - 30 cm (formar pendente)  
 1ª camada de enchimento - 15 cm  
 2ª camada de enchimento - 15 cm

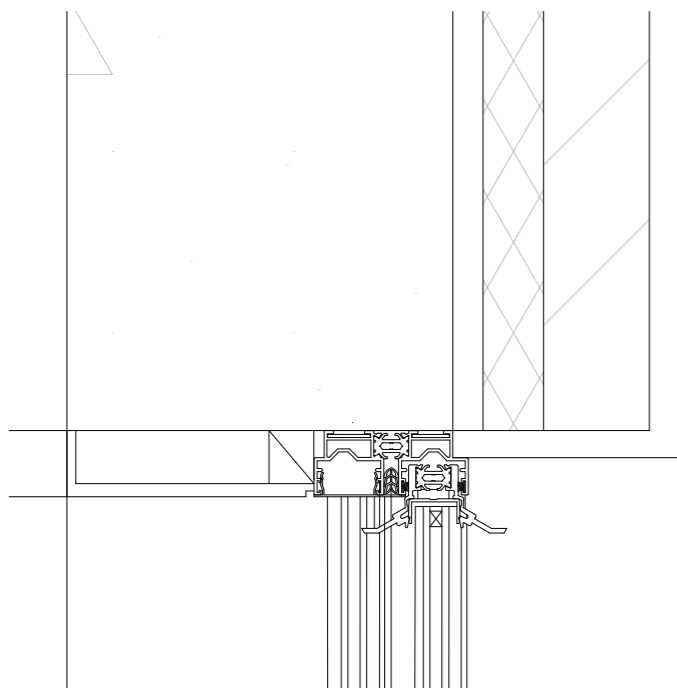


**Passeio**  
 Pavimento de resina com gravilha, cor - creme, 10 cm  
 Camada de brita, 15 cm  
 terreno compactado  
 Poste de iluminação \_ Indal, serie coluna Comes 40-ACG, luminária IQC - P

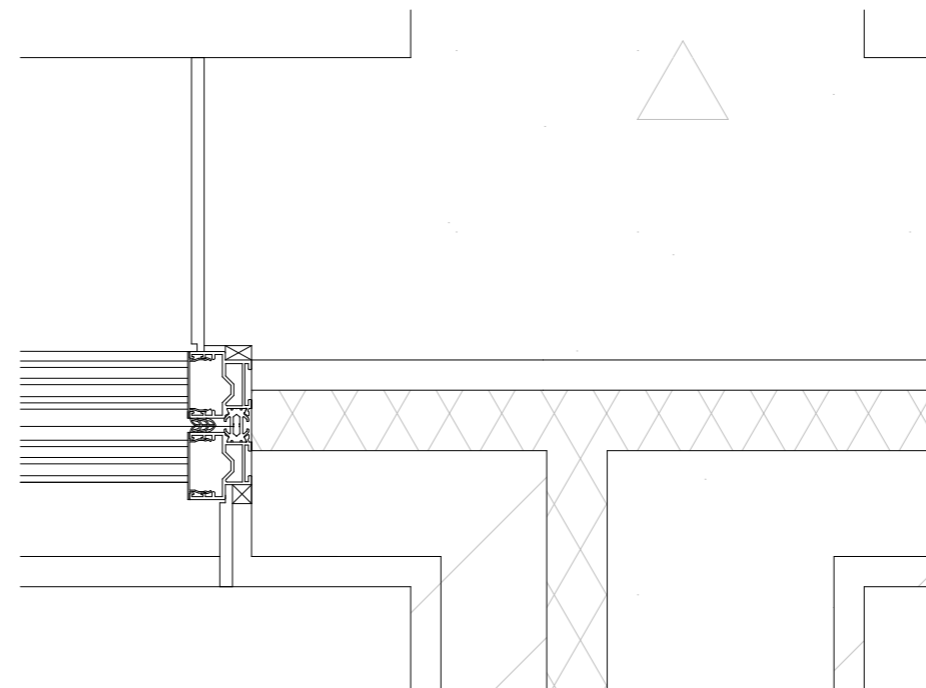




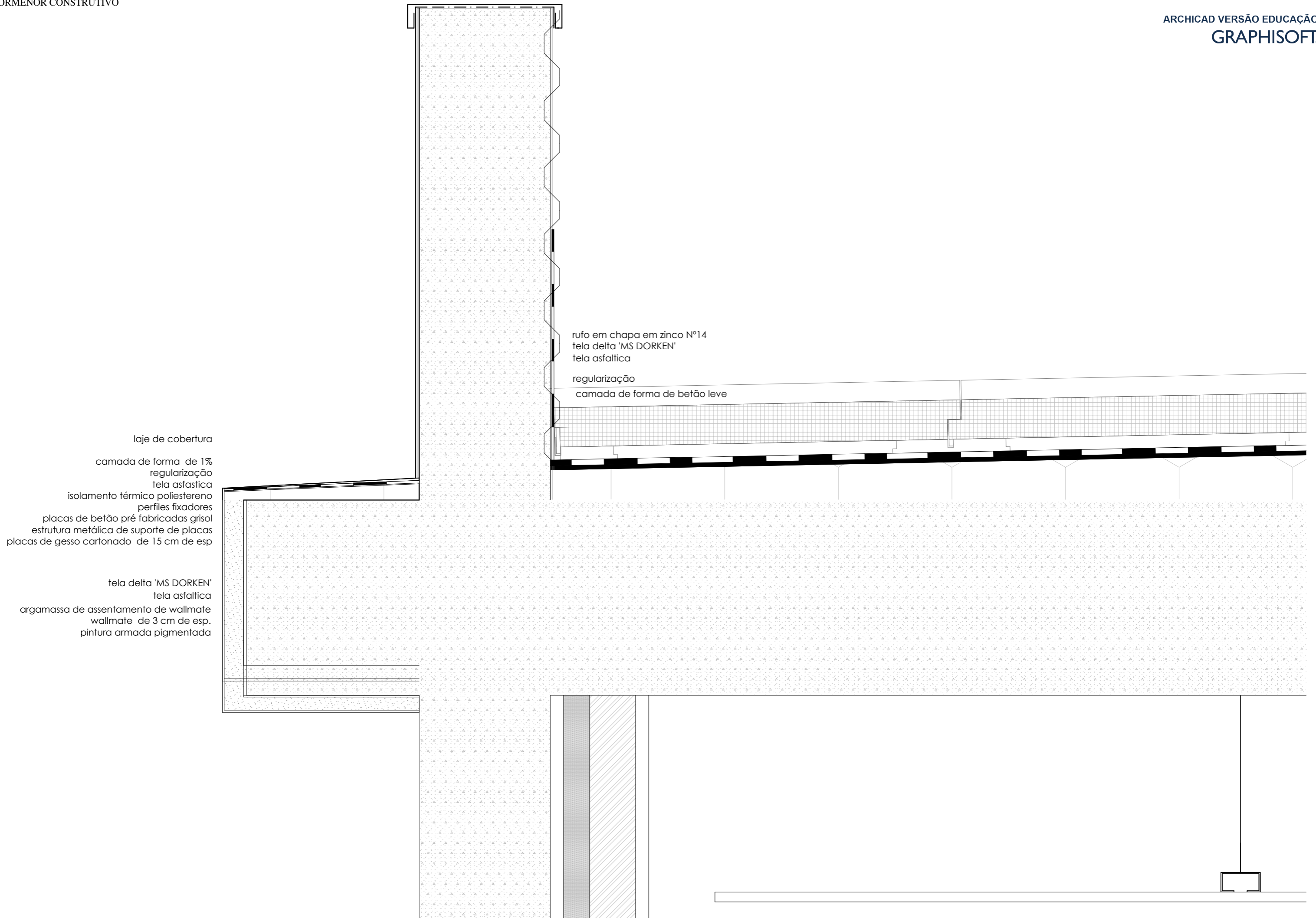
PLANTA; esc 1/100

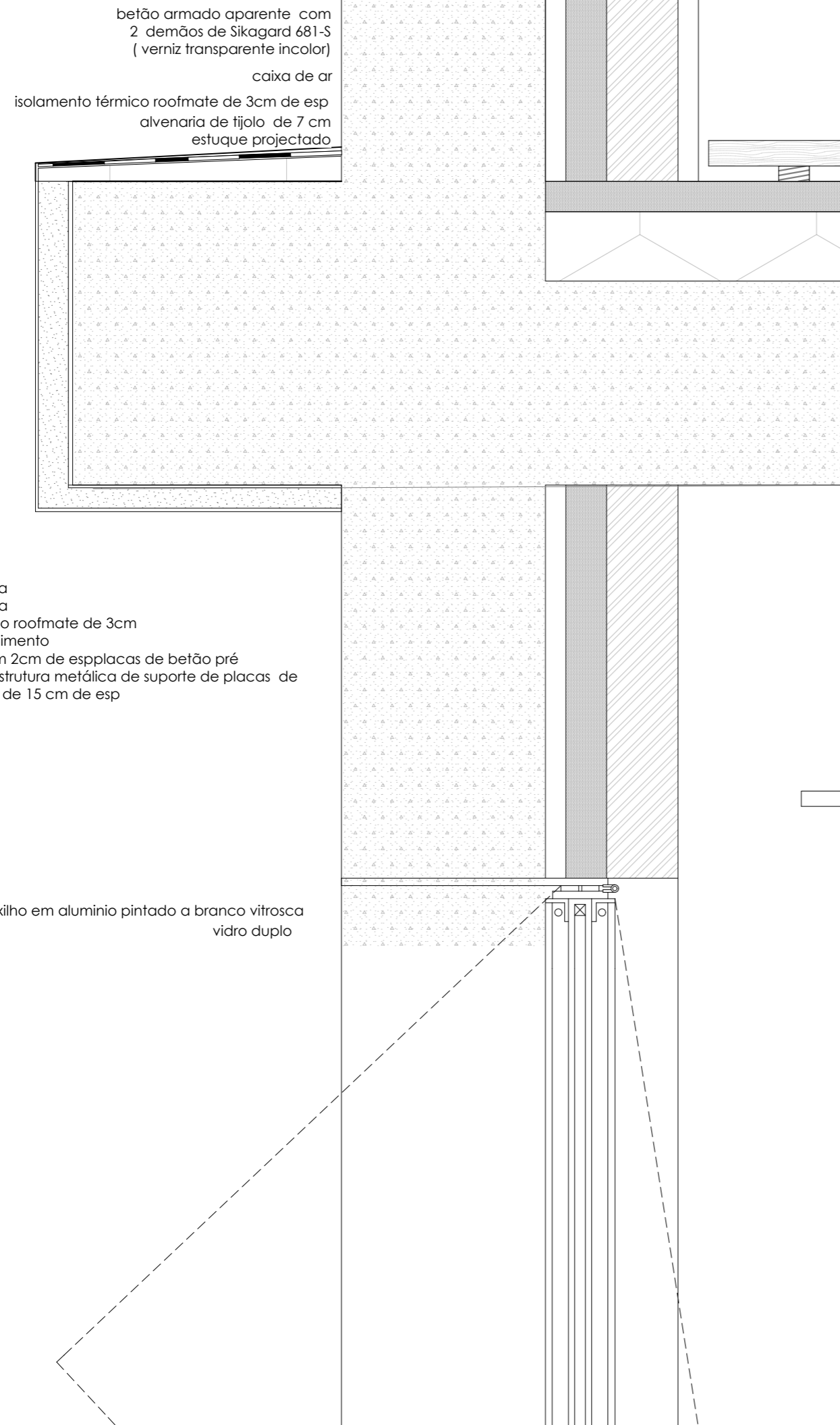


betão armado aparente com 2 demãos de Sikagard 681-S ( verniz transparente incolor)  
caixa de ar  
isolamento térmico roofmate de 3cm de esp  
alvenaria de tijolo de 7 cm  
estruque projectado  
caixilho em alumínio pintado a branco vitrosca  
vidro duplo



betão armado aparente com 2 demãos de Sikagard 681-S ( verniz transparente incolor)  
caixa de ar  
isolamento térmico roofmate de 3cm de esp  
betão  
caixilho em alumínio pintado a branco vitrosca  
vidro duplo



























## ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1 - População urbana e rural no mundo, por regiões, 1950 – 2050.....	10
Fig. 2 - Evolução da proporção da população jovem e idosa no total da população (%), Portugal 1960/2050.....	20
Fig. 3 e 4 - Complexo residencial e comercial do edifício Terraços de Bragança.....	36
Fig. 5 - Implantação do edifício.....	38
Fig. 6 - Fachadas do edifício Terraços de Bragança.....	40
Fig. 7 - Edifício e envolvente.....	45
Fig. 8 - Caminho de acesso ao edifício.....	45
Fig. 9 - Edifício Seagram e envolvente.....	49
Fig. 10 - Vista aérea da cidade de Viseu.....	56
Fig. 11 - Localização do estudo de caso em Viseu.....	62
Fig. 12 - <i>skyline</i> .....	65
Fig. 13 - Zonas de interação/ interesse.....	66
Fig. 14 - Fluxos de indivíduos e de automóveis durante o dia.....	70
Fig. 15 - Espaços verdes.....	74
Fig. 16 - Mosaico de fotos dos espaços verdes.....	74
Fig. 17 - Características das espécies arbóreas.....	76
Fig. 18 - Pontos de conflito.....	78
Fig. 19 - Planta de número de pisos.....	82
Fig. 20 - Ocupação do solo.....	82
Fig. 21 - Conceito urbano: mosaico urbano.....	86
Fig. 22 - Alinhamentos, forma, estratégia e conceito.....	90
Fig. 23 - Planta de intervenção.....	94
Fig.24 - Perfil pelo terreno a intervir.....	94
Fig. 25 - Envolvente dentro do quarteirão.....	99
Fig. 26 - Complexos habitacional e comercial.....	104
Fig. 27 - Métrica e módulo da forma do edifício.....	106
Fig. 28 - Interior do edifício habitacional.....	109
Fig. 29 - Planta de estacionamento – piso térreo.....	111
Fig. 30 - Planta destinada ao comércio e serviços, com as zonas de acesso ao edifício habitacional.....	111

Fig. 31 - Planta dos apartamentos- planta dos pisos superiores.....	112
Fig. 32 - Alçado do interior do quarteirão.....	117
Fig. 33 - Fachada dos edifícios habitacionais.....	117
Fig. 34 - Proposta de intervenção.....	120